

Helena A. Paulo de Almeida • Ana Paula S. Santana
Letícia Maciel • Clayton J. Ferreira
(organizadores)



história & afetividades

temporalidade, narrativa
e consciência histórica

MILFONTES

História e Afetividades



Copyright © 2022, Helena Azevedo Paulo de Almeida, Ana Paula Silva Santana, Letícia

Maciel & Clayton José Ferreira (organizadores.)

Copyright © 2022, Editora Milfontes.

Rua Carijós, 720, Lj. 01, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.

Comprou direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Prof. Dr. Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU) • Prof.^ª. Dr.^ª. Aline Trigueiro (UFES) • Prof. Dr. André Ricardo Vasco Valle Pereira (UFES) • Prof. Dr. Anthony Pereira (King's College, Reino Unido) • Prof. Dr. Antônio Leal Oliveira (UVV) • Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP) • Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS) • Prof. Dr. Arthur Octávio de Melo Araújo (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Catherine Reginensi (UENF) • Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM) • Cilmar Franceschetto (Arquivo Público do Estado do ES) • Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG) • Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS) • Prof. Dr. Edson Maciel Junior (UFES) • Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto) • Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP) • Prof. Dr.^ª. Flavia Nico Vasconcelos (UVV) • Dr.^ª. Flavia Ribeiro Botechia (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Fernanda Mussalim (UFU) • Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University) • Prof.^ª. Dr.^ª. Helena Miranda Mollo (UFOP) • Prof. Dr. Heraldo Ferreira Borges (Mackenzie) • Prof.^ª. Dr.^ª. Janice Gusmão (PMS-Gestão) • Prof. Dr. João Pedro Silva Nunes (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) • Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES) • Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS) • Prof.^ª. Dr.^ª. Karina Anhezini (UNESP - Franca) • Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (IFES-Cariacica) • Prof.^ª. Dr.^ª. Lucia Bogus (PUC/SP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Luciana Nemer (UFF) • Prof. Dr. Márcio Seligman-Silva (UNICAMP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Beatriz Nader (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Cristina Dadalto (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marina Temudo (Tropical Research Institute, Portugal) • Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marta Zorzal e Silva (UFES) • Prof. Dr. Nelson Camatta Moreira (FDV) • Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV) • Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Jr. (IUPERJ) • Prof. Dr. Paulo Roberto Neves da Costa (UFPR) • Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento (IFES-Guarapari) • Prof.^ª. Dr.^ª. Rebeca Gontijo (UFRRJ) • Prof. Dr. Renato de Almeida Andrade (UFES) • Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR) • Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros (UFES) • Prof.^ª. Me. Sátina Priscila Pimenta Mello (Multivix/ Estácio) • Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman (UFES) • Prof. Dr. Timothy Power (University of Oxford, Reino Unido) • Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP) • Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo (UFOP) • Prof. Dr. Vitor de Angelo (UVV) • Prof.^ª. Dr.^ª. Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires) • Prof.^ª. Dr.^ª. Zaira Bomfante dos Santos (CEUNES - UFES) • Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES) • Prof. Dr. William Berger (UFES) • Prof.^ª. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) • Prof.^ª. Dra. Carla Noura Teixeira (UNAMA) • Prof. Dr. Carlos Garriga (Universidad del País Vasco, Esp) • Prof. Dr. Claudio Jannotti da Rocha (UFES) • Prof. Dr. Claudio Madureira (UFES) • Prof. Dr. Daniel Mitidiero (UFRGS) • Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira Santos (UFBA) • Prof. Dr. Gilberto Stürmer (PUC/RS) • Prof. Dr. Juliano Heinen (FMP) • Prof. Dr. Leonardo Carneiro da Cunha (UFPE) • Prof. Dr. Marco Antônio Rodrigues (UERJ) • Prof. Dr. Márcio Cammarosano (PUC/SP) • Prof.^ª. Dra. Mariana Ribeiro Santiago (UNIMAR) • Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto (UFG) • Prof. Dr. Ricardo José de Brito Pereira (UDF) • Prof.^ª. Dra. Viviane Coelho de Sellos-Koerr (UNICURITIBA)

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Ana Paula Silva Santana
Letícia Maciel
Clayton José Ferreira
(organizadores)

História e Afetividades

temporalidade, narrativa e consciência histórica



Editora Milfontes
Vitória, 2022

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa

Imagem da capa: *Quando nascem as flores*

Autor: Mar (Rafaela Martins Soares)

Semíramis Aguiar de Oliveira Louzada - *aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Edjalma Nepomoceno Pina

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História e afetividades [livro eletrônico] :

temporalidade, narrativa e consciência histórica / organização

Helena Azevedo Paulo de Almeida...[et al.]. -- Vitória, ES : Editora Milfontes, 2022.

PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Ana Paula Silva Santana, Letícia Maciel,

Clayton José Ferreira, Helena Azevedo Paulo de Almeida.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5389-028-2

1. Afetividade 2. Literatura - História e crítica 3. Memória social
4. Política - Aspectos morais e éticos I. Almeida, Helena Azevedo Paulo de.
- II. Santana, Ana Paula Silva. III. Maciel, Letícia. IV. Ferreira, Clayton José.

Sumário

Agradecimentos.....	7
Apresentação.....	9
Introdução: uma trajetória de sensibilidades.....	II
Memória, meios de comunicação e esquecimento em Andreas Huysen.....	17
<i>Leticia Maciel</i>	
Ideias para manter a cabeça nas nuvens.....	25
<i>Mar (Rafaela Martins Soares)</i>	
Não foi ‘descobrimto’ pelos ‘colonizadores’, foi invasão por caçadores de almas! Algumas reflexões sobre como aprender história com a literatura indígena.....	35
<i>Helena Azevedo Paulo de Almeida</i>	
Um ensaio sobre a Capitu: a atração nos olhos de ressaca.....	53
<i>Ana Paula Silva Santana</i>	
Ensaando possíveis epistemes do ensaio.....	71
<i>Clayton José Ferreira</i>	
Uma cosmopolítica dos mortos e seus afetos: história, amor e melancolia.....	83
<i>Pedro Leal Gomes</i>	

‘O possível anterior’: temporalidade, afeto e *stimmung* (atmosfera) nos diários de Emilio Renzi – *Anos de formação* (1957-1967) e *Anos felizes* (1968-1975)95

Matheus Silva Marciano

Em busca da saída de emergência: reflexões sobre História e Memória em Benjamin e Proust115

Iury Almeida e Belchior

Agradecimentos

Nós, organizadores do livro “História e Afetividades: temporalidade, narrativa e consciência histórica”, gostaríamos de agradecer primeiramente aos debates travados ao longo dos últimos seis anos, desde a criação do Grupo de Pesquisa em História, Ética e Política (GHEP), em 2016. Nenhuma das produções subsequentes seriam realizadas da mesma forma, se não fosse o esforço coletivo que vem sendo construído no decorrer deste período.

Agradecemos também ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, seu corpo docente e discente, assim como os funcionários de toda Universidade e, mais detidamente, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), com sede na cidade de Mariana - MG. Ao programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), da Universidade Federal de Ouro Preto, que oferece espaço institucional para o desenvolvimento dessas pesquisas.

Agradecemos ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM), cujo o GHEP faz parte e que vem apoiando as atividades de pesquisa, ensino e extensão que os integrantes de nosso grupo de pesquisa realizam.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que direta e indiretamente financia pesquisas ao redor do país, incluindo pesquisas aqui apresentadas.

Às Universidades Públicas brasileiras, que tem sido alvo de constantes ataques, principalmente nos últimos anos, mas que seguem firmes e resilientes, em prol da educação democrática e de qualidade em todo o Brasil.

Apresentação

História e Afetividades é um livro imperdível! É construído em torno da relação entre tempo e afetividade, do quanto a nossa vida afetiva está sintonizada à temporalidade e a experiência do tempo articulada ao que sentimos.

Sentimos com base em determinada experiência do tempo. O que significa dizer que dependendo de como nos relacionamos com o presente, passado(s) e futuro(s), amamos, nos revoltamos e nos arriscamos, ou, por exemplo, odiamos e nos aprofundamos (consumimos) em certo remorso e nos repetimos farsescamente.

E atualizamos a experiência temporal que somos, afinados a determinados afetos socialmente compartilhados e também singularmente descobertos. Dependendo do que sentimos, se somos mais ou menos amorosos, ansiosos, entediados, otimistas, melancólicos, pessimistas... nos comportamos no presente e nos relacionamos com o passado(s) e futuro(s) de uma maneira específica.

Também se trata do quanto nossas posições ético-políticas se constituem a partir dessa relação entre experiência do tempo e afetividade. Somos progressistas, revolucionários, conservadores, conservantistas, niilistas... na medida em que realizamos determinada experiência temporal e nos comportamos, por exemplo, mais crítico-amorosamente ou com mais remorso e nostalgia. Bem como a atividade ético-política é decisiva para a experiência do tempo e à dinâmica afetiva.

E o Brasil tem nos mostrado isso. Nesse momento decisivo entre passado(s) e futuro(s). Ódios, amores, fúrias, lutas, resistências, dores, sofrimentos, melancolias, esperanças, pessimismos... A raiva, a nostalgia, o remorso e o desejo maníaco de repetição do passado, do passado escravista. O amor, o inconformismo, a fúria e a aventura em direção ao novo, à diferença!

Parabéns aos autor@s, ao GHEP-NEHM (DEHIS-UFOP), Grupo de Pesquisa em História, Ética e Política, do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade do Departamento de História da UFOP, pelo trabalho dedicado e por esse livro que nos traz parte do que tem sido pensado e discutido coletivamente ao longo dos últimos anos.

Marcelo de Mello Rangel (UFOP)

Belo Horizonte, 2022

Introdução

uma trajetória de sensibilidades

Era final de novembro de 2019, estávamos conversando em mais uma reunião do nosso Grupo Pesquisa em História, Ética e Política (GHEP), do departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Para além das discussões que envolviam o “anjo da história” descrito por Walter Benjamin, um dos nossos principais referenciais teóricos naquele ano, fazíamos planos para o ano seguinte e observávamos nossa “caixa” do livro. Tratava-se de caixa de papelão, dessas que podem ser compradas em papelarias. Nas bordas da caixa havia uma carreirinha de missangas brancas e uma foto do rosto de Hans Ulrich Gumbrecht, outro autor muito importante em nossas discussões. Assim, em todos os meses do ano, cada pessoa daquele grupo de estudos deveria colocar ali a comprovação da sua doação para a publicação do nosso livro ao final de 2020. Para boa parte de nós, apenas a conta bancária era suficiente, mas o Marcelo, nosso orientador, tinha insistido na caixa, ele queria algo que pudesse ser tocado e observado, para além do saldo no banco. Bonito, né? E raro, presentificar algo que em nossa temporalidade está majoritariamente no campo do digital.

Nosso grupo sempre foi composto por professores doutores, graduandos, mestrands e doutorandos. Nossas pesquisas sempre variaram entre diferentes assuntos: gênero, sentimentalidades, memória, literatura, raça... Nosso fio condutor sempre foi a sincera possibilidade de pensar a história em vista das demandas da

atualidade e da alteridade no ensino. Era assim, contribuir como questionadores transgressores, como diria bell hooks, ampliando os nossos limites, transgredindo-os e repensando nossos referenciais tão aparentemente consolidados a partir de sensibilidades diversas.

Dessa forma, cada membro contribuiria com o que pudesse em cada mês, cinco, vinte, trinta reais... Daria certo! Ao fim, visávamos organizar textos que se dedicassem a pensar os tempos entre passados e futuros críticos possíveis, a partir das múltiplas percepções de consciências históricas, e que possibilitassem um presente maximamente solidário. Estávamos todos animados, e se nos permitem a ousadia, até o Gumbrecht parecia sorrir da foto da caixa.

Terminamos 2019 com muitos planos, mas não esperávamos o que aconteceria em 2020. Veio a pandemia, quase todos precisaram voltar para casa, viver ficou mais caro, as pesquisas foram afetadas e, diante disso, acreditar em uma produção historiográfica tão sensível tornou-se uma tarefa muito difícil. Mas precisávamos tentar, e a melancolia não diz respeito à isso, à tentativa? Durante 2020 e 2021 nosso contato foi estritamente virtual, nossos encontros para discussões de textos foram adiados, alguns colegas se afastaram e outros se juntaram ao grupo. Alguns defenderam, se formaram, outros migraram para outras instituições... Nosso grupo mudou, e a publicação do livro ultrapassou os nossos planos... Vamos publicar agora, em 2022. Permanecemos como um grupo e o livro conta com as nossas pesquisas em seu incansável fio condutor de esperança em uma história ética e política. Esperamos agora pelo dia em que retornaremos à universidade, faremos uma reunião e descobriremos que a caixa com a foto do Gumbrecht, continua lá, guardadinha no armário do Marcelo, produzindo presença.

Este é o fruto desse nosso primeiro esforço de diálogo entre os pesquisadores do GHEP. Um livro para pensarmos não apenas nossas pesquisas, mas para dialogarmos com trajetórias e sentimentos diferentes, convergindo aqui e agora, nesta obra e junto ao leitor(e). O formato digital não foi pensado levemente,

mas considerado a partir de sua capacidade de chegar à olhares, leituras, sensibilidades e trajetórias outras. Somando, dessa forma, a um debate inter e transdisciplinar; que inverta e questione o que é centro do que é periférico; e que qualquer espaço seja propício à uma boa conversa.

Nos capítulos apresentados, os leitores poderão perceber a presença de algumas indagações realizadas no âmbito de nosso grupo de pesquisa, mas que também podem e devem ser compartilhadas em um espectro mais amplo, mais denso, mais didático. “Somos todos professores”, diria um grito de luta. Somos além de professores, somos educadores em eterno aprendizado. E aqui compartilhamos um pouco de nossa trilha, em busca dos diversos saberes presentes no Brasil.

O capítulo “Memória, Meios de Comunicação e Esquecimento em Andreas Huyssen”, Leticia Maciel debate sobre as demandas por memórias outras, que demandam por serem reconhecidas para além de uma abordagem “oficial”, e por isso excludentes. A autora aponta, a partir de Andreas Huyssen, a permanência de passados traumáticos que coexistem com um presente que pode ainda tentar silenciá-los ou deturpá-los. Além disso, podemos acompanhar no texto a apresentação de uma memória recente, sem distanciamentos, necessária também à uma presentificação do passado para potencialização de sensibilidades... ou sua utilização por um mercado ávido de consumo.

No capítulo “Ideias para manter a cabeça nas nuvens”, Rafaela Martins Soares - que também é a artista responsável por nossa capa - discorre, a partir de bell hooks e de Ailton Krenak, sobre os desafios de ser professor(e) em uma trajetória que ainda carece de descolonização. Ao decorrer do texto, vamos acompanhando a autora em um relato poderoso em primeira pessoa, salientando a necessidade de nos fazermos ser vistos como produtores de um conhecimento que está longe de ser imparcial, muito pelo contrário. É destacando as cores, gêneros e trajetórias dos autores que conseguimos entender suas preocupações através do que é dito, mas também do que se fica por dizer.

O próximo texto, “Não foi ‘descobrimento’ pelos ‘colonizadores’, foi invasão por caçadores de almas! - algumas reflexões sobre como aprender história com a literatura indígena”, Helena Azevedo Paulo de Almeida também segue na abordagem decolonial e aborda o ensino e a temática indígena como questões sensíveis e do sensível. A partir do livro “O Karaíba”, de Daniel Munduruku, a autora aponta a necessidade de falar de história indígena pelas vozes originárias, destacando a obrigatoriedade da lei 11.645/08 que torna o seu ensino obrigatório.

No capítulo seguinte, “Um ensaio sobre Capitu: a atração nos olhos de ressaca”, Ana Paula da Silva Santana provoca o leitor, a partir de suas interrogações, a pensar a personagem Capitu, de Machado de Assis. A partir dessas inquietações a autora nos convida a pensar não apenas a figura de Capitu e da mulher dentro da literatura machadiana, mas também a posição da mulher na sociedade do século XIX e as demandas feministas do período, e tudo isso passando por questões importantes como classe social e raça.

Já no texto seguinte, “Ensaio de possíveis epistemes do ensaio”, de Clayton José Ferreira, podemos acompanhar a apresentação da importância do ensaio como produção de presença e mais, da produção de presenças de diversidade na historiografia brasileira. Muito além de um espaço acadêmico, o ensaio nos é apresentado como um recurso ao próprio espaço acadêmico, de maneira dinâmica e didática, que ensinou à inúmeras gerações de leitores e leitoras ao longo do século XX a entender e aproximar as diversidades, pluralidades existentes em território brasileiro, tocando as sensibilidades dos leitores também a partir de questões sensíveis.

No capítulo “Uma cosmopolítica dos mortos e seus afetos: história, amor e melancolia”, Pedro Leal Gomes nos apresenta a relação entre vivos e mortos como um encontro transexistencial. A partir de autores como Walter Benjamin e Isabelle Stengers, o autor nos convida a pensar nas possibilidades de presença e encontro dos mortos com os vivos no presente, seja a partir da história ou de afetos como o amor e a melancolia.

O trabalho de Matheus Silva Marciano aborda a relação entre a literatura como experiência histórica pessoal e a experiência histórica através do conceito de atmosferas (*stimmungen*) de Hans Ulrich Gumbrecht e como obras literárias podem impactar leitores de outras historicidades e atmosferas. Para abordar tais possibilidades, o autor se concentra na obra *Diários de Emílio Renzi*, do autor Ricardo Piglia.

Ao final do livro, o capítulo de Iury Almeida e Belchior trata de uma interessante abordagem de Walter Benjamin e Proust acerca da escrita da história e sua disciplinarização na modernidade. Através desta aproximação, o autor debate os limites e contradições inerentes a uma história que se pretende científica e neutra politicamente, para isso, abandonando a poética e a filosofia, quando na verdade esta posição já se encontra no interior da retórica política.

É assim que compartilhamos com os leitores, ao menos parte de nossa trajetória. Apesar do que se pode ouvir, o trabalho de pesquisa é sempre feito em conjunto, em diálogo, e não precisa ser isolado. Esse livro, então, é um esforço para produzir saberes em conjunto, como seres sociais que somos: em constante movimento, em diálogo honesto, prezando pelo respeito aos pares e à sociedade. Esperamos que a leitura seja prazerosa e, ao mesmo tempo, inquietadora, pois a inquietude é uma das partes de se sensibilizar em busca de constantes reflexões a partir de um paradigma ético-político, ao qual estamos inseridos.

Memória, meios de comunicação e esquecimento em Andreas Huyssen

Leticia Maciel¹

Presenciamos nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI a emergência de uma nova relação com a memória, diferentemente do que foi experimentado durante a Modernidade que constitui uma espécie de memória unívoca e a reconhece como a possibilidade da construção de uma identidade nacional e, por conseguinte, a coesão de grupo. A memória a partir da segunda metade do século XX, sobretudo a partir de 1980 altera-se de forma considerável, apresentando-se hoje menos cristalizada e mais fragmentada e assumindo também objetivos de justiça, entretenimento e mercado.

Essa diversificação nos objetivos e na forma de construção da memória na contemporaneidade pode ser considerada uma ampliação do desejo de memória da Modernidade, visto que ela não perde seu caráter de identidade e coesão. Estes são ampliados por questões éticas e políticas, onde o Estado perde seu papel de centralidade na construção de narrativas e grupos, frequentemente minorias, reclamam para a si a sua própria narrativa e por consequências suas próprias memórias. Porém ela se difere quanto a temporalidade: se antes experimentávamos algo próximo a

¹ Mestranda e Licenciada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Tecnóloga em Conservação e Restauro de Bens Imóveis pelo IFMG-OP.

“*futuros presentes*”, onde o futuro apresentava centralidade no presente, hoje, como argumenta Huyssen, estamos muito mais próximos de “*passados presentes*”. Estes “*passados presentes*” seriam caracterizados pela invasão constante do passado no presente de objetos, patrimônios, filmes e pelos meios de comunicação. As questões relativas a memórias não estariam reservadas apenas a meios acadêmicos e ao Estado, a vida cotidiana privada e o mercado também fariam parte desse movimento. Hartog também descreve essa movimentação na experiência temporal, para o autor “*se, em primeiro lugar, ele foi mais futurista do que presentista, terminou mais presentista do que futurista*”.²

Huyssen nos apresenta algumas condições para a ocorrência dessa ‘Cultura da Memória’ no final do século XX e início do século XXI entre elas o deslocamento temporal de “*futuros presentes*” a “*passados presentes*” que se dá também a partir da tecnologia, principalmente aquela relacionada aos meios de comunicação – Internet, TV, Rádio ou cinema – que seriam responsáveis por rupturas cada vez mais rápidas em relação a passados. Essa movimentação se dá quando

as indústrias ocidentais da cultura juntaram um número cada vez maior de passados num presente simultâneo e sempre mais atemporal: moda retrô, móveis retrô autênticos, museologização da vida cotidiana através de câmeras filmadoras, Facebook e outras mídias sociais, reencontros saudosistas de músicos do rock mais velhos etc.³

Outra condição apresentada por Huyssen são os processos de descolonização em países do continente Africano a partir de 1960, os processos de redemocratização experimentadas em países da América Latina após 1980 ou ainda o fim do apartheid na África do Sul, em 1994, responsável pela constituição da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação. Todos estes eventos são marcados pela violência e violações dos Direitos Humanos o que traz ao presente um passado que não passa,

² HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismos e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 140.

³ HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do Passado Presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 15.

portanto nesse contexto a memória se torna um instrumento de Justiça e luta política.

Os meios de comunicação por sua característica de rápida veiculação de conteúdo possibilitaram certa democratização da informação. O que antes poderia demorar dias para que percorresse o globo, com a TV e posteriormente com a Internet, as transmissões “ao vivo” tornam-se cada vez mais comuns. Alinhado a esta possibilidade de rápida veiculação começaram a surgir inúmeras produções que tinham como centralidade a temática da memória sobre o Holocausto. Podemos citar a série “Holocausto” produzida em 1978, o famoso documentário “Shoah”, de 1985, dirigido por Claude Lanzmann, “O Pianista”, de 2002, dirigido por Roman Polanski ou ainda “Anne Frank, minha melhor amiga”, com lançamento em 2021, do diretor Bem Sombogaart. A centralidade do Holocausto como tema de memória e interesse público parece não perder o interesse do espectador. O trauma atravessa questões éticas e políticas, chegando também ao mercado e ao entretenimento. Toda essa movimentação midiática contribui para que este evento histórico se torne posteriormente metáfora em diferentes partes do globo,⁴ como uma espécie de memória global e cifra para as violações.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, é um outro evento que foi documentado e transformado em memória instantaneamente pelos meios de comunicação, sobretudo pela intensa cobertura da mídia jornalística. Nestes dois exemplos podemos perceber uma coisa: se antes, era necessário um distanciamento para que fosse considerado memória, como no primeiro exemplo do Holocausto, o segundo exemplo, do Muro de Berlim, nos demonstra que isso não é mais uma exigência. A memória, a partir dos meios de comunicação pode ser constituída de imediato, foi assim

4 O termo Holocausto foi e é usado em diferentes partes do globo. As políticas de genocídio em países como Ruanda, Bósnia e Kosovo, cada um a sua maneira, utilizaram do termo para descrever as práticas de violência e violação dos direitos humanos. No Brasil não foi diferente, o termo foi utilizado para descrever os abusos cometidos entre os anos de 1930 e 1980 no hospital psiquiátrico localizado na cidade de Barbacena-MG, conhecido como Hospital Colônia.

como Muro de Berlim em 1989, a reunificação alemã em 1990 e, posteriormente, com os eventos de 11 de setembro, nos Estados Unidos. Além das produções cinematográficas e das intensas coberturas “ao vivo” percebemos também durante as décadas de 1980 e 1990 uma sequência de aniversários, principalmente aqueles relacionados ao Holocausto, Terceiro Reich e a Segunda Guerra Mundial: a subida de Hitler ao poder (1933), a Noite dos Cristais (1938) e a Conferência de Wannsee (1942), por exemplo, também são objetos dos meios de comunicação.

Percebemos que os meios de comunicação procuraram e procuram, de várias formas, produzir e reproduzir o passado. Esse tipo de movimentação é característica da experiência temporal presentista, inserida em um comportamento de consumo acelerado, onde “o presente, no momento mesmo em que se faz, deseja olhar-se como já histórico, como já passado”.⁵ Para Huyssen esse comportamento faz parte de um “mundo em processo de musealização e todo nos desempenhamos nosso papel”.⁶ Além de uma movimentação de auto-historicização, esse comportamento dos meios de comunicação, agora alinhado a certa tendência de mercado faz parte de um movimento que procura reproduzir passados, Huyssen o define como “retromania”, sustentado por um *marketing* da nostalgia, que não se restringe às produções midiáticas, mas está presente em tendência de moda ou móvel.

Os meios de comunicação se tornam também espaços para produção e armazenamento de memórias. A TV, a imprensa ou a Internet tornam-se os espaços que disponibilizariam memórias sempre que fosse necessário e a presença de narrativas de memória nesses espaços trouxe aos críticos uma questão: estes espaços realmente poderiam ser espaços de memória ou estariam apenas criando reproduções vulgares do passado? Huyssen discute que para pensar a memória no mundo contemporâneo é também pensar as relações que assumimos diante desses espaços de mídia, isso não significa uma hierarquização de memórias sérias a

5 HARTOG, François. *Regimes de Historicidade...* Op. cit., p. 150.

6 HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do Passado Presente...* Op. cit., p. 12.

memórias triviais, o que significaria apenas uma pequena redução binária entre boa e má memória, pelo contrário, é necessário estar atento aos limites que memória e mídia possuem. Para isso é importante compreender as estratégias de representação, mercantilização, contexto e toda a subjetividade das narrativas, seja elas constituídas em espaços midiáticos ou não.

Esse limite entre memória e meios de comunicação deve pensar também a sociedade que consome essas memórias e o motivo pelo qual consome, como advertido por Huyssen “o trauma é tão comercializado quanto a diversão, e nem sequer são comercializados para públicos diferentes”,⁷ isso significa que essas produções estão em comum acordo com os interesses dessa sociedade. Podemos perceber que a memória assumiu tal complexidade na contemporaneidade que a redução entre memória séria e memória trivial acabaria por reduzir a relação que ambas as memórias possuem, visto que, não há espaço puro, longe de qualquer subjetividade. No que diz respeito as memórias do Holocausto, a fragmentação e diversificação de narrativas e testemunhos ocupam tanto os espaços considerados sérios, quanto aqueles considerados triviais. É necessário, portanto, a atenção caso a caso. Isso faz parte da fragmentação e diversificação que caracteriza a memória contemporânea.

A forma como os meios de comunicação e a tecnologia atua com a memória, seja através da ficção ou da cobertura jornalística acaba causando uma intensa produção de memória que, por consequência, acaba criando uma espécie de um grande arquivo memorial, nos traz um paradoxo: quanto mais memórias produzidas, maior seria o esquecimento. A disponibilidade de memória aprofundaria o que Nora nos descreve nos “*Les Lieux de Mémoire*”. Nora já havia alertado que os *Lugares de Memória* seriam uma necessidade já que as *memórias-verdadeiras* não existiriam mais.⁸ Segundo o autor “há locais de memória porque não há mais meios de memória”,⁹ ou seja, os

7 HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do Passado Presente...* Op. cit., p. 16.

8 Conceito desenvolvido por Pierre Nora para determinar as relações estabelecidas com espaços e memória na segunda metade do século XX.

9 NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 07, 1993.

meios de constituição naturais de memória teriam terminado e seria necessária a movimentação voluntária para a constituição de novas memórias. Seria então o *boom* de memória responsável certo *boom* de esquecimento, onde haveria um “*intenso pânico público em relação ao esquecimento*”?¹⁰ Ou seria o inverso? O esquecimento teria levado a esta necessidade de lembrança e armazenamento?

O esquecimento é considerado uma patologia do nosso tempo, sendo a memória absoluta, o objetivo final. A todo momento são criadas “*estratégias de sobrevivência de memorialização pública e privada*”,¹¹ e todos nós fazemos parte disso, seja consumindo as narrativas produzidas ou ainda pelo hábito de compartilhar registros pessoais de redes sociais. As comemorações públicas desempenham o seu papel a partir da intensa rememoração. Neste ano já foram iniciadas as comemorações acerca da Semana de Arte Moderna de 1922 que completa cem anos: com uma pesquisa rápida podemos encontrar diversos artigos de jornais ou vídeos sobre o assunto ou ainda, releituras de artistas plásticos em homenagem.

Dessa forma Huyssen afirma que estaríamos carentes de uma análise mais profunda do esquecimento. A oposição binária entre memória e esquecimento não seria suficiente para compreender sua complexidade e por fim o perceberíamos com patologia da memória, uma espécie de “*pecado original*” diante da memória e de suas diversas funções, em outras palavras, o esquecimento não seria compreendido “*como fenômeno cultural de múltiplas camadas que ser como condição de possibilidade da memória*”.¹²

Como foi possível observar, o deslocamento de “*futuros presentes*” para “*passados presentes*” altera de forma considerável e nunca vista antes a nossa relação com a memória. Esse movimento faz parte da experiência temporal acelerada experimentada durante a segunda metade do século XX, Hartog descreve essa experiência a partir do presentismo, caracterizado por intensas acelerações e rupturas, o que causaria certa instabilidade e medo de forma que

¹⁰ HUYSEN, Andreas. *Culturas do Passado Presente...* Op. cit., p. 15.

¹¹ *Ibidem*, p. 16.

¹² *Ibidem*, p. 155.

“é preciso agir rápido antes que seja tarde demais, antes que noite caia e que hoje tenha desaparecido completamente”.¹³ No que diz respeito a memória, esse agir rápido é transformado em uma tentativa obcecada de registro de tudo.

Se durante a Modernidade e a experiência de “*futuros presentes*” a memória fazia parte da construção de grandes histórias das nações, hoje ela fragmenta-se e se aproxima de grupos menores, seja do movimento negro, feminista ou LGBTQIA+, que reivindicam a autoridade sobre suas próprias histórias. Essa fragmentação faz parte do que Rangel descreve como Giro Ético-Político, em outras palavras, uma movimentação própria ao interior das ciências humanas que procura tematizar o mundo contemporâneo, a partir de suas verdades imediatas, levando em consideração o sentido da diferença/alteridade e por fim fazendo o uso de posicionamento éticos-políticos explícitos.

A espaço que a memória contemporânea está presente também se altera: se antes o museu e os monumentos eram as grandes autoridades, as tecnologias, através os meios de comunicação invadem e apoderam-se destes espaços. Qualquer indivíduo pode fazer registros e constituir um arquivo pessoal, que pode ser compartilhado em redes sociais que estipulam através de inúmeras ferramentas esse compartilhamento. O desejo comum de memória se dá a partir da compreensão de certa compreensão do presente, intensificada pela aceleração do mercado tecnológico que condena seus próprios produtos a obsolescência e ao esquecimento. A globalização também tem seu papel neste processo. Ela faz com que o desejo de memória se torne comum, isso não significa que dizer que as diferentes partes do globo tenham as mesmas memórias, mas que o trabalho e a obsessão são comuns.

Huyssen portanto nos expõe a complexidade que o fenômeno de memória alcançou nos últimos anos e a necessidade de compreendê-lo fenomenologicamente por todas as suas vias, atentando-se as relações temporais, aos meios de comunicação e

¹³ HARTOG, François. *Regimes de Historicidade...* Op. cit. p. 244.

ao mercado. Para o autor antes de uma hierarquia de qualidade crítica dessa memória é importante estarmos atentos às razões pelas quais a cultura de memória têm feito tanto sucesso sem qualquer resistência dos últimos anos; como o esquecimento se tornou uma patologia e se temos meios para lembrar de esquecer; e por fim, que é necessário urgentemente lembrar de um futuro.

Referências

AVILA, Arthur Lima. O fim da história e o fardo da temporalidade. *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 25, p. 243-266, 2018.

BARROS, José D'Assunção. *Memória e História*. Rio de Janeiro: Celta, 2007.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismos e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Revista Varia História*, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do Passado Presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

HUYSEN, Andreas. Mídia e discursos da memória. Entrevista concedida à Sônia Virginia Moreira e Carlos A. de Carvalho Moreno. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 37, n. 1, p. 98-106, 2004.

HUYSEN, Andreas. *Políticas de Memória do Nosso Tempo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição á semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 07-28, 1993.

RANGEL, Marcelo de Mello. A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e da história da historiografia. *Ponta de Lança*, v. 13, n. 25, p. 28-46, 2019.

Ideias para manter a cabeça nas nuvens

Mar (Rafaela Martins Soares)¹

As indagações com as quais reflito ao longo desse texto e as pseudo-conclusões acerca dos assuntos abordados, acentuaram-se nos meus pensamentos quando dei início à docência, ainda no ano de 2021. O que pude estudar até aqui, discutir e imaginar, me fazem crer que o debate do ensino, ainda é muito carente, e acredito que não seja só no Brasil, uma vez que a bibliografia com a qual converso ultrapassa essa fronteira territorialista. Apesar do Brasil ser o lugar que molda a minha experiência como discente e docente, esse mergulho em minha escrita me mostra que preciso buscar esse diálogo entre as ideias da produção do ensino.

Quando li bell hooks pela primeira vez, estava no último período da graduação de licenciatura em História. Devido à paralisação da universidade, dada à COVID-19, coleí grau no primeiro semestre de 2021, mas foi durante o segundo semestre de 2019 que conheci a bell. Nessa mesma época, eu ainda não havia conhecido Paulo Freire, professor brasileiro que tanto a inspirou. Ambos discutem as problemáticas e as possibilidades do espaço escolar. Sem medo, logo me tornei amante dos dois e nunca mais pude ser a mesma depois de ler *Ensinando a Transgredir*² e *Pedagogia da Autonomia*.³

¹ Professora de educação básica no estado de Minas Gerais.

² Cf. hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

³ Cf. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática*

Hoje ao reler bell, vou de encontro a esse amor que muitas vezes não encontrei no espaço acadêmico e tampouco em alguns projetos que desenvolvi durante a graduação. Então, pouco depois da minha colação de grau em História, dei início a graduação em licenciatura de Artes Plásticas, pela teimosia, talvez. Não saciada em um campo de estudos, migrei para outro. Para mim, sempre foi clara a necessidade de um espaço criativo em minha vida. O que ou quem poderia me suscitar tal busca?

Cursar “artes” me pareceu a saída para o “espaço criativo” do qual eu carecia. Um pouco clichê, mas eu precisava de um socorro. Essas são as minhas carências diante da minha pouca experiência e das minhas expectativas sobre o ensino. Portudo: quais as possibilidades que um determinado espaço pode oferecer? e mais, como esse espaço pode ser criativo e amoroso?; Seria todo espaço, um espaço de ensino? Essas questões que me afligem, também tangenciam as bibliografias trazidas aqui.

Se de alguma forma o espaço me inibir, preciso transcendê-lo. Aí entra a bell, entendem? Quando ela fala sobre sua experiência escolar ainda na introdução de “Ensinando a Transgredir”, é como se eu estivesse ligada a ela naquele momento. Ela escreve sobre o meu desespero; sobre o ensino eurocêntrico; sobre a presença do seu corpo dentro espaço escolar e no mundo; sobre o meu amor pela escola ainda no ensino fundamental, e tantas outras coisas.

Naquela época, ir à escola era pura alegria. Eu adorava ser aluna. Adorava aprender. A escola era o lugar do êxtase, do prazer e do perigo. Ser transformada por novas ideias era puro prazer. Mas aprender ideias que contrariavam os valores e crenças aprendidos em casa era correr um risco, entrar na zona de perigo.⁴

No curso de graduação, a sala de aula se tornou um objeto de ódio, mas era um lugar em que lutava para reivindicar e conservar o direito de ser uma pensadora independente. À universidade e a sala de aula começaram a se parecer mais com uma prisão, um lugar de castigo e reclusão e não de promessa e possibilidade.⁵

educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

4 hooks, bell. *Ensinando a transgredir... Op. cit.*, p. 11.

5 *Ibidem*, p. 13.

Houveram docentes em minha trajetória que se preocupavam com essas questões, referentes a possibilidade de transgredir os espaços, e tentavam saná-las, todavia até eu perceber isso de forma clara, já estava na segunda metade do meu curso, imersa no eurocentrismo, conseqüentemente no produtivismo, presentes nessa estrutura curricular.

Em 2017, por exemplo, incluir a disciplina de História das Áfricas no currículo do curso não foi fácil. Na época eu fazia parte do centro acadêmico do curso de história e acompanhei de perto todo esse conjunto de atos, medidas e diligências prescritas para o andamento do processo. Lembro da esgotante discussão sobre a inclusão dessa disciplina no currículo, e penso em tantas outras Histórias que são sucumbidas por esse ensino ainda arraigado a esses excessos de burocracias.

Ao tentar transgredir essa estrutura muitos dos meus professores, assim como Paulo Freire, se suicidaram na sala de aula. Esse suicideo consiste em matar-se em prol de algo. Transforma-se em um ideal e dar conta do que poderia ser melhor para a educação e o ensino segundo nossas observações, pesquisas, etc. Freire narra a Ira Shor que, um dos seus alunos lhe disse ao final de um curso que ele “havia se suicidado na frente deles em busca de conceber uma prática de ensino libertadora”.⁶ Para aquele aluno o erro de Paulo Freire foi morrer na frente de toda sala ao invés de se reinventar e renascer junto com a turma, ou seja, ele tentou se transformar em um professor ideal, praticante dos ideais libertadores, mas se lançou sozinho ao vazio.

Ver os meus professores nesse suicídio constante, me instigou tanto e durante tanto tempo, até ler Paulo e entender esse processo de morte pelo qual eles passavam e que mais tarde eu também passaria. Neles eu via o amor, a vontade e o vigor para transgredir toda a estrutura que sucumbia às possibilidades do espaço escolar universitário, ao mesmo tempo que via a exaustão.

⁶ FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 60.

Hoje me encontro nessa situação no ensino básico. Me vejo carente de ideias transgressoras e libertadoras e me questiono sobre as possibilidades de suas aplicabilidades.

Iniciei a minha carreira na educação no mês de Setembro de 2021 em duas Escolas Estaduais do Estado de Minas Gerais, ambas em Zona Rural, porém em cidades diferentes. Não foi a tarefa mais fácil do mundo manter os dois cargos que totalizavam 12 aulas, mas segui até o fim do ano letivo. Um dia, ao final de uma das minhas aulas, um aluno me disse “Professora, sua aula é sempre muito boa e produtiva, mas hoje não rolou não”.

Nesse dia havia combinado com meus alunos que teríamos aula no pátio da escola. Daria então uma aula sobre iluminismo, o que eu poderia vir a dizer a eles? Essa busca me fez estudar por horas. No outro dia, bingo! Talvez eu tenha me suicidado na frente dos alunos. Talvez vocês pensem “mas claro, você estava falando sobre iluminismo fora da sala, sem quadro, etc, foi ousadia demais para um tema tão truncado”. Ficou claro que eu tentei ser naquele momento alguém que eu não conseguiria ser: uma professora que consegue falar do iluminismo de maneira “desconstruída”. Que belo fracasso!

Agora que vocês acabaram de ler o meu desabafo, o que podemos produzir nos espaços escolares? Quais as possibilidades e os caminhos para a construção dessa produção transgressora, seja ela na Escola Estadual, Municipal, Particular ou nas Universidades? E qual o espaço para nossos erros e suicídios? Ao reler essas questões, a primeira coisa que me vem à cabeça é a rotatividade de alunos nesses espaços e as especificidades que cada aluno e lugar oferecem. É necessário pensar nesse encontro, mas vem outra questão: Quantas vezes será necessário repensarmos essas possibilidades? Freire e bell elucidam bem essa questão de criticar as nossas práticas de ensino, para gerarmos outros pontos dos quais podemos partir para repensá-las.

Afinal, o que estamos tentando transgredir?

É impossível não falar sobre os desdobramentos da colonização no espaço escolar e as suas consequências. No processo de escrita do meu possível projeto de mestrado, estava estudando os rumos da Independência da Índia, através da triologia de um autor chamado Vidiadhar Surajprasad Naipaul (1932-2018).⁷ Ele cresceu em uma comunidade agrícola formada por imigrantes indianos na ilha do Caribe em Trinidad. Com o fim da escravização do império britânico, entre os anos de 1834-38, as mãos de obras indígenas e africanas exploradas na plantação de açúcar diminuíram. Assim, para suprir essa mão de obra, a Inglaterra buscou por mão de obra estrangeira; Uttar Pradesh, avô de Naipaul, desembarca em 1880 em Trinidad e passa a residir nesta comunidade na qual Naipaul cresceria e viveria parte de sua vida.

Já na sua adolescência, Naipaul foi contemplado com uma bolsa de estudos de Inglês, para estudar na Inglaterra, esse momento se deu assim que ele terminou o ensino médio. Então, motivado pelo seu sonho de se tornar um escritor, escolheu a Universidade de Oxford na Inglaterra como destino para os seus futuros estudos. Ele acreditava que lá teria tempo e oportunidades para se dedicar ao seu sonho de ser escritor e consequentemente descobrir mais sobre a Índia, a terra de seus antepassados.

Começou sua carreira como ficcionista e depois migrou para os relatos de viagem. Sua ideia sobre o que poderia ser a Índia, é o que instigou sua carreira de escritor nessas duas fases de sua trajetória com a escrita. Mas a questão é que o espaço escolar foi definidor nas vivências de Naipaul. Ele não encontrou uma consonância entre a escola e o que ele aprendia em sua e comunidade.

O que esse espaço escolar pode ter oferecido à Naipaul, foi uma educação tradicional, onde se aprende conteúdos tradicionais que não ensinaram ou no mínimo tangenciam a História da Índia a partir da Índia e não do olhar da Inglaterra. Todavia, mesmo quando Naipaul chegou à Índia não se viu ali, não se viu como

⁷ Cf. NAIPAUL, Vidiadhar Surajprasad. *Ler e escrever*. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

escritor, mas se viu sem identidade. Aos poucos, ele percebeu que sua obra literária era uma possibilidade de investigar aquelas áreas de escuridão que marcaram sua infância e sua juventude e lhe despertaram a vontade de ser escritor:

do Júlio Verne do Sr. Warn (seu professor), não me ficou nada e, exceto pelos nomes dos submarinos e do seu capitão, não tenho nenhuma lembrança do que foi lido naquelas horas.

A essa altura, porém eu começava ter minha própria ideia do que era escrever, era uma ideia particular, e era uma ideia curiosamente nobre, sem relação com a escola e sem relação com a vida desordenada e em via de desintegração da nossa família da nossa família extensa Hindu.⁸

Essa volta à trajetória de Naipaul se conecta à História das práticas de ensino. De certo modo, me leva a pensar que muitas vezes a realidade que experienciamos não cabe na escola e, assim, a escola não cabe em nossa realidade. Naipaul sonhava em se formar para ganhar uma bolsa e poder estudar fora e se tornar um escritor, mas até que ponto ele penetrou em sua própria identidade em sala de aula? Vejamos também que ele vai estudar na Inglaterra, a mesma que de certo modo o levaria a Trinidad.

Foi com a bell hooks que eu entendi e internalizei que todos que estão no espaço escolar possuem a sua História e que isso significa que, para que o conteúdo que eu lecionei faça sentido, antes eu preciso me situar acerca da realidade dos meus alunos: quem são eles, da onde eles vem, preciso antes levantar uma biografia sobre suas origens, e isso é transgredir uma estrutura, principalmente no que diz respeito as possíveis atividades esperadas em uma sala de aula.

Enquanto professores, precisamos ir de encontro a esse espaço criativo, que nos possibilite mergulhar em um ensino que possa abranger diversas vivências, e que possibilite uma sala de aula onde se possa criar outras alternativas para compreender as possibilidades do ensino, em conjunto com os alunos.

Também é preciso estabelecer uma troca sincera entre os nossos saberes, onde o “eu não sei”, e “eu não concordo”, não

⁸ NAIPAUL, Vidiadhar Surajprasad. *Ler e escrever... Op. cit.*, p. 23.

nos violente, pois a sala de aula é um espaço onde se concentra a pluralidade. É em busca dessas nuances, respostas e perguntas que, muitas vezes, nos suicidamos ou caímos em insatisfações das quais não conseguimos sair, assim adoecemos, uma vez que todas essas ideias, reforço, tendem a transgredir à estrutura colonizadora do espaço escolar.

Por tudo isso é que a criatividade precisa estar latente. “E se o plano de aula não funcionar?”; “E se meus alunos escolherem não falar sobre iluminismo mesmo sendo um tema recorrente do enem?”; “Teriam eles a possibilidade de optar por não ter uma aula?”; “E se eles não gostarem da minha aula?”. Preciso estar aberta a outras possibilidades de pensar e interagir com o espaço escolar.

Falo disso, porque uma das dificuldades que encontrei em ambas as escolas em que lecionei foi a de criar um espaço onde essas possibilidades pudessem surgir. Possivelmente eu fracassaria em algumas delas, outras dariam certo ou seriam mais ou menos... Mas para isso eu precisaria tentar. Precisaria que esse espaço estivesse aberto ou no mínimo surgisse em meio a tanto trabalho e conteúdo. Vejo também que somente a minha aula não seria suficiente para tudo isso. Sozinha eu novamente me suicidaria inúmeras vezes: “Quem poderá nos socorrer?”, a voz de um personagem de um antigo programa de TV, invade a minha cabeça.

Para terminar, eu gostaria de enfatizar que: Um diálogo em forma de livro, como apresentados em “Ensinando a transgredir”, nos mostra que a escrita não necessariamente é solitária, que os métodos de abordagens variam sobre o mesmo assunto, além de enfatizar que à educação e os caminhos pelos quais podemos pensá-la, está longe de ser individualista e estático. Outra coisa, meus alunos não se interessavam pelas teorias e possibilidades do ensino, assim como alguns dos meus colegas da academia também não se interessavam. E me pergunto “Até que ponto me interessei?”. Só depois de estar em sala de aula é que descobri que o ensino faz parte de todas as disciplinas e que é mais que urgente pensarmos e repensarmos em

seu rigor. Poderíamos ter um curso só de ensino, supostamente onde licenciados ou não, iriam pensar as possibilidades de sua prática docente.

Não é sobre esses cursos que os não licenciados fazem para poderem dar aulas. Falo de um espaço onde os encontros de saberes possam elucidar essa criatividade. Os famosos cursos de “continuidade” precisam aparecer e fazer a diferença e questionar as metodologias de produção e saberes. Em minha curta experiência como docente, lecionei ao lado de professores que nunca havia conhecido, pessoalmente, mas que não me eram estranhos

A prática do ensino, precisa urgentemente sair da caixinha do “é um dom”; “levar jeito para a coisa”; “ter pré-disposição ou talento”. Se aprende sobre o ensino, ao ler, praticar, criticar, experimentar possibilidades de compreender o próprio ensino, seja na escola ou não. É preciso abrir espaço para o debate do ensino. O reprodutivismo constante do ver e fazer, também precisa urgentemente ser rompido, porque dentro dessa lógica o ensino não tem a força que precisa para que possamos mergulhar na realidade na qual estamos inseridos.

Sou aluna e também professora. Dou aula e assisto aula conforme nos impuseram há séculos atrás. Vejo os mesmos desenhos e fotografias nos livros didáticos de quando eu ainda estudava no fundamental e médio; o pátio da escola é o mesmo; são os mesmos brinquedos nos parquinhos; é a mesma escola dos meus avós e dos meus pais, e a de Naipaul em Trinidad... Um pouco do que é o novo invade à escola: uma sala de informática, uma sala de vídeo, mas a escola fica apertada, e nem tudo passa a ter um lugar nesse espaço.

E quando eu conversava e ouvia conversas nas salas dos professores, acerca do ensino em ambas as escolas que lecionei, falava-se tanto em medidas coercitivas e punitivas para os alunos. Os sábados letivos constantemente eram substituídos por alguma palestra, que no final das contas tinham sempre um teor de moral religiosa. Por que essas estruturas só viam tais possibilidades? Por

que a correção e a moral, a punição e a religião, estruturam a nossa realidade? Vivemos sob a herança da colonização, sobretudo no espaço escolar.

Sem mais delongas, o título “Ideias para manter as cabeças nas nuvens”, é inspirado em “Ideais para adiar o fim do mundo”,⁹ somado à busca da criatividade expressa em “Com a cabeça nas nuvens”.¹⁰ Esse espaço lúdico onde todos podemos sonhar, como bem nos adverte Krenak:

quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos, nos quais pode buscar os cantos, a cura, a inspiração e mesmo a resolução de questões práticas que não consegue discernir, cujas escolhas não consegue fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas como possibilidades.¹¹

Ao longo da graduação de História, eu descobri que gostava de citar vários autores de disciplinas diferentes em um mesmo texto. Pensava em como eles poderiam dialogar. Indiferente do tempo onde estavam, do local que ocupavam, da escola filosófica ou da Universidade que pertenciam, vários deles, parecia-me ser semelhantes. Daí é que eu tirava ideias para escrever. Tinha sede de encontrar algo novo, ou uma pista que me indicasse algo, e talvez seja por isso que toda essa bibliografia, apareça aqui. Elas me transmitem abertura ao diálogo.

Nesses últimos dias fui com esse texto na cabeça para a sala de aula, e então algumas críticas referentes à minha escrita surgem, dada a ansiedade dos meus alunos pelo horário de ir embora e suas inquietudes em sala, por exemplo. Tirar a cabeça das nuvens e transpor essas ideias para a realidade é essencial, aliás é necessário lidar com as problemáticas que o espaço escolar apresenta, talvez esse seja o momento da ousadia Freiriana. O que penso é que sonho e realidade não se invalidam. Para que “Ideias para manter cabeça

9 Cf. KRENAK, Ailton. A humanidade que pensamos ser. In: KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

10 Cf. GAMBINI, R. Com a cabeça nas nuvens. *Pro-Posições*, v. 21, n. 2, p. 149–159, 2016.

11 KRENAK, Ailton. A humanidade que pensamos ser... *Op. cit.*, p. 25.

nas nuvens” possa fazer algum sentido, e delas nascerem espaços criativos, tiremos os pés do chão.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GAMBINI, R. Com a cabeça nas nuvens. *Pro-Posições*, v. 21, n. 2, p. 149–159, 2016.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KRENAK, Ailton. A humanidade que pensamos ser. In: KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MATOS, Jacinta Maria. A educação imperial de Naipaul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 65, p. 175-185, 2003.

NAIPAUL, Vidiadhar Surajprasad. *Ler e escrever*. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

Não foi ‘descobrimento’ pelos ‘colonizadores’, foi invasão por caçadores de almas!

Algumas reflexões sobre como aprender história com a literatura indígena

Helena Azevedo Paulo de Almeida¹

É sabido, já a algum tempo, que a lei 11.645 de 2008, visava tornar obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. Desde então, viemos ao longo dos últimos quatorze anos desenvolvendo debates, metodologias e abordagens (supostamente diversas) para a aplicação da referida lei. No entanto, temo que além de termos ainda um longo caminho a percorrer, devamos nos empreender a voltar as bases mais óbvias de alguns problemas que a tangenciam, a saber: 1) obrigatoriedade para quem?; 2) quais disciplinas?; 3) qual história indígena?; 4) literatura indígena?. Assim, a organização do presente texto se dedicará a refletir inicialmente sobre cada um dos referidos questionamentos.

Obrigatoriedade para quem? Quais disciplinas?

Primeiramente é preciso dizer o quanto a lei 11.645/08 foi revolucionária. Habitamos um país, ou melhor um mundo, em que

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Editora da revista (entre)linhas e editora colaborada do portal HH Magazine – humanidades em rede.

a presença indígena é constantemente invisibilizada e silenciada. A partir de uma perspectiva de longa (ou aqui, longuíssima) duração, a lei parte de um antigo problema das ciências humanas: o de se preocupar mais “em se colocar no conjunto monstruoso das antigas e recentes investigações”,² quando o ponto de partida poderia ter sido outro. Mas chegaremos ainda nele. Por hora, é importante pensar que a própria abordagem de qual “história indígena” deve ser abordada deveria ter sido refeita para o início dessa trajetória.

Se partirmos de uma perspectiva mais tradicional (e, porque não, tradicionalista), podemos listar algumas fontes de informações sobre um imaginário coletivo e construção de quem seriam esses “índios” no Brasil, ou seja, sobre as generalizações que formaram e, ainda, formam uma suposta “identidade única” sobre os indígenas, sendo esta identidade, mitológica.⁴ O destacamento da mitologia sobre essa identidade única, apesar de não ser nada original, é importante aqui para destacar a invenção de uma unicidade que não se restringe apenas ao campo intelectual, mas avança insistentemente para as realidades contemporâneas existentes no Brasil. Uma unicidade que progride como um rompimento de barragem, destruindo territórios, memórias e vidas, por onde quer que passe. A palavra “progredir” não é utilizada aqui de forma leviana, mas com intenção de retomar o grande problema que foi o projeto pelo “progresso”, principalmente ao longo da virada do século XIX para o século XX, e ao longo deste. A ideia de progresso, associada à modernização do país como verdadeiras utopias republicanas sustentaram, e ainda sustentam, ações que

2 Cf. BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1990.

3 Delimita-se aqui a diferenciação de dois conceitos “índio” e “indígena”. O primeiro se refere às generalizações massivas construídas sobre os povos originários no Brasil, de maneira sistemática desde as primeiras invasões em seus territórios. O segundo, diz respeito a uma abordagem (embora limitada) de um encontro das diferentes origens étnicas originárias nas Américas, de forma a destacar suas pluralidades culturais ao longo do tempo, em um acordo comum entre as múltiplas vozes pertencentes a estes povos passados e, principalmente, presentes.

4 Iniciei o desenvolvimento dessa abordagem sobre uma mitologia de “identidade indígena única” no texto “A mitologia de uma ‘identidade indígena’ única e a sua transmutação em ‘caboclo’: uma perspectiva em longa duração”, atualmente no prelo.

avassalam os povos indígenas no Brasil, estigmatizando-os como ultrapassados e incoerentes com a melhoria do país.⁵

A mitologia de uma identidade única sobre os povos originários (aqui mencionados de maneira pejorativa como “índio”) foi construída e é constantemente revitalizada por literaturas, filmes, novelas, e demais produções culturais. Ao mesmo tempo que essa construção de imaginário também é constantemente barrada e deposta, pelas abordagens decoloniais, pelas vozes originárias, pela literatura indígena e seus aliados. E é sobre a necessidade da perspectiva decolonial que inicio esta reflexão. Afinal, podemos realmente supor uma “obrigatoriedade” sobre um tema de ensino cujo conhecimento de muitos professores não correspondem aos mais fundamentais, e por isso, decoloniais? E quais seriam esses conhecimentos fundamentais afinal, visto que suas abordagens foram e são realizadas ainda por perspectivas maximamente colonizatórias? Aqui me refiro aos professores mas, evidentemente, de maneira não-generalizante e em conjunto com uma estrutura educacional deficiente (principalmente agora, com a reforma de um “novo” ensino médio),⁶ às falhas curriculares no ensino básico e superior, e também na falta de investimentos em uma formação docente continuada.

A lei 11.645/08 deve ser vista como uma oportunidade sem precedentes na história da educação, mas que precisa ser contextualizada a partir de seu próprio texto, já que aponta a necessidade da obrigatoriedade do “estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (SIC). Esta lei altera a 9.394/96 que, por sua vez, já havia sido modificada pela 10.639/03. Percebam que, perante a legislação, história africana, afro-brasileira e indígena

⁵ Cf. CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

⁶ A (des)reforma de um suposto “novo” Ensino Médio se encontra atualmente em fase de implementação em diversas escolas ao redor do país, com previsão para implementação total em 2024. Para entender melhor o processo, que já se encontra em caráter conclusivo, consultar a reportagem publicada na página da Câmara dos Deputados. Cf. PROJETO adia a implantação total da reforma do ensino médio para 2024. *Câmara dos Deputados*, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/846340-projeto-adia-a-implantacao-total-da-reforma-do-ensino-medio-para-2024>. Acesso em: 03 out. 2022.

pertencem ao mesmo circuito de debates, o que não é completamente equivocado. No entanto, não dispõe das prerrogativas específicas para cada conteúdo o que, na prática, acaba fazendo com que os conteúdos sejam tratados superficialmente.⁷ Além disso, salienta-se como a obrigatoriedade das temáticas indígenas⁸ também aparece tardiamente pelo escopo das regulamentações.

Considerando esses pontos, a própria lei ainda aponta que a abordagem dos conteúdos sobre temáticas indígenas deveria ser “ministrad[a] no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”.⁹ O segundo parágrafo autoriza, na prática, que as abordagens sejam feitas apenas pelas referidas disciplinas, responsabilizando os respectivos professores por uma amplitude de abordagens que não poderiam ser contempladas ao longo de uma vida inteira. Além disso, a falta da citação sobre as demais disciplinas escolares não responsabiliza, direta e indiretamente, a presença dos conhecimentos originários nas tradicionais “*hard sciences*”, como se os povos indígenas não tivessem influenciado diretamente sobre essas ciências.¹⁰ Isso tudo faz parte de uma estrutura racista,¹¹ epistemicida,¹² e etnocida,¹³

7 Nesse sentido os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ainda não conseguiram corresponder às demandas decoloniais do currículo escolar e, muitas vezes, às abordagens realizadas no ensino superior, responsável pela formação de novos professores.

8 Destaco a preferência pelo termo “temáticas indígenas” e não “história e cultura indígena”, termos utilizados pela referida lei, pois tanto “história” quanto “cultura” são utilizadas por substantivos singulares, enfatizando a oposição estrutural da sociedade (e, portanto, da lei) às pluralidades culturais e históricas dos povos indígenas no Brasil.

9 Cf. BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008*. Brasília: Poder Legislativo, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 30 mar. 2008.

10 Vários trabalhos são produzidos no Brasil sobre a etnomatemática, etnociência, etnoturismo, conhecimentos diversos sobre a biodiversidade no Brasil, dentro outros conhecimentos que esta autora ainda não se aprofundou. Para leitura detida sobre os pontos mencionados, consultar o livro organizado por Maria Cecília de Castello Branco Fantinato, “Etnomatemática: novos desafios teóricos e pedagógicos”. Cf. FANTINATO, Maria Cecília de Castello Branco. *Etnomatemática: novos desafios teóricos e pedagógicos*. Niterói: Editora da UFF, 2009.

11 Cf. ALMEIDA, Silvio. *O que é o racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

12 Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

13 Cf. CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

que permanece silenciando e invisibilizando os povos indígenas na história do Brasil.

O epistemicídio, que também faz parte do etnocídio no Brasil,

foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista [...] tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais).¹⁴

No entanto, apesar de sucessivas denúncias sobre essas estruturas maximamente excludentes, muitas produções de conhecimentos ainda são sustentadas e sustentam essas manifestações de conhecimentos abissais, em uma “disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não-científicas de verdade”.¹⁵ Nesse sentido, para além das filosofias e teologias que ainda se sustentam em razões ocidentais, utiliza-se aqui o pensamento de Boaventura de Souza Santos para refletir sobre o conteúdo a ser abordado a partir da lei 11.645/08 que não destaca essas estruturas excludentes, principalmente considerando as temáticas indígenas. Estas, por sua vez, ainda são abordadas sistematicamente através do viés colonizador, por meio colonizatório em uma sistemática colonização dos pensamentos, através de chaves de leituras binômias e divergentes, como aponta John Manuel Monteiro:

este movimento envolvendo a circulação e a reapropriação de ideias e imagens em momentos muito distintos também marcou a trajetória de um padrão bipolar que condicionou as maneiras de perceber e interpretar o passado indígena, constituindo um segundo grande tema que está no centro de vários capítulos. Inscrito inicialmente no binômio Tapuia/Tupi, este padrão foi reciclado em várias conjunturas distintas, reaparecendo em outros pares de oposição, tais como bravo/manoso, bárbaro/policiado ou selvagem/civilizado. Mas essas

¹⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice... Op. cit.*, p. 328.

¹⁵ *Idem.* Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos estudos*, n. 79, p. 3, 2007.

percepções e interpretações não ficaram apenas nas divagações historiográficas ou nos debates antropológicos em torno da unidade e diversidade dos índios, pois tiveram um impacto profundo sobre a formulação de políticas que afetaram diretamente diferentes populações indígenas.¹⁶

Não devemos negligenciar as políticas de educação, dentre as políticas mencionadas por Monteiro, pois é na permanência de uma polarização entre progresso/modernidade *versus* passado e, aqui no caso, indígenas, que o currículo escolar ainda aborda as temáticas que são objeto dessa reflexão, engessando os povos originários em um passado majoritariamente colonial. É contra esta percepção retrógrada e colonialista que apresento uma proposta opositória de destacar os conhecimentos indígenas, através de suas literaturas e história oral como fontes fundamentais para um ensino de história decolonial, através da lei 11.645/08. Dessa forma, é importante delimitar o lugar de fala de tudo aquilo que é produzido sobre o “índio” pelo não-indígena, destacando a importância de “não pensar [um] discurso como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle”.¹⁷

Qual história indígena? Literatura indígena?

Leda Martins, no texto “Performances sobre a oralitura: corpo, lugar de memória”, discorre sobre como os saberes considerados à margem e marginalizados, como as epistemologias africanas e indígenas “não ecoaram em nossas letras escritas”.¹⁸ Convergingo com Martins, Edgar Morin, em “Cultura e Barbárie Europeia” defende que a civilização não é só fruto da barbárie, mas elas são vizinhas. Uma não existe sem a outra. Sobre os genocídios que existiram ao longo do século XX (e no caso dos

¹⁶ MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Doutorado em Etnologia). Universidade de Campinas, Campinas, 2001, p. 10.

¹⁷ RIBEIRO, Djamil. *Lugar de Fala*. São Paulo: Jandaíra, 2019, p. 435.

¹⁸ MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras*, n. 26, p. 64, 2003.

povos originários, continua existindo), ele defende que “a barbárie seja reconhecida pelo que ela é, sem qualquer simplificação ou falsificação. O que importa não é o arrependimento, mas o reconhecimento. Esse reconhecimento deve passar pelo conhecimento e pela consciência. É preciso saber o que de fato ocorreu”.¹⁹ Considerando esses raciocínios que é cada vez mais importante apontar a necessidade de um ensino de história e temáticas indígenas, por parte do que a história desses povos nos oferece e resistindo, apesar dos esforços não-indígenas, ao perverso silenciamento. Por isso, é necessário entender, compreender e destacar as violências, realizadas contra os povos indígenas, assumindo suas existências e denunciando suas persistências.

O que chamo de “história indígena” de fato, que é a história organizada, produzida pelos povos originários, está presente tanto na tradição de uma história oral quanto na literatura, produzida por um panteão de ricos autores. Afinal, “quando os europeus principiaram a produzir textos no território brasileiro, os indígenas já vinham, há tempos, produzindo os seus”.²⁰ E ao menos parte considerável dessa literatura produzida, confronta parte substancial de uma historiografia que fala sobre a presença dos indígenas na história do Brasil. Então, delimita-se aqui a necessidade de se diferenciar as categorias “história indígena”, ou seja, a história organizada e produzida pelas intelectualidades indígenas, em oposição do que ainda é tratado a partir da lei 11.645/08, e também é abordado nas escolas e ainda muito presente nas Universidades e imaginário coletivo, que é a “presença indígena na história do Brasil”, visto pelo viés eurocêntrico e colonizador.

Esta diferenciação é fundamental para investigarmos os limites das experiências e temporalidades presentes na produção de documentos, incluindo o próprio livro didático, e a formação de professores em uma sociedade intensamente racista, machista e homofóbica. É começando a diferenciar essas duas categorias que podemos identificar as permanências coloniais através de

19 MORIN, Edgar. *Cultura e Barbárie Europeias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 105.

20 ZUMTHOR *apud* MARTINS, Leda. *Performances da oralitura... Op. cit.*, p. 64.

máscaras torturantes e silenciadoras, confrontando as invisibilidades intelectuais e físicas que tangenciam a presença indígena no Brasil.²¹ Afinal, é papel do professor, como intelectual questionar através de uma atuação que “não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); [...] é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete”.²²

Para Grada Kilomba “no âmbito do racismo, a boca torna-se o órgão da opressão por excelência, ela representa o órgão que os(as) brancos(as) querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente apreendido”.²³ Nesse sentido, podemos expandir a abordagem para a situação dos povos indígenas em conseguirem enunciar suas presenças e suas histórias. “Conseguirem” não se relaciona aqui com capacidade, mas mais com oportunidade, possibilidade, frente à uma onda subjugadora de silenciamentos, invisibilizações e negação de suas intelectualidades. É também pela boca que acontece a alimentação do corpo, da alma e da mente, e ainda, como aponta bell hooks: “muitos de nós aceitamos a noção que existe uma cisão entre corpo e mente. [...] Entrando na classe determinados a apagar o corpo e nos entregar a mente de modo mais pleno, mostramos por meio do nosso ser o quanto aceitamos o pressuposto de que a paixão não tem lugar na sala de aula”.²⁴

Aqui, hooks demonstra como o corpo é invisibilizado, e maquiado de uma neutralidade inexistente, como se a própria intelectualidade fosse algo etéreo e para além das demandas sociais, corporais e terrenas. É fundamental que se destaque a necessidade de demonstrar as cores, experiências que são ainda silenciadas, através

21 KILOMBA, Grada. *The Mask*. In: KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. 2 ed. Münster: Unrast Verlag, 2010.

22 SAID, Eduard W. *Representações do Intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 25.

23 KILOMBA, Grada. *The Mask... Op. cit.*, p. 2.

24 hooks, bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática libertadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2017, p. 253-254.

de uma boca que urge pela fala, para que se possa finalmente matar o opressor em cada um de nós. Nesse sentido, destacamos a fala, a boca, de Daniel Munduruku, através da escrita de “O Karaíba: uma história do pré-Brasil”.²⁵

Na abertura do livro já encontramos parte do poema de Graça Graúna, “Canto mestizo”, oferecendo o tom da conversa: o de denúncia das “nações em prantos/ e os homens-daninhos seduzindo a taba”.²⁶ Assim, logo de início há uma inversão de perspectiva sobre o colonizador europeu, associando-o à uma generalização de plantas indesejadas e que interferem no cultivo e, por isso, na alimentação física e emotiva de um povo. Assim, o europeu é visto como intolerado, como feitor de dano, como o invasor que foi e continua sendo. Ao mesmo tempo, o trecho selecionado por Munduruku finaliza com a esperança de uma “manhã bem cedinho/ Além da Grande-Água/ [...] um curumim sonhando”, demonstrando a resistência dos povos originários, frente à devastação causada pelas invasões.²⁷ Sonhar para não esquecer os antepassados, pois eles vivem em conjunto como encantados. Sonhar para combater a epidemia do esquecimento, do silenciamento, e da ignorância de que o tempo passa e um dia, se tivermos sorte, seremos todos ancestrais. E nesse sentido é preciso evitar os extremos das violências que colhemos no decorrer de séculos de colonização, que é o do destaque exclusivo das agressões. Assumir as bestialidades perpetuadas por não-indígenas não deve suprimir as resistências realizadas de maneiras diversas por esses mesmos povos. E é esse um dos principais papéis da literatura para a reflexão apresentada, a de ver as obras originárias como produções que “ênfatizam que as obras desses escritores [e] produzem raras emoções artísticas naqueles que os amam, juntamente porque eles abrangem a totalidade da época que descrevem”.²⁸

²⁵ RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala... Op. cit.*, p. 412.

²⁶ Cf. GRAÚNA *apud* MUNDURUKU, Daniel. *O Karaíba: uma história do pré-Brasil*. Barueri: Amaralys, 2010.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ GRAÚNA, Graça. De Livros e Girassóis. In: GRAÚNA, Graça. *Impressões de leitura do texto literário*. São Paulo: Todas as Musas, 2016, p. 13.

É pela denúncia de um futuro silenciamento que “O Karaíba” se inicia com uma profecia, a de que “não sobrarão nem vestígios de nossa passagem sobre esta terra onde nossos pais viveram. Os monstros virão e destruirão nossa memória e nossos caminhos. Tudo será revirado: as águas, a terra, os animais, as plantas, os lugares sagrados. Tudo”.²⁹ Essa foi a fala do velho Karaíba, palavras que trouxeram apreensão, e choro ao povo de Perna Solta, o herói dessa história, uma pessoa comum dentro daquela comunidade, afinal não seria guerreiro e nem pajé, mas atuava como mensageiro entre diversos lugares. Perna Solta então era um comunicador de espaços e tempos, pois enviava uma mensagem entre uma aldeia e outra, de falas e acontecimentos que já haviam acontecido, ou de anseios pelo que ainda estava para acontecer. Era a rapidez de suas pernas que mantinham as aldeias a par dos acontecimentos passados e presentes.

A profecia do Karaíba havia transformado o cotidiano da aldeia e, junto a esta, do nosso herói, pois os anciãos têm experiências a serem reverenciadas e carregam as sabedorias antepassadas; são eles que “sabem dominar a leitura do tempo”.³⁰ E é sabendo da leitura dos tempos sobrepostos um ao outro e de maneira simultânea, que o Karaíba denunciou a vinda dos invasores torcendo para que seus ouvintes chegassem à conclusão que chegou Perna Solta, a de que tudo “certamente irá acontecer independente da nossa vontade, mas tenho a impressão de que cabe sim a nós interferir nos rumos dos acontecimentos”.³¹ Percebam que Daniel Munduruku aponta aqui a atuação de Perna Solta frente às violências iminentes, dando nome e voz à inúmeras figuras históricas que foram silenciadas por uma estrutura historiográfica que via aqueles (e esses) povos de forma deficiente e etnocêntrica, como por exemplo, demonstra Tzvetan Todorov: “Será que podemos adivinhar, através das anotações de Colombo, como os índios [SIC] percebem os espanhóis? Dificilmente, aqui também, toda informação é viciada, porque Colombo decidiu

²⁹ MUNDURUKU, Daniel. *O Karaíba...* Op. cit., p. 2.

³⁰ *Ibidem*, p. 2.

³¹ *Ibidem*, p. 4.

tudo de antemão: e já que o tom, durante a primeira viagem, é a de admiração, os índios também devem ser admirativos”.³²

É contra essa visão, “informação viciada” e, principalmente, da ideia de admiração dos invasores pelos indígenas, que Munduruku continua sua narrativa, que poderia muito bem ser a narrativa histórica de inúmeros povos sujeitados às explorações dos invasores. É nessa perspectiva que o autor também descreve o que muitos historiadores ainda teimam em deixar de lado, como algo inferior ou insignificante, os sentimentos e emoções: “Tem que sentir e só é possível sentir quando o corpo sai de si. Meu neto vai ver o que estou falando antes de voltar-se contra a tradição”.³³ O medo, a esperança e o amor são sentimentos poderosos e que podem estar interligados, pois são esses sentimentos que retomam a humanidade de um indivíduo.³⁴ São sentimentos potentes, pois o medo é também uma máscara que pode camuflar não só o próprio medo, mas também ideologias, projetos civilizatórios e extermínios diversos, afinal, é também

medo dos gênios, das forças da natureza, medo dos mortos, dos animais selvagens à espreita na selva e de sua vingança depois que o caçador os matou; medo de seu semelhante que mata, viola e até devora suas vítimas; e, acima de tudo, medo do desconhecido, de tudo que precede e segue a breve existência do homem.³⁵

O medo do desconhecido e do que não se pode ver, também induz o movimento dos povos presentes no livro de Munduruku, assim como movimentaram os antepassados reais em busca de uma Terra sem Males. Mas ainda “havia coisas que os que vivem com olhos abertos não podem aceitar. Para que se veja é preciso

32 TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 57.

33 MUNDURUKU, Daniel. *O Karalba...* *Op. cit.*, 9. É possível aqui que Daniel Munduruku tenha feito uma referência (direta e indireta) ao próprio avô, que o orientou em sua vida e o redirecionou para sua própria indianidade em retomada das ancestralidades de seu povo. Para leitura mais dedicada, ler em sua totalidade: *Idem*. *Meu vô apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória*. São Paulo: Studio Novel, 2009; *Idem*, Daniel. *Memórias de Índio: uma quase autobiografia*. Porto Alegre: Edelbra, 2018.

34 *Idem*. *O Karalba...* *Op. cit.*, 10.

35 Cf. KOCHNITZKY *apud* DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

estar de olhos fechados e o coração ligado na sabedoria do universo”.³⁶ E é aqui que algo se perde na tradução do oral para o escrito, pois de alguma forma

A memória, inscrita como grafia pela letra escrita, articula-se assim ao campo e processo da visão mapeada pelo olhar, apreendido como janela do conhecimento. Tudo que escapa, pois à apreensão do olhar, princípio privilegiado de cognição, ou que nele não se circunscreve, nos é ex-ótico, ou seja, fora de nosso campo de percepção, distante de nossa ótica de compreensão, exilado e alijado de nossa contemplação, de nossos saberes. [...] Mnemosyne, a musa das lembranças, certamente com isso se inquieta, pois na narrativa mítica todo o saber que se quer reminiscência não pode prescindir de Lesmosyne, o esquecimento, esquecimento este que se inscreve em toda grafia, em todo traço que, como significante, traz em si mesmo as lacunas e rasuras do próprio saber.³⁷

É querendo preencher essas lacunas que Daniel Munduruku retoma o conhecimento tradicional de seu povo e de outros povos indígenas, presentes no Brasil. Afinal, os gestos fazem parte da performance que conta uma história; faz parte de uma linguagem que transcende o escrito, ou melhor, “palavras [que] foram enredadas numa língua fantasma cujos desenhos tortos se espalharam entre os brancos, por toda parte”.³⁸ O ato de dizer, de comunicar, é também para além de uma série de sons, porque são movimentos, são danças que escrevem e descrevem um conglomerado de epistemologias originárias, pensando o deslocamento e “extensão através das fronteiras culturais e sua penetração nos mais profundos estratos da experiência histórica, pessoal e neurológica humana”,³⁹ e também suas lacunas. Essas lacunas que a experiência não-indígena talvez não tenha sensibilidade (ainda) de aprender; uma sensibilidade que os olhos não conseguem enxergar e os ouvidos não conseguem distinguir, como o canto das árvores que “conversavam entre si anunciando uma novidade que estava por chegar à região. [...] Eles estão chegando! Eles estão chegando!”.⁴⁰

36 MUNDURUKU, Daniel. *O Karáiba...* Op. cit., p. 9.

37 MARTINS, Leda. Performances da oralitura... Op. cit., p. 64.

38 KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 77.

39 MARTINS, Leda. Performances da oralitura... Op. cit., p. 66.

40 MUNDURUKU, Daniel. *O Karáiba...* Op. cit., p. 21-22.

Aqui chegamos ao ponto principal desta reflexão. Em uma contrapartida decolonial frente à estrutura racista e colonizatória que muitas das abordagens sobre temáticas indígenas ainda utilizam, Daniel Munduruku combate a perspectiva apaziguadora de “descobrimento”, transfigurando-a no termo mais adequado: invasão. Ainda existe uma abordagem, presente tanto na historiografia quanto no ensino de história, que submete violências múltiplas contra os povos originários à uma suavização que, por sua vez, naturaliza as brutalidades, as selvagerias e barbáries europeias e euro-descendentes. O autor aqui então rebatiza os “colonizadores” como “caçadores de almas”, monstros que passaram a assolar e a difundir o medo por onde passavam. Assim, o medo, o receio do que estava por vir, reivindica e toma lugar de uma longa narrativa, feita por não-indígenas, de “descobrimento”, “trocas” e passividades múltiplas, como pode-se ver na passagem seguinte:

eu tive um sonho. Nele a nossa aldeia era invadida por seres monstruosos. Tinham pelo me todo corpo e no rosto. Não sabia de onde vinham, nem o que queriam com nossa gente. Tentei conversar com eles, mas falavam uma língua muito estranha e confusa. Eram grandes e fortes. Eles se pareciam com macacos, mas não pulavam nem brincavam. Tinham um rosto sempre duro e voz de guerra. Fiquei com muito medo. Quando acordei, consultei nosso sábio e ele me disse que era preciso sair daquele lugar, pois o sonho tinha sido um aviso da chegada de caçadores de alma.⁴¹

Aqui é preciso lembrar que a “literatura é objeto de uma problematização, de um questionamento, apto a revelar a superficialidade da atitude para qual ela corresponde apenas a uma noção difusa e culturalizada, sendo o óbvio, portanto”.⁴² É com o poder literário, vindo de um autor indígena que contrapõe séculos de uma historiografia pautada no silenciamento que a selvageria europeia é denunciada, destacando essas duas categorias – “invasão” e “caçadores de almas” – como mais apropriadas para serem trabalhadas, ensinadas e aprendidas, a partir da lei 11.645/08. Ainda, é preciso então entender o que um texto, e por isso um autor, disse sobre o Outro e como o diz, afinal “se a narrativa se desenvolve

41 MUNDURUKU, Daniel. *O Karaíba...* Op. cit., p. 16.

42 SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Ática, 1991, p. 6.

justamente entre um narrador e um destinatário implicitamente presente no próprio texto, a questão é então perceber como ela ‘traduz’ o outro e como faz com que o destinatário creia no outro que ela constrói”.⁴³

Essa ação de vanguarda se destaca também frente à uma sistemática abordagem sobre “presença indígena na literatura” a partir de textos românticos, publicados ao longo do século XIX. O indianismo romântico, abordado por autores como José de Alencar e Gonçalves Dias, é um exemplo de uma idealização da figura do “índio”, estereotipada e presa a um passado ainda colonial. Apesar disso, é importante dizer que esses autores foram importantes em seus próprios tempos, trazendo alguma visibilidade sobre os povos indígenas que ainda eram vistos como ameaça selvagem e canibal. No entanto, a contínua abordagem sobre aqueles personagens sem a devida problematização pode perpetuar um engessamento sobre a imagem indígena no Brasil, excluindo-os das múltiplas realidades contemporâneas em nosso país, e no mundo. A literatura indígena, e não a indianista, vem nesse movimento para conflitar com essas abordagens que ainda persistem nas escolas, a partir da lei 11.645/08.

Essas abordagens decoloniais podem possibilitar certos conflitos geracionais, pois os responsáveis pelas crianças e jovens nas escolas, e mesmo adultos no ensino superior

estariam preocupados com o ensino de história, de humanidades em geral, pois seriam ‘ideológicos’ e provocariam seus filhos, de algum modo, no sentido de certa relação mais desinteressada e mesmo cética em relação às aulas de história, e isso para não falarmos do tratamento negativo que a história (e as humanidades em geral) tem recebido a partir de certo avanço quer da extrema direita quer de certa técnica, lógica e ritmo produtivista (do que também podemos chamar de neoliberalismo e seu empreendedorismo de si) mais imediatista e egoísta.⁴⁴

Por isso, é importante perceber que esses conflitos apenas evidenciam o “costume” de uma abordagem vertical e única sobre

⁴³ HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, p. 242.

⁴⁴ RANGEL, Marcelo de Mello. Ensino de História: temporalidade, pós-verdade e verdade poética. *Revista Tempo e Argumento*, n. especial, p. 2-27, 2021.

as temáticas abordadas, incluindo nelas, as temáticas indígenas. Ao criar um embate com perspectivas mais abrangente, múltiplas e solidárias, principalmente de e a partir de questões sensíveis,⁴⁵ é possível expandir um determinado horizonte que dialogue diretamente com as demandas dos mais de 300 povos originários, presentes no Brasil.⁴⁶ É também a partir do texto de Marcelo Rangel que destacamos a literatura e o ensino de história, simultaneamente e de maneira sobreposta, como um espaço de redenção de passados possíveis, salientando que a falta de documentação confeccionada por mãos indígenas é também fruto de violências epistemológicas e físicas, que impossibilitaram a produção de tais conteúdos no passado. Ou ainda, como pesquisa recente de Eduardo Navarro pôde comprovar, a escrita de tais documentos existiu, mas foi destruída pela colonização.⁴⁷ Este é mais um ponto que demonstra a necessidade sobre os destaques das vozes originárias, afinal, é exclusivamente a violência que justifica os seus silenciamentos no passado, e também é a violência que justificaria a permanência desse silenciamento.

Dessa forma, finaliza-se essa reflexão com alguns apontamentos, a saber: continua sendo preciso uma revisão dedicada das metodologias empregadas e justificadas a partir da lei 11.645/08; também é preciso rever os conteúdos abordados pois, seja para a abordagem de temáticas indígenas ou afro-brasileiras e africanas, seus sujeitos não são meramente escravos ou “grupos” presentes ao

45 Cf. ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades. *Anais...* Caiacó: Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres), 2014.

46 Dados desatualizados do IBGE de 2010. A previsão é de que o número de indivíduos pertencentes aos povos já contabilizados seja maior, assim como dos povos contabilizados e falantes de quase 300 línguas diferentes em território brasileiro.

47 Em pesquisa divulgada recentemente, Eduardo Navarro anunciou a tradução de cartas escritas em Tupi, guardadas na Biblioteca Real de Haia, na Holanda. Apenas parte do diálogo existente na troca de cartas entre indígenas falantes do Tupi sobreviveu, visto que as cartas escritas do lado dos aliados portugueses nunca foram encontradas. A tradução das cartas está prevista para publicação pelo Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, como aponta a reportagem de Patrícia Figueiredo para o portal do GI. FIGUEIREDO, Patrícia. Cartas do século 17 são traduzidas do tupi pela 1ª vez na história. *GI*, 2021. Disponível em: <https://gi.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/05/cartas-do-seculo-17-sao-traduzidas-do-tupi-pela-1a-vez-na-historia-por-que-faco-guerra-com-gente-de-nosso-sangue-escreveu-indigena.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.

longo da colonização, mas são sim, sujeitos pertencentes a povos complexos escravizados e subalternizados ao longo do tempo. Destaca-se ainda a necessidade de analisar as temporalidades de que cada documento utilizado no ensino, sejam os materiais escolares, sejam as fontes apresentadas em seus conteúdos. E por fim, reforça-se que, se há a abordagem sobre as presenças indígenas nas literaturas, que elas sejam interpeladas pelas vozes originárias, pelas histórias e pelas literaturas indígenas do Brasil.

Referências

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades. *Anais...* Caiaicó: Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres), 2014.

ALMEIDA, Silvio. *O que é o racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1990.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008*. Brasília: Poder Legislativo, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 30 mar. 2008.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

FANTINATO, Maria Cecília de Castello Branco. *Etnomatemática: novos desafios teóricos e pedagógicos*. Niterói: Editora da UFF, 2009.

FIGUEIREDO, Patrícia. Cartas do século 17 são traduzidas do tupi pela 1ª vez na história. *G1*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/05/cartas-do-seculo-17-sao-traduzidas-do-tupi-pela-1a-vez-na-historia-por-que-faco-guerra-com-gente-de-nosso-sangue-escreveu-indigena.ghtml>. Acesso em: 23 fev. 2022.

GRAÚNA, Graça. De Livros e Girassóis. In: GRAÚNA, Graça. *Impressões de leitura do texto literário*. São Paulo: Todas as Musas, 2016.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

hooks, bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática libertadora*. São

Paulo: Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. The Mask. In: KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. 2 ed. Münster: Unrast Verlag, 2010.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu*: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras*, n. 26, p. 63-81, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Doutorado em Etnologia). Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

MORIN, Edgar. *Cultura e Barbárie Europeias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. *O Karaíba*: uma história do pré-Brasil. Barueri: Amaralys, 2010.

MUNDURUKU, Daniel. *Meu vô apolinário*: um Mergulho no rio da (minha) memória. São Paulo: Studio Novel, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. *Memórias de Índio*: uma quase autobiografia. Porto Alegre: Edelbra, 2018.

PROJETO adia a implantação total da reforma do ensino médio para 2024. *Câmara dos Deputados*, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/846340-projeto-adia-a-implantacao-total-da-reforma-do-ensino-medio-para-2024>. Acesso em: 03 out. 2022.

RANGEL, Marcelo de Mello. Ensino de História: temporalidade, pós-verdade e verdade poética. *Revista Tempo e Argumento*, n. especial, p. 2-27, 2021.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

SAID, Eduard W. *Representações do Intelectual*: as conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos estudos*, n. 79, p. 71-94, 2007.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Ática, 1991.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América*: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

Um ensaio sobre a Capitu

a atração nos olhos de ressaca

Ana Paula Silva Santana¹

Retórica dos namorados, dá-me uma comparação exata e poética para dizer o que foram aqueles olhos de Capitu. Não me acode imagem capaz de dizer, sem quebra da dignidade do estilo, o que eles foram e me fizeram. Olhos de ressaca? Vá, de ressaca. É o que me dá ideia daquela feição nova. Traziam não sei que fluido misterioso e enérgico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca. Para não ser arrastado, agarrei-me às outras partes vizinhas, às orelhas, aos braços, aos cabelos espalhados pelos ombros, mas tão depressa buscava as pupilas, a onda que saía delas vinha crescendo, cava e escura, ameaçando envolver-me, puxar-me e tragar-me. Quantos minutos gastamos naquele jogo? Só os relógios do céu terão marcado esse tempo infinito e breve

Machado de Assis – Dom. Casmurro.

Começemos pelas perguntas

Quem é essa Capitu? Poderíamos nos perguntar. Esta mulher, que talvez seja a personagem mais intrigante da literatura brasileira, não está no título deste capítulo? Sim, ela está, falaremos dela aqui. Ao escolhermos falar de uma personagem

¹ Sou professora e doutoranda. Tenho olhos de mulher, corpo de mulher e pele de preta. Aprendi muito com as mulheres que vieram antes de mim. Tenho alma, tenho amor, medo e esperança. Acho que tenho as mãos da minha avó, acho que tenho os braços da minha tia, os olhinhos que fecham quando sorriem, iguaizinhos os da minha mãe... Escrevo textos sobre o romantismo, sobre as histórias, sobre as mulheres, o feminino, a cor e o amor... Bem, eis aí uma apresentação. E-mail: anapaulasantana.ufop@gmail.com.

extremamente atraente, não apenas aos amantes do romance, mas também aos acadêmicos e estudiosos de literatura, precisamos decidir de antemão o nosso recorte. O que mais nos interessa em Capitu? O olhar com toda certeza, mas não sentimo-nos capazes de escrever este capítulo apenas sobre os seus olhos. Talvez a própria história da personagem possa ser uma boa abordagem, desde a infância em Mata-cavalos até a sua mudança (forçada) para a Suíça, mas também não seríamos capazes de contar tudo o que aconteceu, até porque nem mesmo Machado contou. Existem muitas lacunas. Capitu não tem voz, não é dela que surge o título da obra, e enquanto o Bento fala de Capitu descobrimos mais sobre ele do que sobre ela. Então, sobre o que poderíamos falar? Sob quais ambições tentaremos analisar este romance?

Muitos historiadores, filósofos, poetas, literatos e psicanalistas se debruçaram, e, porque não dizer, se envolveram com esta personagem tão característica de Machado de Assis. E sobre o que estes autores decidiram falar? Não conhecemos toda a literatura tocante à narrativa machadiana, mas sabemos que sua grande maioria analisa a traição (ou a não traição) de Capitu; outra parte considerável dessas leituras se preocupa com o enlouquecimento (ou o não enlouquecimento) de Bento; e há ainda aqueles autores que se atém à possível paixão de Bentinho por Escobar. E, cá para nós, quem nunca se perguntou se ela de fato o traiu, ou se tudo não passava de uma patologia, de uma “fantasia” criada por ele?

E assim, enquanto lemos as análises desenvolvidas por autores (filósofos, críticos literários e jornalistas) como Carla Rodrigues,² Silviano Santiago,³ Otto Lara Resende⁴ e Roberto da Matta⁵, nos perguntamos sobre a fidelidade da esposa de Bento. É claro que não podemos interrogar as personagens mortas e nem mesmo comparar

2 RODRIGUES, Carla. Traidora. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 61-74.

3 SANTIAGO, Silviano. Uma linhagem esquisita. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 83-98.

4 RESENDE, Otto Lara. Não traíam o Machado. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.113-114.

5 MATTA, Roberto. De Capitu a capeta. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 139-146.

as fotos do filho e do possível amante, mas o que dizer daquela passagem em que Bentinho volta para a casa de surpresa e encontra a esposa e o suposto amante lá? Ao mesmo tempo, quais provas Bento de fato tem? Um olhar? Uma semelhança? Que mulher moderna é esta inventada no século XIX, que aparece misteriosamente traduzida nas páginas de Machado de Assis? Que estranhamento é este que vem à tona?⁶ Que relação esta traição tem, ou não, com a construção psicológica daquele casal? Escobar teria de fato se afogado no mar de ressaca que havia nos olhos de Capitu? Tanto o romance, quanto as leituras que dele foram feitas, nos instigam a continuar em uma busca cada vez maior por estas respostas. E o que dizer daqueles autores que se preocuparam ainda mais com as patologias do protagonista?

Ao seguirmos com esta indagação, encontramos os textos escritos por Vitor Cei,⁷ Adalberto e Ana Cecília Tripicchio⁸ que nos levam a questionar os ciúmes e o ressentimento do Sr. Bento Santiago. Como o jovem e apaixonado Bentinho tornara-se o desconfiado Bento? E mais, como aquele menino de Mata-cavalos teria se transformado no velho manipulador Dom Casmurro? Como ele, outrora tão encantado pelos olhos dela, poderia ter cogitado o assassinato de Capitu? Como poderia ter cogitado o assassinato de Ezequiel ainda criança? Ele teria de fato “comemorado” a morte do filho ao fim da obra? As patologias de Bento já estavam escondidas em Bentinho ou só foram desenvolvidas posteriormente? Ou seja, “o que resta saber é se” o Bento “da Praia da Glória já estava dentro do de Mata-cavalos”, ou se este “foi mudado” naquele “por efeito de algum caso incidente”.⁹

6 “A aparente contradição entre proximidade e estranhamento está presente em toda a narrativa de Casmurro. Machado estaria antecipando aqui o que Freud vai explorar num texto de 1919: o caráter ambíguo da estranheza. Freud nos diz que o estranho é ‘tudo o que deveria ter permanecido secreto e oculto mas veio à luz’. A narrativa de Casmurro, nesse sentido, pode ser lida como um desvelamento do que não se pode mais esconder.” RODRIGUES, Carla. Traidora... *Op. cit.*, p. 68.

7 Cf. CEI, Vitor. O ressentimento em *Dom Casmurro*. *Machado Assis Linha*, v. 8, n. 1, p. 120-133, 2015.

8 Cf. TRIPICCHIO, Adalberto; TRIPICCHIO, Ana Cecília. O olhar de Capitu e a patografia de Bento. *Revista Olhar*, v. 3, n. 5-6, p. 28-56, 2001.

9 ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Ática, 1996, p. 139.

E uma vez que o nosso olhar volta-se à sanidade de Bentinho, perguntamo-nos se ele teria se transformado no casamento, ou se foi no seminário? Amava Capitu ou Escobar? Destarte, nos encontramos com as análises de Sérgio Telles¹⁰ e de Luiz Alberto Pinheiro de Freitas¹¹ acerca dos amores e paixões de Bento Santiago. Ele diz ter amado e ter sido traído pela esposa, mas e todo o afeto que demonstrava pelo amigo da adolescência? Não teria sido ele aquele que fitara o caixão de Escobar tal como a viúva?

Mas enfim, diante de tantos problemas possíveis, voltamos para o início. Aqui, neste capítulo, a quais perguntas devemos nos ater? Por mais atraentes que sejam, e ainda que necessárias aos mais diferentes trabalhos acadêmicos e literários sobre a obra de Machado de Assis, o nosso problema não passa pela traição, não passa pela loucura e não passa pelos amores de Bento Santiago. Queremos antes nos envolver com os problemas e os *riscos* dela, mesmo que a narrativa nos envolva em lacunas também. Estudaremos o *feminino* em Capitu. É claro que nos voltaremos a todos os autores aqui citados, mas procuraremos neles, e em Machado de Assis, esta questão do *não pertencimento de si* em Capitu, ou seja, procuraremos entender até que ponto a nossa personagem vê seu corpo e suas ações serem controlados pelo desejo masculino, pelo *outro*. Quais *espectros* viviam nela? E o que Capitu nos diz sobre as *aberturas* e resistências das mulheres inventadas pela modernidade?

Destarte, Chimamanda Ngozi Adichie nos convida a contar outras histórias, e é pensando nisso que nos propomos a analisar, especialmente, esta mulher que se apaixonou em Matabalô e que viveu um casamento castrador na Rua da Glória, essa mulher compreendida como o *outro*, até mesmo pelo seu autor-narrador.¹² E quanto a este casamento castrador, há ainda

¹⁰ Cf. TELLES, Sergio. A importância da culpa em Dom Casmurro, de Machado de Assis. *Psychiatry On-line Brazil*, v. 10, n. 9, 2005.

¹¹ FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. Eu não amo; é ela que o ama. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 68.

¹² Cf. ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo:

um questionamento feito pelas feministas do século XIX que muito nos atrai à personagem feminina da narrativa machadiana: Se tivessem dado a ela a real possibilidade de escolha, teria de fato se casado nestas condições?¹³

Enfim, listamos os nossos problemas, mas conseguiremos respondê-los? Muito provavelmente não, mas confessemos, não são as lacunas o charme dessa história?

A culpa é destes olhos de Cigana Oblíqua e Dissimulada

Já perguntamo-nos se Escobar teria de fato se afogado nos olhos de Capitu, e, como não afogar-se neles? Antes mesmo de serem chamados de *olhos de ressaca* por aquele Bentinho de Mata-cavalos, foram descritos como de *cigana oblíqua e dissimulada*: “Capitu, apesar daqueles olhos que o Diabo lhe deu... Você já reparou nos olhos dela? São assim de cigana oblíqua e dissimulada.”¹⁴ E se há uma bela poesia na ressaca do mar que arrasta para dentro o menino apaixonado, os *olhos de cigana oblíqua e dissimulada* não podem ser defendidos. Não se trata de um elogio, e sim de uma denúncia. José Dias, o agregado que vivia na casa de Bentinho, denunciara Capitu pelos olhos, enxergara-os como um presente, não de Deus, mas do diabo. E não é assim que os olhos femininos foram descritos? Muitas autoras e pesquisadoras de gênero dissertam acerca deste olhar feminino e desta representação da mulher como a “filha da maldita Eva, responsável pela expulsão do Paraíso, amiga e confidente do

Companhia das letras, 2019.

13 “Creio que têm medo, não de que as mulheres não queiram casar-se, pois não creio que ninguém na verdade tenha esta apreensão; mas que elas insistam que o casamento seja em igualdade de condições; que todas as mulheres de espírito e caráter prefiram fazer quase qualquer outra coisa que não lhes parece degradante, a casar-se, quando o casamento representar subordinar-se a um senhor, e senhor de todos os seus bens terrenos. E na verdade, se essa consequência fosse necessariamente inerente ao casamento, penso que a apreensão seria muito bem justificada. Concordo que é provável que poucas mulheres, capazes de qualquer outra coisa, fossem, a menos que sob um entrainement irresistível, que as tornasse temporariamente insensíveis a qualquer outra coisa, escolher tal destino, quando outros meios estivessem abertos a elas para ocupar um lugar convencionalmente honrado na vida”. MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres*. Almedina: Coimbra, 2006, p. 201-202.

14 ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro...* Op. cit., p. 26-27.

Maligno”.¹⁵ E no caso de Capitu, Mary Del Priore ainda nos adverte que a personagem foi descrita “com todos os ingredientes de um diabo de saias”, tinha os olhos, a dissimulação, era tontinha e enganadora. Enganara, inclusive, o filho da dona Glória Santiago, uma mulher importante na obra, uma vez que ocupa essa posição de matriarca na vida do narrador.¹⁶

Eis o primeiro *risco* ao qual nossa personagem foi exposta: ela nasceu com aqueles olhos. Estamos acostumados a enxergar Bentinho como o filho inocente e herdeiro daquela viúva cristã, mas e a Capitu? Deixemos de lado as descrições do agregado e nos voltemos aos fatos da narrativa, não era ela também uma menina inocente? Não tinha ela apenas 14 anos? Não era a filha de Pádua e Fortunata? Se não fossem as palavras intencionadas de José Dias, não veríamos nela certa ingenuidade da infância? Há na descrição dos olhos de Capitu a produção de uma mulher insaciável e perigosa, de alguém que precisa ser adestrada e dominada rapidamente.¹⁷ Capitu ainda não havia se dado conta, mas os seus olhos tornaram-se a justificativa para o *não pertencimento de si*, deram a ela a necessidade de um tutor, de um homem que pudesse acalmar aquele mar de ressaca. Não podemos desconsiderar o fato de que para merecer tal julgamento, os olhos de Capitu não precisavam ser dissimulados, bastava que fossem olhos de mulher.

De Capitu descreveram os olhos para justificar esta “necessidade” da tutela das ações e do corpo feminino, mas poderia ter sido a boca, os cabelos, ou as palavras da personagem. O que queremos dizer é que por mais atraentes e ciganos que fossem os olhos dela, nesta descrição de José Dias encontramos, dentre outras coisas, o peso da tradição. As feministas do século XIX preocupavam-se fortemente com a liberdade feminina, e esta falta de liberdade não se limitava apenas ao voto e ao ensino, os códigos de conduta no interior da casa também eram delimitados

¹⁵ PRIORE, Mary Del. Capitu ou a mulher sem qualidades. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 33.

¹⁶ *Idem*. Capitu ou a mulher sem qualidades... *Op. cit.*, p. 33.

¹⁷ *Ibidem*, p. 33-34.

pelo gênero.¹⁸ “Para a mulher, o simples fato de conversar com um homem no jardim podia comprometer sua reputação”,¹⁹ e na literatura não seria diferente. Talvez Capitu tenha de fato se tornado a personagem mais *observada* de Machado de Assis, mas não nos esqueçamos de que a outras também colocara-se a necessidade da tutela. Lívia (*Ressurreição*) não deveria ter ido desacompanhada à casa de Félix,²⁰ Guiomar²¹ (*A mão e a Luva*) não deveria ser vista conversando com um homem, e à “Helena²² (*Helena*) não era bom sair sozinha a cavalo, poderia acabar sendo vítima de ‘um ato de desatenção’”.²³

E assim, tal como as mulheres de Machado de Assis que vieram antes dela, Capitu finalmente casara-se. Tornara-se a senhora Santiago, a esposa de um advogado da Rua da Glória, a mulher de Dom Casmurro. Mulher de, porque uma mulher com aqueles olhos não poderia *pertencer-se*. E tanto era de Bentinho que o obedecia tal como mandava a tradição. Porque é que nós, leitores de Machado de Assis, tendemos a imaginá-la como uma mulher manipuladora? Afastada do discurso do marido potencialmente traído, o que há de manipulador naquela Capitu casada? Como reiterado por Carla Rodrigues, Capitu “aceita o que o destino de mãe e esposa lhe reserva: sua traição a essa conformidade está no olhar do marido sobre ela. Aos leitores, sua voz nunca chega, nem qualquer tom de insurreição”.²⁴ Tanto Machado quanto Bentinho deixam claro que a senhora Capitolina Santiago gostava de

18 Cf. GOUGES, Olympe de. *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, 1791. *Bibliothèque Nationale de France Gallica*, 2013. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64848397/f6.image>. Acesso em: 11 fev. 2021; FLORESTA, Nísia. *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989; MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres...* *Op. cit.*, p. 189-190.

19 PRIMI, J. Mulheres de Machado: condição feminina nos romances da primeira fase de Machado de Assis. Seminário Nacional e I Seminário Internacional Mulher & Literatura Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora. *Anais...* João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2004, p. 20-21.

20 Cf. ASSIS, Machado de. *Ressurreição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

21 Cf. *Idem*. *A mão e a luva*. Rio de Janeiro: Sedegra, 1960.

22 Cf. *Idem*. *Helena*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988.

23 PRIMI, J. Mulheres de Machado... *Op. cit.*, p. 20-21.

24 RODRIGUES, Carla. Traidora... *Op. cit.*, p. 67.

passar e de dançar, mas ao fim, quem lhe dizia o que fazer, como se comportar e onde ir era o seu esposo, ainda que ela tentasse deixar os braços assim, meio descobertos:

na Glória era uma das nossas recreações; também cantava, mas pouco e raro, por não ter voz; um dia chegou a entender que era melhor não cantar nada e cumpriu o alvitre. De dançar gostava, e enfeitava-se com amor quando ia a um baile; os braços é que... Os braços merecem um período. Eram belos, e na primeira noite que os levou nus a um baile, não creio que houvesse iguais na cidade, nem os seus, leitora, que eram então de menina, se eram nascidos, mas provavelmente estariam ainda no mármore, donde vieram, ou nas mãos do divino escultor. Eram os mais belos da noite, a ponto que me encheram de desvane acontecimento. Conversava mal com as outras pessoas, só para vê-los, por mais que eles se entrelaçassem aos das casacas alheias. Lá não foi assim no segundo baile; nesse, quando vi que os homens não se fartavam de olhar para eles, de os buscar, quase de os pedir, e que roçavam por eles as mangas pretas, fiquei vexado e aborrecido. Ao terceiro não fui, e aqui tive o apoio de Escobar, a quem confiei candidamente os meus tédios, concordou logo comigo.

— Sanchinha também não vai, ou irá de mangas compridas; o contrário parece-me indecente. — Não é? Mas não diga o motivo; não de chamar-nos seminaristas. Capitu já me chamou assim.

Nem por isso deixei de contar a Capitu a aprovação de Escobar. Ela sorriu e respondeu que os braços de Sanchinha eram mal feitos, mas cedeu depressa, e não foi ao baile; a outros foi, mas levou-os meio vestidos de escumilha ou não sei que, que nem cobria nem descobria inteiramente, como o cendal de Camões.²⁵

Bento sentia ciúmes da esposa, e talvez este tenha sido o maior *risco* vivenciado por Capitu. Não se tratava apenas de Escobar ou de determinada desconfiança acerca da fidelidade dela, ele tinha ciúmes daqueles que observavam o seu braço descoberto no baile, dos que poderiam chamá-la de “mocetona” na rua, do menino que conversava com ela na janela, do possível “namoro” mencionado pela prima Justina. Independentemente dessa narrativa da traição, Bentinho sempre fantasiou histórias sobre Capitu. Projetava nela “todo seu desejo de poder e posse, e expressando sua auto-referência, isto é, atraindo para si, egocentripetamente, todos os estímulos externos recebidos”.²⁶ Chega a imaginar-se cravando-lhe

25 ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro...* Op. cit., p. 105.

26 TRIPICCHIO, Adalberto; TRIPICCHIO, Ana Cecília. O olhar de Capitu e a

as unhas no pescoço “até ver-lhe sair a vida com o sangue”.²⁷ Assim como todas as outras mulheres que estudamos, o risco inerente à *Capitu* tinha sim um ente ameaçador legitimado pela ordem e pela verdade: Dom Casmurro. Ela o pertencia, mas não é tão somente ele que importa: importam também a tradição, os leitores, o escritor, a experiência e a história.

Sobre os espectros de mulher presentes em *Capitu*

Dom Casmurro foi publicado pela primeira vez em 1899.²⁸ Machado de Assis, que contava 60 anos de idade, já havia publicado outras obras, como, por exemplo, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*,²⁹ *Quincas Borba*,³⁰ *Helena*,³¹ *A mão e a Luva*³² e *Ressurreição*.³³ Ou seja, antes de criar a narrativa sobre a traição (ou a não traição) na Rua da Glória, o Bruxo do Cosme Velho³⁴ já havia contado as histórias de mulheres como Lívia, Helena e Guiomar. E não apenas ele, José de Alencar, nesta data, já havia apresentado à cena literária do Brasil as cortesãs Carolina³⁵ e Lúcia,³⁶ a senhora

patografia de Bento... *Op. cit.*, p.8

27 ASSIS, Machado. *Dom Casmurro*... *Op. cit.*, p. 79.

28 Cf. *Ibidem*. Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1899.

29 Cf. *Idem*. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ática, 1992.

30 *Idem*. *Quincas Borba*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 230.

31 Cf. *Idem*. *Helena*... *Op. cit.*

32 Cf. *Idem*. *A mão e a luva*... *Op. cit.*

33 Cf. *Idem*. *Ressurreição*... *Op. cit.*

34 Epíteto designado a Machado de Assis, muito provavelmente graças a sua residência do Cosme Velho, como apontado por Lúcia Miguel Pereira: “Mas não era indiferente à natureza; amou apaixonadamente as flores, especialmente as rosas, que cultivou com carinho na sua casa do Cosme Velho. E a paisagem, sentia-a subjetivamente, mas fortemente, a seu modo, que era o de Amiel, compreendendo-a como uma projeção do homem, do seu estado d’alma”. Cf. PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

35 ALENCAR, José de. *As Azas de um anjo: comédia em um prólogo, quatro atos e um epílogo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Soares e Irmão, 1860.

36 *Idem*. *Lucíola: um perfil de mulher*. Rio de Janeiro: Typ. Franceza de Frederico Arfvedson 1862. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4664>. Acesso em: 30 dez. de 2020.

Amélia³⁷ e a indígena dos lábios de mel, Iracema.³⁸ Em 1899, Bernardo Guimarães já havia publicado o romance de Isaura,³⁹ e Maria Firmina dos Reis o de Úrsula.⁴⁰ E não apenas na literatura, antes mesmo que Bentinho decidisse contar as suas histórias e ciúmes, mulheres feministas como Olympe Gouge, Harriet Taylor⁴¹ e Nísia Floresta já haviam morrido. *Capitu* é uma mulher moderna no fim do século, e como tal, não poderíamos deixar de nos perguntar pelos *espectros* presentes nela.

Ao nos perguntarmos sobre estes *espectros* presentes em *Capitu*, não nos referimos apenas às influências mais diretas, falamos do que é temporal e do que está nas (entre)linhas do romance machadiano. Ao dizermos que *Capitu* é moderna, chamamos a atenção para uma temporalidade marcada pela revisão de determinados conceitos, pela construção e desconstrução da verdade disto que estaria mais exposto, mais visível na história-, pela tensão referente à tradição e ao novo, pela circulação de *espectros* e temporalidades variadas em um mesmo espaço. Falamos de temporalidades capazes de transcender as experiências dos sujeitos históricos, daqueles vestígios de passado que permanecem após gerações e gerações, e que imprimem nas personagens presentes aquilo que foi anteriormente experimentado e ambicionado por protagonistas de um passado, ainda que sejam de um passado próximo.⁴² Mais do que uma única temporalidade

37 ALENCAR, José de.. Senhora. In: ALENCAR, José de. *Obra Completa*. v. 1. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959.

38 *Idem*. Iracema. In: ALENCAR, José de. *Obra Completa*. v. 3. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959.

39 Cf. GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Martin Claret, 1998.

40 Cf. REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.

41 “A divulgação do pensamento feminista liberal incrementou o discurso de outras mulheres, como Harriet Taylor, que influenciou seu esposo, John Stuart Mill a escrever o ensaio *A Sujeição das Mulheres*. Para Nye 1995, p.30. Harriet Taylor acreditava que se faltava nas mulheres a capacidade para argumentação, elas poderiam conquistar essa habilidade através de uma educação que favorecesse oportunidades profissionais no mercado de trabalho. A educação deveria oferecer uma satisfação intelectual e moral, pois apenas aos espíritos elevados caberia o exercício dos direitos civis em favor de sua felicidade e de toda a sociedade”. PASSOS, Carla Christina. *A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal*. *Fazendo Gênero*, n. 9, p. 5, 2010.

42 Sobre os extratos de tempo presentes na modernidade de D. Casmurro: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

moderna, no Brasil de Capitu existia algo de africano, indígena e europeu. Ao falarmos que ela era uma mulher moderna no fim do século, também precisamos relembrar das obras e das mulheres que já haviam passado por aquela temporalidade, e que, conseqüentemente, já teriam rasgado certas *aberturas* e corroborado para a permanência de determinados *riscos*.

Ainda que não tenha voz na história, Capitu mostra-se entre a tradição e a *expectativa*, sempre “carregada da contradição do *feminino* no final do século”.⁴³ Explicamos, deram a ela o direito de escolher o marido. Os empecilhos sociais e o desejo da família, que em obras escritas anteriormente teriam impedido a realização do amor, não foram grandes problemas para Capitu, apesar de a personagem ser filha de um homem empregado da casa, com deveres diante de sua senhora. Entretanto, havia também a castração de parte de seu individualismo no interior do matrimônio escolhido. “Capitu, tendo conquistado o direito de se casar com quem bem entendesse, terá de abrir mão de qualquer desejo de emancipação em favor das vontades do marido”.⁴⁴ A ela foi possível a liberdade de dançar e frequentar bailes, porém, era melhor cuidar que os braços não estivessem à mostra. Capitu questionou Bentinho acerca de seu julgamento sobre ela, assim como outras mulheres- também modernas- haviam feito, mas como boa parte delas, foi retirada de cena. Em Capitu, o *feminino* surge tanto como a *não-verdade* da *verdade* mencionada por Derrida,⁴⁵ ou seja, como algo que não está completamente visível e deseja/ reclama aparecer, quanto como a atuação de um *espectro* que aparece e desaparece à todo momento. Talvez seja isto o que tanto incomodava o autor-narrador do romance, desejara a todo custo a posse daquela mulher, mas ela sempre o escapava e retomava.⁴⁶ Se com Bento encontramos a tradição legitimada pela história, com Capitu nos deparamos com a crítica e a fragilidade desta mesma tradição.

43 RODRIGUES, Carla. Traidora... *Op. cit.*, p. 67-68.

44 *Ibidem*, p. 67.

45 DERRIDA, Jacques. *Esporas: os estilos de Nietzsche*. Rio de Janeiro: NAU, 2013, p. 70-71.

46 RODRIGUES, Carla. Traidora... *Op. cit.*, p. 70.

Para além de questionar as mulheres existentes na Capitu inventada em 1899, perguntamo-nos ainda pelos *espectros* das cores e das raças. Qual é a cor desta personagem tão intrigante da literatura brasileira?

Quis insistir que nada, mas não achei língua. Todo eu era olhos e coração, um coração que desta vez ia sair, com certeza, pela boca fora. Não podia tirar os olhos daquela criatura de quatorze anos, alta, forte e cheia, apertada em um vestido de chita, meio desbotado. Os cabelos grossos, feitos em duas tranças, com as pontas atadas uma à outra, à moda do tempo, desciam-lhe pelas costas. Morena, olhos claros e grandes, nariz reto e comprido, tinha a boca fina e o queixo largo. As mãos, a despeito de alguns ofícios rudes, eram curadas com amor, não cheiravam a sabões finos nem águas de toucador, mas com água do poço e sabão comum trazia as sem mácula. Calçava sapatos de duraque, rasos e velhos, a que ela mesma dera alguns pontos.⁴⁷

Foi com um texto do sociólogo Alberto Schprejer que nos deparamos com esta questão própria à cor da personagem. Afinal, “os olhos são claros, o nariz é reto e comprido, a boca, fina: ela pode ser branca”,⁴⁸ mas o que dizer da descrição de “morena” e dos “cabelos grossos”? Consideremos também as roupas de chita, os sapatos gastos e a condição social da personagem. Teria Capitu alguma ancestralidade negra, africana, e/ou quem sabe, indígena? E lembremo-nos ainda do que diz o próprio Dom Casmurro sobre Ezequiel nas últimas páginas do livro: “era nem mais nem menos o meu antigo e jovem companheiro do seminário de São José, um pouco mais baixo, menos cheio de corpo e, salvo as cores, que eram vivas, o mesmo rosto do meu amigo”.⁴⁹ O que significariam estas “cores vivas” presentes no filho de Capitu? Não é possível fazer uma afirmação, mas talvez Capitu tivesse em seu corpo, e em sua pele, a mesma ancestralidade e *espectralidade* presentes em seu autor. Talvez ela seja muito mais de Assis do que de Casmurro, e assim, consideremos que esta *verdade* e esta *não-verdade*, tão características das *aberturas* e dos

47 ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro...* Op. cit., p. 14.

48 SCHPREJER, Alberto. Vamos à história dos subúrbios. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 9.

49 ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro...* Op. cit., p. 137.

riscos da mulher moderna traduzidas em Capitu, também digam respeito à sua cor.⁵⁰

Capitu, você o amava?

Capitu e Bentinho viviam “em segredinhos sempre juntos” e isto começou a preocupar o agregado.⁵¹ E se pegassem namoro? Bentinho deveria ir para o seminário e ordenar-se padre. José Dias não denunciou apenas os olhos dela, ele denunciou também o amor. Destarte, ao ouvir as palavras de José Dias, Bentinho descobria-se apaixonado por Capitu a ponto de nos contar detalhadamente a construção desse primeiro amor. E de fato Bentinho parecia falar de amor, acompanhamos o medo do seminário, os olhos, as palavras ditas e não ditas, as tranças, os planos e até mesmo a “visita do imperador”.⁵² No entanto, e com o desenrolar das páginas, o amor desaparece do livro, e, por conseguinte, a “retórica dos namorados” nos leva aos discursos de ciúmes de Dom Casmurro. Mas e ela? A julgar pela narrativa, poderíamos supor que ela o amava pelo menos até aproximar-se de Escobar-, mas ainda assim, não é suficiente.

50 Na literatura contemporânea, produzida à luz de Dom Casmurro, também encontramos essa questão referente à cor da personagem, tendo em vista o fragmento da crônica do literato Gustavo Bernardo intitulada *O caso da senhora Santiago*: “Eu disse o que a senhora ouviu: seus traços físicos suaves não escondem sua ascendência negra. Estou errado? Como eu suspeitava, ou melhor, como já não tinha mais dúvida. Essa ascendência negra, que se trai pelo formato triangular do rosto, pela testa ligeiramente mais pronunciada à frente, pelos cabelos por demais pretos e especialmente pelos lábios apenas um pouco mais grossos, apenas um pouco mais carnudos, se associa a suas menores atitudes, palavras e silêncios para jogar um homem branco, caucasiano, limitado por sua própria condição de suposto dominante, no seio de um mar turbulento, no meio do oceano onde as raças se formaram e se digladiaram lá no início dos tempos”. BERNARDO, Gustavo. *O caso da senhora Santiago*. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 58-59.

51 ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro...* *Op. cit.*, p. 4.

52 “Então o Imperador dava outra vez a mão a beijar, e saía, acompanhado de todos nós, a rua cheia de gente, as janelas atonetadas, um silêncio de assombro: o Imperador entrava no coche. inclinava-se e fazia um gesto de adeus, dizendo ainda: ‘A medicina, a nossa Escola.’ E o coche partia entre invejas e agradecimentos. Tudo isso vi e ouvi. Não, a imaginação de Ariosto não é mais fértil que a das crianças e dos namorados, nem a visão do impossível precisa mais que de um recanto de ônibus. Consolei-me por instantes, digamos minutos, até destruir-se o plano e voltar-me para as caras sem sonhos dos meus companheiros”. ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro...* *Op. cit.*, p. 31.

Nesse ponto direcionamo-nos a um dos argumentos levantados pelo feminismo iniciado no século XIX, no qual autoras e autores argumentam acerca da liberdade feminina em falar, subir em palanques e expressar suas opiniões. Em 1869, Stuart Mill já advertia que as mulheres haviam dado pouco testemunho acerca de seus pensamentos e sentimentos, e, portanto, todo o conhecimento masculino obtido “sobre as mulheres, tal como elas foram e são, sem referência ao que possam ser”, era, “lamentavelmente imperfeito e superficial”.⁵³ Capitu pouco fala, o discurso de Bento sobre ela é tensionado por sua visão e opinião.⁵⁴ E se considerarmos os diálogos nos quais o autor-narrador nos permite ouvir a voz e a reação de Capitu, ela não fala de amor. Parece querer casar-se com Bentinho e tornar-se uma senhora Santiago, isso nos parece claro. Mas convenhamos, Bentinho era o amigo mais próximo, brincavam e se divertiam juntos, casar-se com ele seria o mais confortável a se fazer. No entanto, ainda que o tivesse amado nas primeiras páginas do livro, porque permaneceria naquele casamento? Bentinho era ciumento, e sobre o período do casamento nem mesmo ele refere-se com amor. Porque suportaria aquela relação? E o que mais restaria a ela?

Essas questões referentes aos sentimentos e pensamentos de Capitu nos vieram também de certa leitura e questionamentos suscitados por este primeiro feminismo, haja vista que, para Mill, o casamento e a criação dos filhos funcionavam como uma espécie de obrigação feminina e não necessariamente uma escolha. O autor observa que os homens que enxergavam com antipatia a liberdade das mulheres, na verdade temiam que elas, uma vez dotadas da possibilidade de escolha, “insistissem que o casamento fosse dado

53 MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres...* *Op. cit.*, p. 198-199.

54 “Art. X - Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo de princípio; a mulher tem o direito de subir ao patíbulo, deve ter também o de subir ao pódio desde que as suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei. Art. XI - A livre comunicação de pensamentos e de opiniões é um dos direitos mais preciosos da mulher, já que essa liberdade assegura a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode então dizer livremente: ‘sou a mãe de um filho seu’, sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos pela lei”. GOUGES, Olympe de. *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne...* *Op. cit.*, p. 2.

por igualdades de condições”, e que preferissem “fazer quase qualquer outra coisa que não lhes parecesse degradante, a casar-se, quando o casamento representasse subordinar-se a um senhor, e senhor de todos os seus bens terrenos”.⁵⁵

De acordo com John Gledson, Capitu tenta fazer suas escolhas, mas acaba sendo “forçada a não optar, a aceitar uma solução de meio-termo em que nenhuma das questões reais envolvidas no seu casamento são trazidas à superfície.”⁵⁶ Apesar das desconfianças matrimoniais, e em vista de uma possível exposição social, Bento nos conta que ele e a esposa fizeram uma viagem para a Suíça, que lá deixara Capitu, que não a visitara mais- embora ela pedisse que fosse- e que respondia suas cartas com “brevidade” e “sequidão”.⁵⁷ Gledson ainda descreve outras duas cenas do romance nas quais Capitu parece forçada a “optar por não optar”. Ao ser questionada sobre sua fidelidade já no casamento, Capitu “procura atingir a verdade do relacionamento entre eles, levar Bento a fazer o que, suponho, é necessário para todos nós: fazer escolhas, deixar coisas para trás, amadurecer”, mas ela acaba comprometendo-se muito pouco.⁵⁸ Em outro momento da narrativa, quando Bentinho e Capitu ainda moravam em Mata-cavalos, ela “*escreve* em vez de *falar* a palavra chave ‘mentiroso’, no chão, com a taquara”. Consciente do perigo que havia em tentar convencer Bentinho a escolher entre ela e Dona Glória, Capitu tentava forçar “a escolha sem força-lá”.⁵⁹

Tratavam-se das opções possíveis para Capitu, daquelas escolhas que ela conseguiu fazer em cada um destes momentos. Para os autores e autoras feministas do século XIX, a restrição das escolhas e das decisões femininas era ditada, não pela incapacidade das mulheres, e sim pela certeza de suas capacidades.⁶⁰ O que

55 MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres...* Op. cit., p. 201-202.

56 GLEDSON, John. Capitu, a personagem. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 108.

57 ASSIS, Machado, *Dom Casmurro...* Op. cit., p. 134.

58 GLEDSON, John. *Capitu, a personagem...* Op. cit., p. 109.

59 *Ibidem*, p. 109.

60 Stuart Mil aponta que as mulheres jamais optariam por determinadas escolhas

queremos dizer é que se a Capitu restava apenas o casamento como opção, não era necessariamente porque ela precisava ou desejava permanecer casada com Dom Casmurro, e sim porque o *risco* inerente ao gênero forçava-a ao conformismo daquela relação. Como uma mulher moderna no fim do século, Capitu tenta o que era possível, ou seja, tenta agir frente à possibilidade mínima de uma revolução no interior de seu casamento, revolução essa que na modernidade significava mudança e ruptura.⁶¹

Ao pensarmos nas *aberturas* próprias à personagem machadiana, falamos exatamente destes pequenos atos expressos pelo olhar, dessas insinuações e palavras escritas, destas tentativas em “forçar escolhas sem forçá-las”. Se as personagens anteriores a Capitu trouxeram a ela *aberturas* próprias à luta pelo amor e pela escolha do matrimônio, ela deixaria às personagens inventadas no próximo século a força e a atração dos gestos e da personalidade, ainda que a tradição as tentasse calar. E talvez seja disso que se trate a paixão tão característica a esta mulher, os olhos dela representam mais do que a beleza destacada por Bento, são também os símbolos de sua resistência, representam as palavras que não puderam ser ditas. E dentre todas as coisas que não foram ditas por Capitu, terminamos este capítulo nos perguntando se de fato uma mulher assim, tão inteira como ela, teria conseguido amar Bentinho, alguém assim, tão menos homem do que ela era mulher.⁶²

contrárias às suas naturezas, ou seja, para o autor era completamente desnecessário proibir que as mulheres exercessem funções que elas não conseguiriam fazer. MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres...* Op. cit., p. 200.

61 Cf. KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de Revolução. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2006.

62 “Capitu era Capitu, isto é, uma criatura mui particular, mais mulher do que eu era homem. Se ainda o não disse, aí fica. Se disse, fica também. Há conceitos que se devem incutir na alma do leitor, à força de repetição”. ASSIS, Machado. *Dom Casmurro...* Op. cit., p. 33. No que se refere a está pergunta se de fato Capitu teria sido capaz de amar Bentinho, chamamos a atenção para o fragmento de Luiz Alberto Pinheiro de Freitas: “Machado apresentou Capitolina, desde os primeiros momentos, como uma ‘mulher por dentro e por fora, mulher à direita e à esquerda, mulher por todos os lados, e desde os pés até à cabeça’”. *Ibidem*, p. 814. Alguém que sempre teve um domínio sobre o namorado. Aos 14 já era decidida, envolvente e com ascendência sobre Bentinho. Ela era o conquistador e não a conquistada. A posição feminina é a de Bentinho, o pólo da passividade. Machado nos mostra Capitu como uma mulher que se encanta com um homem como Júlio César, um conquistador de mundos e mulheres, que é capaz de oferecer a uma amada um presente de seis milhões de sestércios. Ela não só se identifica com o conquistador como fantasia tal

Referência

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- ALENCAR, José de. *As Azas de um anjo*: comédia em um prólogo, quatro atos e um epílogo. 1 ed. Rio de Janeiro: Soares e Irmão, 1860.
- ALENCAR, José. *Lucíola*: um perfil de mulher. Rio de Janeiro: Typ. Franceza de Frederico Arfvedson 1862. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4664>. Acesso em: 30 de dezembro de 2020.
- ALENCAR, José de. Senhora. In: ALENCAR, José de. *Obra Completa*. v. 1. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959.
- ALENCAR, José de. Iracema. In: ALENCAR, José de. *Obra Completa*. v. 3. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959.
- ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- ASSIS, Machado de. *Ressurreição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. Rio de Janeiro: Sedegra, 1960.
- ASSIS, Machado de. *Helena*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988.
- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ática, 1992.
- ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- BERNARDO, Gustavo. O caso da senhora Santiago. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- CEI, Vitor. O ressentimento em *Dom Casmurro*. *Machado Assis Linha*, v. 8, n. 1, p. 120-133, 2015.
- RODRIGUES, Carla. Traidora. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- FLORESTA, Nísia. *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989.
- DERRIDA, Jacques. *Esporas*: os estilos de Nietzsche. Rio de Janeiro: NAU, 2013.
- FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. Eu não amo; é ela que o ama. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- GLEDSON, John. Capitu, a personagem. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

homem para si- positivamente Bento Santiago estava muito longe desse ideal. FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. Eu não amo; é ela que ama... *Op. cit.*, p. 134-135.

GOUGES, Olympe de. Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne, 1791. *Bibliothèque Nationale de France Gallica*, 2013. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64848397/f6.image>. Acesso em 11 fev. 2021.

GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Martin Claret, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de Revolução. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2006.

MATTA, Roberto. De Capitu a capeta. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres*. Almedina: Coimbra, 2006.

PASSOS, Carla Christina. A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal. *Fazendo Gênero*, n. 9, p. 1-11, 2010.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PRIORE, Mary Del. Capitu ou a mulher sem qualidades. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PRIMI, J. Mulheres de Machado: condição feminina nos romances da primeira fase de Machado de Assis. Seminário Nacional e I Seminário Internacional Mulher & Literatura Mulheres no mundo. *Anais...* João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2004.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.

RESENDE, Otto Lara. Não traíam o Machado. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SANTIAGO, Silvano. Uma linhagem esquisita. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SCHPREJER, Alberto. Vamos à história dos subúrbios. In: SCHPREJER, Alberto (org.). *Quem é Capitu?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ELLES, Sergio. A importância da culpa em Dom Casmurro, de Machado de Assis. *Psychiatry On-line Brazil*, v. 10, n. 9, 2005.

TRIPICCHIO, Adalberto; TRIPICCHIO, Ana Cecília. O olhar de Capitu e a patografia de Bento. *Revista olhar*, v. 3, n. 5-6, p. 28-56, 2001.

Ensaizando possíveis epistemes do ensaio

Clayton José Ferreira¹

Porque estudar ensaios brasileiros

O interesse para a pesquisa e escrita deste texto surgiu através do contato com a riqueza temática, conceitual e teórica dos textos do final do século XIX e início do XX brasileiros. Chama a atenção, especialmente, o esforço em produzir interpretações das experiências passadas a partir de ensaios. Manuel Querino, Paulo Prado, Amélia de Resende Martins, Evaristo de Moraes, Manoel Bomfim, Lídia Besouchet, Theodoro Sampaio, Gilberto Freyre, Mariana Coelho, Sérgio Buarque de Holanda, Edson Carneiro, Virgínia Cortes de Lacerda, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima; são alguns dos historiadores/intelectuais que escreveram ensaios sobre a história do Brasil no recorte que estudamos.

Aliás, é preciso salientar que neste momento, grande parte dos preconceitos e das desigualdades violentas de raça, etnia e gênero (entre outras), das diferenças sociais, econômicas e do acesso à educação, impunham a muitos sujeitos uma dificuldade colossal de acesso ao mercado editorial e a outros círculos

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente realiza estágio de Pós-Doutoramento no Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Ouro Preto sob supervisão do Prof. Dr. Marcelo de Melo Rangel. Agradeço ao Prof. Dr. Marcelo de Melo Rangel e a Prof. Ma. Helena Azevedo Paulo de Almeida pelo apoio na realização deste texto. Professor do Centro de Educação a Distância (CEAD) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

intelectuais. Quando aponto ensaístas negros (como Manuel Querino, Evaristo de Moraes, Theodoro Sampaio e Eduardo Carneiro) ou quando menciono ensaístas mulheres (Amélia de Resende Martins, Lídia Besouchet, Mariana Coelho, Virgínia Cortes de Lacerda), quero destacar a produção intelectual histórico-sociológica complexa e rica de sujeitos que resistiram a um ambiente opressivo, composto em sua maior parte por homens, brancos e heterossexuais. Até hoje, muitas das autoras e dos autores negros são pouco estudados devido a preconceitos e à desigualdade estrutural.

Neste período, houve a elaboração heterogênea de gêneros de escrita e epístemas, mas o que é central aqui são os ensaios. Isto, a partir da possibilidade de aliar razão e sensibilidade como forma legítima de narrar o passado de forma crítica e também de torná-los efetivos para a reflexão acerca do presente. Em muitos destes casos, não se tratava de uma escrita da história que se saciou com o esforço representativo do passado, que quer se aproximar, de algum modo, do real, em uma perspectiva objetivista, pouco viva, monocromática. Na verdade, o que desperta o interesse são as narrativas de um passado vívido em diversos matizes, com sujeitos diversificados e seus variados sentimentos e ações, entrelaçados nos mais diferentes processos.

Para isto, os recursos científicos disponíveis nesta historicidade (métodos, teorias, crítica documental, uso de fontes, hermenêutica, citações, exegese, etc.) foram associados a elementos estéticos, ou seja, a elaboração de uma escrita performática, que indicava formas e imagens e que buscava sensibilizar os sentidos e a afetividade do leitor. Deste modo, este mecanismo estético se realiza ao indicar paisagens, espaços urbanos, vestimentas e indumentárias, a materialidade do espaço e dos corpos, as cores, os sabores, os sons, etc.

Mais que somente tematizar passados, nestes textos, estes recursos da ciência e da estética convergem para produzir reflexões e ações dos sujeitos no tempo e espaço. Trata-se de uma historicidade onde o passado invade e pressiona o

presente e o futuro. Em grande parte das vezes, os trabalhos de fôlego que apresentam estas perspectivas são escritos através do gênero ensaio, que vai ao encontro da fluidez e liberdade de tais escolhas.

Também é necessário mencionar que parte da academia, faculdades e universidades, especialmente após a década de quarenta no Brasil, teleológico e anacronicamente, caracterizou estes formatos de escrita histórico-sociológica como imprecisos, desqualificados, como parte de uma “república velha” e ultrapassada. Claro, é necessário estudar todo e qualquer texto através de uma abordagem crítica e apontar suas imprecisões e equívocos, no entanto, estas compreensões, muitas vezes, dão pouca ênfase no fato de que estes textos são parte de outras possibilidades epistemológicas. Muitas destas epistemologias eram diversas daquelas produzidas nas instituições de pesquisa e ensino que, a partir daquele momento, buscavam se legitimar também em oposição ao saber que foi elaborado até então.

Em sua maioria, os trabalhos que valorizaram estes autores foram realizados através da interessante perspectiva que os compreendem como uma história cultural, que teria sido praticada antes mesmo da *Escola dos Annales*, como é salientado por Laura de Mello e Souza.² Somado a este rico olhar, tentaremos contribuir aqui especialmente através do prisma que é o dos *efeitos de presença* e *efeitos de sentido* apresentados por Hans Ulrich Gumbrecht. A presença e o sentido, respectivamente, nos auxiliam no tratamento da linguagem estético-afetiva e lógico-formal que permeiam muitos daqueles ensaios.

Além disso, no interior do paradigma ou giro ético-político, hoje tão significativo, de algum modo e modestamente, este texto possui a vontade de possibilitar alguma reflexão acerca de dimensões do nosso presente que se relacionam ou podem se relacionar com as ideias do passado em foco aqui. O que significa dizer que há o interesse

² Cf. SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007.

em produzir um saber histórico preocupado com alguma capacidade crítica de pensar as questões do presente a partir de passados.

Também, este texto vai ao encontro da crítica de Gumbrecht quanto a predileção moderna em relação aos efeitos de sentido e do grande afastamento com relação aos efeitos de presença. Para a construção de um conhecimento histórico rigoroso, metódico e científico, muitas vezes buscou-se distanciar dos elementos afetivos, estéticos e sensoriais, como se uma dualidade pobre entre objetividade/subjectividade, onde um polo repele o outro, pudesse explicar a complexidade dos fenômenos históricos.³ Como aponta Koselleck, este esforço binário e polarizado é uma atitude característica da experiência moderna, que resiste, mas que já sofreu corrosões.⁴

Ciência, saber, técnica, rigor e métodos, ao se divorciarem da afetividade, do estético, do sensorial, do solidário, da empatia, podem, mais facilmente, caminhar para a intensificação de violências historicamente constituídas, e para a criação ou liberação de outras que se encontravam enfraquecidas. Portanto, é preciso apontar a legitimidade que a ciência ou a política podem tentar conferir a argumentos violentos, falaciosos, discriminatórios, segregantes, etnocidas e epstemocidas, como foi o caso das teses racialistas e racistas do nosso recorte temporal, e é o caso de muitos posicionamentos conservadores, extremistas e neo-fascistas da atualidade. É preciso acrescentar que o esforço polarizado e binário que tende apenas para o passional, para a retórica inflamada, negando a produção de saber científico, técnico e rigoroso e o conhecimento de outras epistememas também possui alto potencial violento, como as atitudes negacionistas e da auto-verdade podem proporcionar.

O ensaio viabiliza narrativas históricas que podem convergir a sistematização de dados e a crítica (efeitos de sentido),

3 Cf. GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da Historiografia*, v. 2, n. 3, 2009.

4 Cf. KOSSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos: estudios sobre la semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Trotta, 2012.

simultaneamente a descrição das materialidades dos espaços, dos corpos de sujeitos e suas disposições afetivas (efeitos de presença). Ainda que sejam autores tão diferentes, esta confluência torna-se crucial na tematização de experiências passadas no interior dos textos de parte significativa dos autores do final do século XIX e início do XX no Brasil.

Os limites da objetividade e as potencialidades das sensibilidades

Adorno já denunciava a deslegitimação dos ensaios através de argumentos filosóficos que talvez hoje chamaríamos de colonialistas, ou seja, através de ideias universalistas e civilizacionais que destroem outras epistemes, que pretendem uma impossível objetividade que confere uma autoridade repressiva. Para Adorno:

os ideais de pureza e asseio, compartilhados tanto pelos empreendimentos de uma filosofia veraz, aferida por valores eternos, quanto por uma ciência sólida, inteiramente organizada e sem lacunas, e também por uma arte intuitiva, desprovida de conceitos, trazem as marcas de uma ordem repressiva. Passa-se a exigir do espírito um certificado de competência administrativa, para que ele não transgrida a cultura oficial ao ultrapassar as fronteiras culturalmente demarcadas. Pressupõe-se assim que todo conhecimento possa, potencialmente, ser convertido em ciência.⁵

Desta forma, por meio de uma abordagem estética, de uma metáfora acerca da pintura de um “retrato”, como fez Paulo Prado em seu ensaio *Retrato do Brasil*, Lukács trata do que talvez possa ser melhor explicado sensorial e afetivamente através de determinados sentimentos, atmosferas, ritmos, elementos e práticas culturais no que tange ao objeto estudado.⁶ Ou ainda, por uma linguagem mais constituída por analogias, metáforas, alegorias, etc., ao invés de uma suposta objetividade sistemática.

Os retratos verdadeiramente significativos, portanto, nos dão, ao lado de todas as suas outras sensações artísticas, também

⁵ ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 23.

⁶ Cf. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Oficinas Duprat-Mayença, 1928.

esta: a vida de um ser humano que realmente viveu alguma vez, e nos impõem o sentimento de que a vida dele foi como as linhas e cores do quadro nos mostram. Apenas por vermos pintores travarem diante dos homens duras lutas por este ideal de expressão, e porque a aparência e as palavras de ordem desta luta não podem ser senão os de uma luta pela semelhança, é que damos tal nome a esta sugestão de vida, embora não haja ninguém no mundo a quem o retrato possa assemelhar-se. Pois mesmo que conheçamos a pessoa representada, a cujo retrato se possa chamar 'semelhante' ou 'dessemelhante' – não seria uma abstração afirmar de uma expressão ou de um momento arbitrário qualquer: esta é sua essência? E mesmo que conheçamos milhares destes momentos e expressões, que sabemos nós da parte incomensuravelmente grande de sua vida em que não a vimos, das luzes interiores dos conhecidos e dos reflexos que eles lançam sobre os outros? Veja, é mais ou menos assim que eu imagino 'a verdade' dos ensaios.⁷

Para o filósofo húngaro, os ensaístas se esforçam por narrar a realidade à qual se referem tal qual um pintor que possui a intenção em fazer o retrato de um indivíduo. Em todo caso, não é possível que a representação e a realidade sejam coincidentes, de modo que a representação será fragmentária. Ou seja, a própria condição ontológica daquele que representa estipula imediatamente limites, o que é necessário ter em mente no momento da composição de narrativas históricas e das suas leituras.

No entanto, esta condição cerceada, estilhaçada, não inviabiliza a produção das representações e de presentificações em especial. E isto porque todo sujeito possui a sua vida individual associada a outras vidas, a certo singular coletivo, o qual pode ser tematizado e, mesmo que de forma restrita, evidenciado e presentificado a partir de determinados sentimentos, atmosferas, ritmos, elementos e práticas culturais, como mencionamos mais acima. Sujeitos também podem ser retratados com base numa escrita, num texto que é composto a partir de imagens, analogias, metáforas e alegorias as quais constituem exatamente uma linguagem e uma atitude epistemológica que reconhece os limites da conceitualidade, do conhecimento mais lógico-formal.

⁷ LUKÁCS, Georg. Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper. *Revista Serrote*, n. 18, p. 8, 2014.

Sendo assim, entende-se que existe a vida individual de cada sujeito, corpórea e senciente, a qual se atrela à vida dos demais sujeitos de formas diversas e extremamente complexas. Nas palavras de Lukács, “existem, portanto, dois tipos de realidade da alma: a vida é uma delas, e a *vida* a outra” e “em cada vivência de cada ser humano estão contidos elementos de ambas, ainda que em diferentes intensidade e profundidade; também na recordação, ora esta, ora aquela, simultaneamente, porém, só podemos sentir em uma forma”.⁸ Mesmo que limitadas e temporais, representações e presentificações são necessárias à tematização da vida dos indivíduos e dos grupos, assim como faz a arte.

Somente deste modo, na busca por algum ordenamento ou assumindo a própria incoerência, podemos vislumbrar a imbricação entre vida individual e parte mais ampla da existência humana em seu devir. Acerca disto, e da plausibilidade de representação e presentificação de certa temporalidade, por conter o que estamos chamando de particular e também de características que estão para além do pessoal, Adorno escreve:

se a verdade tem, de fato, um núcleo temporal, então o conteúdo histórico torna-se, em sua plenitude, um momento integral desta verdade; o *a posteriori* torna-se concretamente um *a priori*, e não apenas genericamente, como Fichte e seus seguidores o exigiam. A relação com a experiência – e o ensaio confere à experiência tanta substância quanto a teoria tradicional às meras categorias – é uma relação com toda a história; a experiência meramente individual, que a consciência toma como ponto de partida por sua proximidade, é ela mesma já mediada pela experiência mais abrangente da humanidade histórica; é um mero auto-engano da sociedade e da ideologia individualista conceber a experiência da humanidade histórica como sendo mediada, enquanto o imediato, por sua vez, seria a experiência própria a cada um. O ensaio desafia, por isso, a noção de que o historicamente produzido deve ser menosprezado como objeto da teoria.⁹

O ensaio, e especialmente em nosso caso, o ensaio histórico/sociológico, também diz respeito e torna possível a compreensão de parte da sua própria temporalidade, do cotidiano ou plano

8 LUKÁCS, Georg. Sobre a essência e a forma do ensaio... *Op. cit.*, p. 8.

9 ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura I...* *Op. cit.*, p. 26.

da vida no (e para o) qual foi concebido. Ele é parte de um momento histórico e participa da constituição de certo espaço-tempo. Weinberg lembra ainda que Edward Said “vê no ensaio uma das manifestações de crítica mais altas e bem-sucedidas, ao mesmo tempo que possui um esforço em atualizar, revitalizar, de contemporaneização das discussões e, finalmente, uma vontade de forma”.¹⁰ A linguagem caracterizada pelo gênero possui, portanto, a capacidade de presentificar elementos de outros momentos históricos a partir de determinada experiência do presente, ressignificando, ou ainda, atualizando e revitalizando experiências, sentimentos, ideias e textos.

A América Latina e ressignificação do ensaio

Nas Américas, e especialmente para o nosso caso na América Latina do início do século XX, as manifestações artísticas e outras expressões intelectuais se esforçaram pela manutenção do referencial.¹¹ Isto significa que muitas obras foram marcadas pela tentativa de preservar a capacidade de representação e compreensão de alguns elementos do real, mesmo no interior da heterogeneidade conhecida como movimento modernista. Também, isto se difere de outras manifestações vanguardistas na maior parte da Europa, as quais propunham um rompimento mais

¹⁰ WEINBERG, Liliana. *Umbrales del Ensayo*. Ciudad de México: Universidade Nacional Autónoma de México, 2004, p. 28. Tradução nossa. No original, “ve en el ensayo una de las más altas y logradas manifestaciones de la crítica a la vez que un esfuerzo de actualización, de revitalización, de contemporaneización de las discusiones, y, por fin, una voluntad de forma”.

¹¹ É importante realçar que: “no que diz respeito à unidade temática que se observa na ensaística hispano-americana, não se pode deixar de notar que as vozes dos artistas do continente, muitas vezes silenciadas de forma violenta, sempre ousaram, denunciando a censura a que foram submetidos. Este sentimento coletivo imbuíu o espírito de escritores que fizeram da literatura uma forma de desvelar ou revelar a versão ocultada pelo discurso oficial. Portanto, é possível compreender a práxis do ensaio na América hispânica como um processo de criação artística que também, mesmo que não seja seu fim exclusivo, pode interpretar as realidades sociopolíticas e econômicas; o que contribui para que a arte não seja apenas adorno, mas também uma forma de construção social. Sob esta perspectiva, o ensaio é, como toda literatura, uma expressão artística que emana do homem, portanto, não pode abster-se de refleti-lo e a seu entorno, seu contexto histórico”. DA SILVA, Andrea Targino; SILVA, Lindinei Rocha. A inscrição do ensaio nos gêneros literários. *Cadernos da Faculdade de Educação e Letras*, n. 8, p. 9, 2010.

radical com o referencial. Liliana Weinberg aponta que há muitas antologias e estudos a respeito dos ensaios nos países hispano-americanos, o que também evidenciaria a importância do gênero nesta tradição intelectual.

O ensaio possui diversas colorações individuais e transpessoais. Na criação da maioria dos textos ensaísticos, encontramos certa exegese, claro, mas há também um espaço que dialoga especialmente com debates interessantes e acessíveis ao seu público leitor, articulando passado e presente e a si mesmo com sua contemporaneidade. Segundo a ensaísta e crítica literária, as características do texto como um espaço onde não há o encerramento ou tentativa de esgotamento das temáticas, coloca o ensaio em uma posição generosa junto ao seu leitor, concedendo a ele maior margem para se opor ou aceitar as premissas defendidas, tornando importante a participação daquele que lê.¹² A natureza conflituosa do ensaio, que mantém o debate aberto à participação de vários sujeitos, muitas vezes sem tentar esgotá-lo, é um dos elementos que confere vivacidade ao gênero. Acerca deste espaço de disputas ou característica conflituosa do ensaio que abraça as multiplicidades e disparidades daquilo que aborda, Pedro Duarte escreve;

Se, portanto, o assunto de um ensaio é um conflito em suspenso, isso não significa que ele seja completamente indefinido ou vago. Não é. Só que, sendo um ensaio, ele não confia em um fundamento metafísico exterior conquistado de uma vez por todas. Sua presença é conflituosa pois seu sentido é mantido em suspenso, como algo digno de ser, sempre de novo, questionado. Isto faz do ensaio uma forma de prosa mais aberta, já que busca acolher o objeto em suas diversas camadas de significação, sem imobilizá-lo ou sufocá-lo, sem aniquilar o que tem de vivo. Sem chegar a uma conclusão, o ensaio, contudo, não deixa a reflexão simplesmente sem rumo, ao bel-prazer de veleidades subjetivas arbitrarias.¹³

A busca pelo entendimento de suas temáticas se encontra diretamente associada à formulação de juízos, a debates éticos

¹² WEINBERG, Liliana. *Umbral del Ensayo...* Op. cit., p. 18-20. Tradução nossa. No original, “reelaboración que se alimenta además de la sensibilidad del escritor no sólo hacia ‘temas’ y ‘problemas’ concretos, sino hacia valores, preconceptos implícitos en una sociedad, e incluso ritmos, rumores, del acontecer social”.

¹³ *Ibidem*, p. 64.

e posicionamentos morais acerca do que analisa, sempre por meio de sua própria historicidade. Esta perspectiva se encontra conectada à busca pelo entendimento e muitas vezes não está, portanto, em contradição com a capacidade analítica, assumindo, sim, a insuficiência ou dificuldade de saciar a alta expectativa por objetividade: “há aqui, portanto, uma chave: o ensaio é compreensão. E ainda outro elemento fundamental: o afã moral do ensaio, que não é pura gratuidade no jogo das ideias”.¹⁴

Adorno diz que, ao contrário do pretexto de objetividade, neutralidade, originalidade e universalidade do discurso filosófico, o ensaio assume seu caráter parcial, ligado aos valores e à história, e não faz parte da falsa crença de que possam existir temas originários, anteriores ao devir histórico e do mundo dos valores. Por outro lado, ao contrário da divisão sujeito-objeto que envolve muitas esferas do pensamento abstrato, o ensaio nos permite salvar a distância arbitrária entre sujeito e objeto e fazer com que o ensaio seja dado como uma experiência espiritual de fusão do sujeito com o mundo. E nessa organização não hierárquica das esferas, o ensaio começa sempre de novo. Portanto, o ensaio, cuja ‘lei mais íntima’ é ‘heresia’, é desmascarador de outros discursos, é sempre crítica de todos os sistemas e funciona a partir de conceitos culturalmente pré-formados que ele aceita como tal: daí o ensaio é entendido por muitos como uma hiper-interpretação, é devir, como uma interpretação não-filologicamente fundamentada.¹⁵

Mesmo bastante difundido e compondo a obra de diversos e importantes escritores, “a ‘especulação sobre objetos específicos pré-formados’ ainda encontra dificuldades no meio acadêmico,

14 No original, “He aquí por tanto una clave: el ensayo es comprensión. Y aun otro elemento fundamental: el afán moral del ensayo, que no es pura gratuidade em el juego de las ideas”. WEINBERG, Liliana. *Umbral del Ensayo... Op. cit.*, p. 25.

15 *Ibidem*, p. 25. Tradução nossa. No original, “Dice Adorno que, a diferencia de la pretensión de objetividad, neutralidad, originalidad y universalidad del discurso filosófico, el ensayo assume su carácter parcial, ligado a los valores y a la historia, y no parte de la falsa creencia de que puede haber temas originarios, anteriores al devenir histórico y al mundo de los valores. Por otra parte, a diferencia de la tajante división sujeto-objeto que rije muchas esferas del pensamiento abstracto, el ensayo permite salvar la distancia arbitraria entre sujeto y objeto y hacer que el ensayo se dé como una experiencia espiritual de fusión del sujeto con el mundo. Y en esa organización no jerárquica de las esferas el ensayo empieza siempre de nuevo. Por ello el ensayo, cuya ‘más íntima ley’ es ‘la herejía’, es desenmascarador de otros discursos, es siempre crítica de todo sistema y trabaja a partir de conceptos preformados culturalmente que acepta como tales: de allí que el ensayo sea entendido por muchos como una hiperinterpretación, es devir, como una interpretación no filologicamente-fundada”.

onde um trabalho, em geral, deveria trazer, por definição, certa ‘originalidade’ (que geralmente permanece, a rigor, impensada quanto ao seu ser, pois restaria saber o que significa ser original)”¹⁶. Andrea T. da Silva e Lindinei Silva entendem o ensaio a partir da metáfora do Prometeu de Êsquilo, que foi castigado por roubar e entregar aos humanos o conhecimento próprio às divindades. O gênero sofre tal resistência (punição) devido seu caráter pouco sistemático, estético, com direcionamentos éticos-políticos e associado à mediação de debates em outros espaços, para além do acadêmico. O ensaio “é um gênero interpretativo capaz de erigir-se como discurso articulador de discursos, estabelecendo vínculos entre o conhecimento científico e o humanístico” e, portanto, “esta metáfora explicaria a capacidade que tem o ensaio de articular mundos, mediar o conhecimento teórico e prático, a ética e a estética”¹⁷.

Weinberg anuncia que Adorno teria dado um passo a mais no que diz respeito ao esforço de Lukács, continuando a atribuir dignidade teórica ao ensaio ao respeitar e valorizar aquelas características consideradas como inferiores no gênero: “Com Adorno, temos aprendido a indagar a forma do ensaio, se atentar a seu caráter crítico, fragmentário e a seu vínculo com o mundo do contingente e do não neutro”¹⁸.

Portanto, há aqui a desconstrução da crítica que vê no ensaio somente uma linguagem retórica, quase um sofisma ou como textos que não possuem, de fato, uma argumentação, somente uma poética ou estética esvaziada. Para nos mantermos no interior da metáfora de Tarsila do Amaral e Mário de Andrade, trata-se

¹⁶ DUARTE, Pedro. Ensaio de linguagem ou linguagem de ensaio. *Viso: Cadernos de estética aplicada*, v. 1, n. 1, p. 59, 2007. Dentre estes importantes autores, além dos que estudamos neste trabalho, Duarte menciona Benjamin, Simmel, Lukács, Adorno, Bataille, Peter Szondi, George Steiner, Octavio Paz, Ortega y Gasset e Roland Barthes.

¹⁷ DA SILVA, Andrea Targino; SILVA, Lindinei Rocha. A inscrição do ensaio nos gêneros literários... *Op. cit.*, p. 2.

¹⁸ WEINBERG, Liliana. *Umbrables del Ensayo...* *Op. cit.*, p. 27. Tradução nossa. No original, “com Adorno, hemos aprendido a indagar la forma del ensayo, atender a su carácter crítico, fragmentario y a su vínculo con el mundo de lo contingente y no neutral: el mundo de los valores”.

de uma episteme, ressignificada, canibalizada, deglutida, que se transformou em uma parte importante do nutriente intelectual produzido especialmente no final do século XIX e início do XX, não somente no Brasil, mas no interior da América Latina. É reflexão e engajamento, é vontade de transformar, é imprecisão no fluir do pensar, é estética e ciência emaranhadas nas possibilidades de perceber e sentir as experiências, e de grande importância neste espaço resultado, também, das violências da colonização.

Referências

- ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- DA SILVA, Andrea Targino; SILVA, Lindinei Rocha. A inscrição do ensaio nos gêneros literários. *Cadernos da Faculdade de Educação e Letras*, n. 8, p. 9, 2010.
- DUARTE, Pedro. Ensaio de linguagem ou linguagem de ensaio. *Viso: Cadernos de estética aplicada*, v. 1, n. 1, p. 52-67, 2007.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da Historiografia*, v. 2, n. 3, p. 10-22, 2009.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos: estudios sobre la semântica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Trotta, 2012.
- LUKÁCS, Georg. Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper. *Revista Serrote*, n. 18, 2014.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Oficinas Duprat-Mayença, 1928.
- SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007.
- WEINBERG, Liliana. *Umbral del Ensayo*. Ciudad de México: Universidade Nacional Autónoma de México, 2004.

Uma cosmopolítica dos mortos e seus afetos

história, amor e melancolia

Pedro Leal Gomes'

Este ensaio parte da seguinte questão: qual o lugar dos mortos no pensamento histórico? Esta pergunta surge de algumas leituras, principalmente de Walter Benjamin e Isabelle Stengers, com quem dialogarei neste texto, mas surge sobretudo a partir da minha relação com a morte. Seja com a presença da morte diária imposta pela pandemia e pelo governo genocida e o modo que isso nos afeta enquanto comunidade e corpos, ou por experiências que venho tendo ao sentir a presença de meu avô e de minha avó, já falecidos há alguns anos.

Gosto de pensar que cada vez que coloco o blusão velho, marrom escuro e cheio de bolinhas que pertenceu a minha vó, ela aparece de alguma forma; da mesma maneira quando uso as camisas velhas, de cores estranhas e sem alguns botões do meu vô. Recentemente, descobri casualmente uma bicicleta antiga, que estava há décadas sem uso na casa em que meu vô vivia, fui buscar, pedi que trocassem os pneus e verificassem os freios e logo estava

¹ Mestrando em História pelo Programa de pós-graduação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS-UFOP) e membro do grupo de pesquisa História, Ética e Política (GHEP), vinculado ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM). Bolsista FAPEMIG. Atualmente tem se dedicado a estudar os temas do corpo e do tempo dentro da tradição fenomenológica, além das dimensões ético-políticas da teoria da história. E-mail: pedro.lg@aluno.ufop.edu.br.

andando com ela diariamente. Me contaram que era uma paixão do meu vô, a bicicleta, um xodó; adorava reformá-la e a mantinha viva. Sinto que agora também estou mantendo a bicicleta viva.

Às vezes, quando atravesso a sala em direção à cozinha da casa onde vivo, a casa dos meus pais, vejo de relance minha vô sentada, no meio do sofá grande em que ela gostava de ficar; sem se escorar, com as pernas juntas, olhando em direção à televisão – mesmo que estivesse desligada -, ela frequentemente pedia que eu ligasse a televisão ou aumentasse o volume. Vô Lúcia não gostava muito de nos visitar, não porque não desfrutava nossa companhia, mas porque não ficava à vontade quando ficava muito tempo fora de casa. Cada vez mais sinto uma proximidade com os desconfortos dela, a necessidade de um espaço, de uma casa que seja casa-canto. Acho que gosto de usar seus blusões marrons, velhos e com bolinhas pra sentir meus desconfortos abraçados por ela.

São dois os afetos que me interessam ao pensar minha relação com meus avós e uma cosmopolítica dos mortos: a melancolia e o amor. Nas palavras de bell hooks, emprestadas de Erich Fromm, o amor é “a vontade de se empenhar ao máximo para promover o próprio crescimento espiritual ou o de outra pessoa”² assim, penso neste texto o amor como uma ação, que coloca em jogo sentimento, mas também intenção, consequência e escolha. Nesse sentido,

se nos lembrássemos constantemente de que o amor é o que o amor faz, não usaríamos a palavra de um jeito que desvaloriza e degrada o seu significado. Quando amamos, expressamos cuidado, afeição, responsabilidade, respeito, compromisso e confiança.³

O amor, desta forma, me parece um afeto-ação, que é composto por um conjunto de outros afetos e de experiências específicas.

A melancolia, por sua vez, pode ser definida primeiramente como um afeto que produz um clima de “contrição e de cautela, de medo, de pessimismo e de desesperança e, no limite, de desespero”,⁴

2 hooks, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021, p. 75.

3 *Ibidem*, p. 55.

4 RANGEL, Marcelo de Mello. Romantismo, Sattelzeit, melancolia e clima histórico (Stimmung). *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 5, n. 2, p. 57-58, 2014.

ou ainda, a pessoa melancólica “também se move incessantemente, oscilando entre momentos de maior e menor atividade – sem uma razão externa, sem nenhum otimismo, por exemplo, em respeito a o que resultaria da atividade”.⁵ Nesse sentido, gostaria de pensar o afeto melancólico também como um afeto-ação, longe de ser um sentimento passivo – a não ser que pensemos outra lógica da passividade -, e sim um afeto que, assim como o amor, aparece junto de escolha, consequência, intenção. A cautela, o medo, até o pessimismo e a desesperança da melancolia não servem ao abismo completo e ao congelamento ensimesmado, mas convocam a ação sem saber exatamente seu fim, ou sem esperar necessariamente um bom resultado.

Os afetos me parecem uma forma interessante de abordar a relação entre mortos e vivos, pois,

além de obviamente chamar a atenção para o corpo e para as emoções, o enfoque nos afetos introduz um deslocamento importante. O desafio da visada afetiva reside primariamente na síntese corpo/mente que essa perspectiva requer, ao envolver tanto a razão quanto as paixões [...] Em outras palavras, eles iluminam tanto o nosso poder de afetar o mundo a nossa volta, quanto o de sermos afetados por ele – além de propor o relacionamento entre esses dois poderes.⁶

A dimensão afetiva, portanto, ao apresentar a qualidade de estarmos expostos para afetar e sermos afetados, coloca as condições para pensarmos esses momentos. O que quero dizer é: os afetos são condição de possibilidade para um encontro atencioso e cheio de possibilidades entre vivos e mortos.

Neste ensaio, não gostaria de pensar minha relação com meus avós nem como: 1) um trabalho de luto, ainda de alguma maneira isso esteja em jogo. 2) um encontro em que eu falo pela minha vó e pelo meu avô. 3) uma relação simbólica, em que eu

⁵ RANGEL, Marcelo de Mello. Rehistoricization of history, melancholy and hatred. *Cadernos Walter Benjamin*, n. 22, p. 75, 2019. Tradução nossa. Original: “Also moves incessantly, oscillating between moments of greater and lesser activity – without any external reason, without any optimism, for example, in respect to what would result from the activity”.

⁶ HARDT, Michael. Para que servem os afetos? *Intersemiose*, n. 7, p. 9, 2015.

estou meramente representando suas aparições. Não quero pensar em termos de trabalho de luto, pois estaria muito mais preocupado com o meu processo psíquico e mental, e menos com o encontro possível entre vivos e mortos, já que um dos elementos do luto é um certo tipo de esquecimento do morto. Não quero falar pela minha vó nem pelo meu avô, não quero pensar estas duas existências como findadas e presas no passado, enquanto eu, vivo, teria a legitimidade da fala e da narrativa, privilegiado pelo estatuto do presente. Ao mesmo tempo, não quero pensar as aparições dos mortos como um delírio, um símbolo criado para dar sentido a uma falta. Quero pensar minha relação com meus avós mortos como um encontro transexistencial, de existências e corpos que se interpelam, se diferem e que são da ordem do acontecimento. Minha intenção é justamente levar os mortos a sério. Não quero falar por eles, mas falar com, escutar e sentir, com todas as mediações, parcialidades e impossibilidades desses encontros.

“Os mortos são gente como os outros”, afirma Philippe, interlocutor de pesquisa de Vinciane Despret;⁷ para ele, médium, a afirmação é óbvia, pensar a comunicação com os mortos é algo tão comum quanto pensar a comunicação com os vivos. Os cheiros, toques, sons e imagens dos mortos acontecem, assim como dos vivos. O que faz Philippe, e o que fazem médiuns em geral, através de técnicas específicas, é de reduzir a distância entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos e construir maneiras de aproximação. Walter Benjamin, nas teses Sobre o Conceito de História, menciona três vezes os mortos, nas teses VI, VII e IX; a partir delas, gostaria de me deter em uma leitura cosmopolítica de Benjamin, que tenha como fundamento uma redução da distância entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos.

Walter Benjamin, especialmente nas teses VI, VII e IX está preocupado com o pensamento histórico e com o papel da historiadora materialista. “Articular historicamente o passado”,⁸

⁷ Cf. DESPRET, Vinciane. Pesquisar junto aos mortos. *Revista de Antropologia*, v. 22, n. 1, p. 289-307, 2021.

⁸ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo:

justamente. Mais do que conhecer o passado, em seus mínimos e infinitos detalhes, parcialidades e (im)possibilidades, procurando coesão, estrutura e encerramento, é necessário articular, produzir encaixes, juntar osso a osso. Não basta conhecer o passado, pois se trata de um instante de perigo e ele requer mais do que um sujeito que conhece, é necessário pegar à força a imagem do passado, “adonar-se”.⁹ Os perigos são muitos, ser mandado pra fora de casa por gostar de dar o cu, ser violentada, ir passear de carro com amigos e não ter o corpo reconhecido tamanha a quantidade de tiros que a polícia deu, ser um judeu-comunista na Alemanha nazista; para Benjamin: ser instrumento da classe dominante.

Em cada época, é preciso que o novo tensione a tradição e que a diferença irrompa aos olhos do mesmo. O historiador materialista deve estar atento ao novo e ao diferente, pois eles vêm sendo e continuarão sendo mortos. Se a história tem sido a história da tradição e dos vencedores, a resistência política e temporal tem seu lugar nos passados vencidos que voltam a aparecer como centelha-imagem aos corpos atentos. “Nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer”,¹⁰ certamente, os mortos não estarão seguros da segunda morte, da morte da lembrança de seus corpos, modos de vida, sexualidades, gêneros, classes sociais, raças. A segunda morte é o esquecimento dos mortos e a permanência do contínuo progresso da história.

Pensar a segunda morte dos mortos me leva a pensar uma cosmopolítica dos mortos. A proposição cosmopolítica, como a pensa Isabelle Stengers, não é e nem quer ser alguma coisa, mas quer fazer, quer propor uma ação. A questão é que a ação é justamente uma desaceleração dos pensamentos relativos aos momentos e ocasiões que nos mobilizam. A palavra cosmos, aqui, não diz respeito a um mundo harmoniosamente unificado, ou um lugar específico que estaríamos buscando; o cosmos é sobretudo o acontecimento do desconhecido na organização política. O cosmos como o inesperado

Brasiliense, 2012, p. 241-252.

9 BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História... *Op. cit.*, p. 241-252.

10 *Ibidem.*

surge do encontro dos diferentes, e tem efeito de transformação. A intervenção cosmológica na política coloca em questionamento o status quo e apresenta uma demanda, uma questão, uma exigência, trazendo à tona possibilidades de criação.

Uma personagem cosmopolítica mobilizada por Stengers, é a figura do Idiota (como em Dostoiévski e Deleuze), que costuma desacelerar os que estão ao seu redor,

que resiste à maneira como a situação é apresentada, cujas urgências mobilizam o pensamento ou a ação. E resiste não porque a apresentação seja falsa, não porque as urgências sejam mentirosas, mas porque 'há algo de mais importante'. Que não lhe perguntemos o quê. O idiota não responderá, ele não discutirá. O idiota faz presença, ou, como diria Whitehead, ele coloca um interstício. Não se trata de interrogá-lo: 'o que é mais importante?'. 'Ele não sabe.' Mas sua eficácia não está em desfazer os fundamentos dos saberes, em criar uma noite onde todas as gatos são pardos. Nós sabemos, existem saberes, mas o idiota pede que não nos precipitemos, que não nos sintamos autorizados a nos pensar detentores do significado daquilo que sabemos.¹¹

O desacelerar cosmopolítico não é “não fazer nada”, é justamente um fazer, mas um fazer que saiba que não há completude, que a questão política nunca está encerrada. É uma tarefa cosmopolítica o constante lembrete dos esquecidos e humilhados, de todas aquelas que, falando ou mesmo sem saber o que dizer, hesitaram, mostraram um pequeno desconforto. A proposição cosmopolítica, portanto, tem em vista a impossibilidade de esquecer os mundos destruídos ou de ter as hesitações (idiotas) ignoradas.

Um ato cosmopolítico traz uma inquietude para a arena política, uma inquietude das vozes que ou bem não quiseram falar, ou não falam da maneira como estamos acostumados a escutar, como os mortos. Como levar em conta politicamente os mortos fora de exigências como “exprima-se, explicita suas objeções, suas proposições, sua relação com o mundo comum que nós construímos”?¹² Assim como o Idiota, não tenho resposta pra essa

¹¹ Cf. STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 442-464, 2018.

¹² *Ibidem*.

pergunta. Me interessaria, ao menos, pensar o que seria a mistura entre um xamã yanomami e um deputado, ou entre um médium e um funcionário do estado.

Na tese XII, Walter Benjamin começa com uma citação de Brecht, “considerai a escuridão e o frio intenso neste vale retumbante de lamentos”, com efeito, se a história tem sido a história dos vencedores, o vale só poderia ser de lamentos dos esquecidos. A palavra lamento, remete a tantas outras, como gemido, pranto e queixa, todas elas palavras que se relacionam com formas de expressão, não necessariamente entendíveis, ou seja, um gemido não traz um argumento político sobre uma violência contemporânea, mas se bem escutado, um gemido pode ser suficiente expressão dos violentados que não podem ou não querem falar.

O que seria da história se eu a pensasse como uma ciência da escuta dos mortos? Certamente não seria a história de Fustel de Coulanges, sempre com a pretensão de reviver e conhecer todos os detalhes de uma época, afinal não se trata de me colocar, empaticamente, no lugar dos que viveram tal época, mas de escutá-los, no presente. É menos uma atitude em direção ao passado, e mais uma atenção ao momento que a imagem do passado irrompe no presente, sobretudo porque os passados também se movimentam.

Outras duas personagens que Stengers traz à tona a fim de pensar os termos da proposição cosmopolítica: o expert e o diplomata. O expert é alguém consultado no espaço público para a resolução de determinada questão, mas cuja prática não é ameaçada pela situação. Ao expert, será solicitado que

se apresente, e apresente aquilo que sabe, de um modo que não prejudique a maneira como esse conhecimento será levado em conta. Um tal constrangimento faz provação, pois ele se opõe ativamente ao conjunto das retóricas que ligam um conhecimento às pretensões que costumam curto-circuitar o político com temas tais como definição objetiva do problema, abordagem racional, progresso etc.¹³

13 Cf. STENGENS, Isabelle. *A proposição cosmopolítica... Op. cit.*

De outra maneira, o diplomata é quem aparece pra lembrar de todas aquelas que estão em risco na disputa política em questão, ele está lá para “dar voz àqueles cuja prática, o modo de existência, o que comumente chamamos de identidade, estão ameaçados por uma decisão. ‘Se vocês decidirem isso, vocês nos destruirão’, um tal anúncio é corrente e pode advir de toda parte”.¹⁴ O diplomata aparece para lembrar das consequências de frases como “os fins justificam os meios” ou “é do interesse geral”, ele, assim como o Idiota, propõe uma hesitação, desacelera e coloca os experts para pensar. O diplomata lembra da violência que está em jogo e que uma decisão política, para alguns, pode ser um ato de guerra.

Posso, assim, associar a figura do diplomata, de Stengers, e a figura do historiador materialista de Walter Benjamin, pois ambos mostram que no presente, no fático, há toda uma dimensão oculta, nas sombras, de fantasmas que retornam para nos lembrar que nem sempre somos detentores dos significados daquilo que sabemos. Nesse sentido, uma história à contrapelo é uma atividade que entende a desaceleração cosmopolítica, pois está atenta a toda a transmissão da violência que faz a história dos vencedores. O diplomata e o historiador entendem que os mortos fazem coro, os corpos jazem na terra que marcham os dominantes e os fantasmas aparecem para sussurrar aos nossos ouvidos por justiça.

Notadamente, não é tarefa da historiadora materialista nem da diplomata tomar decisões ou escrever histórias que façam com que todos entrem em acordo. Tendo em vista a violência e a dominação, o que importa aqui é a proibição da humilhação. Se a empatia do historicismo é com o vencedor, o historiador materialista lembra que “não há um só documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, de barbárie”.¹⁵ Assim, sempre que há vida, há morte. Os mortos fazem parte da vida, da história, do espaço público e da política, assim como meus avós fazem parte dos meus dias. Benjamin nos apresenta a imagem do anjo da história, que ao abrir suas asas forçadamente encara

¹⁴ Cf. STENGER, Isabelle. *A proposição cosmopolítica... Op. cit.*

¹⁵ BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da História... Op. cit.*, p. 241-252.

uma catástrofe única chamada progresso, que incansavelmente se acumula aos nossos pés; em oposição e essa tempestade que o impele irresistivelmente ao futuro, o historiador materialista poderia convidar para a gira a diplomata e fazer com que pequenos raios de sol surjam no horizonte.

Tanto o amor como a melancolia parecem afetos oportunos para a historiadora materialista e a diplomata agirem em função da justiça e da proibição da humilhação dos vivos e dos mortos. A hesitação do diplomata, a atenção ao murmúrio, o lamento, o grito, o gemido e o silêncio me parecem corresponder em alguma medida à ação despretenciosa do melancólico; uma ação que poderia ser vista como menor, ou menos importante, mas que é cheia de possibilidades, principalmente se estamos falando da escuta atenciosa de pessoas violentadas. Ademais, a melancolia é um afeto que traz consigo a imaginação e

aquí, também vale a pena destacar esse tipo de propensão que a pessoa melancólica tem em relação à atividade da imaginação (ou mesmo ficção), em termos Kantianos, o que significa se concentrar em experiências que não foram traduzidas conceitualmente através do entendimento.¹⁶

Desta forma, a melancolia coloca em jogo um tipo de desaceleração assim como o Idiota levanta uma questão e joga pra roda uma dúvida, uma hesitação que o progressismo e a racionalidade cega não permitem, pois seriam vistos apenas como um inconveniente ou um atraso. A pessoa melancólica, portanto, pode ter a capacidade de perceber a vida na morte e a morte na vida, pode enxergar os fantasmas como participantes, na porta que fecha, na conversa sem resposta, ou na criação de políticas públicas.

Se a melancolia é oportuna para a desaceleração e para o questionamento da ideologia do progresso, o amor me parece um afeto importante para a dimensão da alteridade e da justiça. O amor, como um afeto-ação que mobiliza a busca pelo crescimento espiritual de si e dos outros, aperece oportunamente para pensarmos

¹⁶ Cf. RANGEL, Marcelo de Mello. Rehistoricization of history, melancholy and hatred... *Op. cit.*

a nossa relação com os fantasmas, especificamente dos vencidos. Segundo bell hooks,

as mulheres negras que escolhem (e aqui enfatizo a palavra ‘escolhem’) praticar a arte e o ato de amar, devem dedicar tempo e energia expressando seu amor para outras pessoas negras, conhecidas ou não. Numa sociedade racista, capitalista e patriarcal, os negros não recebem muito amor. E é importante para nós que estamos passando por um processo de descolonização, perceber como outras pessoas negras respondem ao sentir nosso carinho e amor.¹⁷

Aqui, a dimensão do ‘si’ e do amor interior tomam uma proporção significativa, pois para aquelas que não recebem muito amor, o amor torna-se um afeto-ação de resistência e possibilidade de novos futuros. Nesse sentido, o amor se vincula à justiça pois surge como uma força contra a humilhação de qualquer entidade, pessoa, bicho e lugar; como um vento que sopra em favor dos vencidos da história.

A historiadora materialista chama pelo diplomata e encontra a desaceleração. O anjo descansa suas asas, pisca seus olhos e relaxa o maxilar; ele agora pode deter-se, acordar os mortos (que nunca estiveram realmente dormindo) e juntar os fragmentos. O anjo da história não está mais sozinho, mas cercado de fantasmas e idiotas que já não o assustam como a catástrofe da tempestade progressista. A antítese do progresso é a desaceleração do melancólico e a justiça do amor. O gemido hesitante do idiota nos mostra a face cosmopolítica do anjo da história benjaminiano e nos ajuda a encarar o desafio da redenção, tanto dos vivos quanto dos mortos.

Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DESPRET, Vinciane. Pesquisar junto aos mortos. *Revista de Antropologia*, v. 22, n. 1, p. 289-307, 2021.

¹⁷ hooks, bell. Vivendo de Amor. *Portal Geledés*, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor>. p. 10.

- HARDT, Michael. Para que servem os afetos? *Intersemiose*, n. 7, p. 9-14, 2015.
- hooks, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021.
- hooks, bell. Vivendo de Amor. *Portal Geledés*, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor>.
- RANGEL, Marcelo de Mello. Rehistoricization of history, melancholy and hatred. *Cadernos Walter Benjamin*, n. 22, p. 69-86, 2019.
- RANGEL, Marcelo de Mello. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e clima histórico (Stimmung). *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 5, n. 2, p. 53-62, 2014.
- STENGER, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 442-464, 2018.

‘O possível anterior’

temporalidade, afeto e *stimmung* (atmosfera) nos diários de Emilio Renzi – *Anos de formação* (1957-1967) e *Anos felizes* (1968-1975)

Matheus Silva Marciano¹

Preâmbulo

Façamos um pequeno esforço lúdico: entramos em uma sala há muito visitada e encoberta por poeira; na organização do cômodo, seus móveis, tapetes, janelas, ou seja, toda a geografia e topografia do espaço apresenta, na contiguidade do reconhecimento e do estranhamento, índices que mobilizam temporalidades reminiscentes. Inicia-se, com isso, um jogo entre o que se estranha e o que se reconhece, entre a surpresa e o tédio, em outras palavras, uma latência de (im)possíveis a serem, ou não, acompanhados.

Sendo assim, a atenção é direcionada ao que envolve e encobre esta cartografia da sala; ao que caminha pelas temporalidades (durações) que se inauguram através de presenças e ausências; algo movimentado pelo “vento”, por intempéries conhecidas mais ou menos obliquamente, trazendo e nos levando a materialidades

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: msilvamarciano@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/1542674092399298>.

que sentimos tocar, que nos afeta e que se apresentam em suas próprias indefinições. Este direcionamento da atenção ao que nos afeta, apesar do desconhecimento de causa, nos leva, com isso, à possibilidade das atmosferas (*stimmungen*) serem tematizadas como objetos de estudo para as humanidades e para disciplina história.

Dito isto, considero que a atenção voltada para formas particulares de organização e envolvimento do que se narra na literatura pode apresentar e entregar modus, índices, traços e tons que indicam configurações de relacionamentos com a temporalidade e que, em suas afetividades, podem desvelar plasticidades que atuam, mais ou menos dramaticamente, no presente – talvez mesmo no futuro – da recepção. Por conseguinte, estamos diante de e imersos em interações e relações que constituem redes “subterrâneas”, menos óbvias, rizomáticas entre historicidades que se confrontam.

Estas possibilidades foram intensificadas no contato com os *Diários de Emilio Renzi*, de Ricardo Piglia, e no confronto com as particularidades das historicidades mobilizadas pelo autor na obra. Os diários são divididos em três livros/períodos, *Anos de Formação*, *Anos Felizes* e *Um dia na vida*, e se apresentam como uma tentativa de organizar os cadernos nos quais Piglia registrou experiências/vivências entre 1957 e 1982. Destes três momentos, abordaremos neste artigo os dois primeiros livros (*Anos de formação* e *Anos felizes*) tendo em vista alguns direcionamentos: (1) o movimento de estetização da vida e da historicidade na escritura dos diários; (2) os confrontos entre o que se foi e um poder-ter-sido (indeterminação e simultaneidade entre passados, presentes e futuros fragmentados) através da voz de um “terceiro” (Emilio Renzi); e (3) a forma eleita por Ricardo Piglia para a escritura dos diários

Os diários

Os Diários de Emilio Renzi (alter ego de Ricardo Piglia) são intitulados: *Anos de formação* (1957-1967), *Anos felizes* (1968-1975) e *Um dia na vida* (1976-1982). Nossa leitura estará menos focada nos acontecimentos que envolvem a história da Argentina nos períodos

da escritura dos cadernos, e mais nas formas com que a voz que narra mobiliza as temporalidades que organizam o processo de reescritura na forma de diários, um encontro anacrônico que desestabiliza, colocando em tensão, noções de não-contemporaneidades do contemporâneo.²

No primeiro diário, *Anos de formação*, Piglia/Renzi apresenta considerações sobre o que se poderia entender por “experiência”: uma “multiplicação microscópica de pequenos acontecimentos que se repetem e se expandem, sem conexão, dispersos, em fuga”. Quem escreve afirma que sua vida “era dividida em seqüências lineares, séries abertas que remontavam ao passado distante”, mínimos incidentes, que em sua desordem formavam uma rede fluida, sendo isto o que queria figurativamente interpretar, “Como um pianista que improvisa, sobre um frágil *standard*, variações, mudanças de ritmo, harmonias de uma música esquecida”.³

Esta intervenção no passado registrado nos cadernos, sua (re) escritura na forma de diários, é, também, uma elaboração literária, na qual o papel da ilusão é realçado enquanto...

uma forma perfeita. Não é um erro, não deve ser confundida com um equívoco involuntário. Trata-se de uma construção deliberada, pensada para enganar a própria pessoa que a constrói. É uma forma pura, talvez a mais pura das existentes. *A ilusão como romance privado, como autobiografia futura.*⁴

Podemos considerar, com isso, a ilusão como artifício que coloca em movimentação esferas de possíveis. Logo, este *movimento* de encontro entre as expectativas de se tornar escritor (que se concretiza), os atravessamentos que atuaram (tornaram possíveis?) nesta concretização, contiguamente à ilusão interventora no presente da narração dos cadernos e dos diários (*apesar da duração!*), as frustrações, a perda de si na literatura, no ato de

² Cf. KOSELLECK, Reinhart. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

³ PIGLIA, Ricardo. *Anos de formação: os diários de Emilio Renzi*. 1 ed. São Paulo: Todavía, 2017, p. 16. Grifos meus.

⁴ *Ibidem*, p. 18. Grifos meus.

escrita e de leitura, a formação de espacialidades que, através da estranheira de um duplo (Renzi!), trabalham como uma des-re-ressitura de linhas de fuga do “real”, inauguram formas particulares de temporalidades. “Como continuar um diário que tem por objeto as ilusões de quem o redige e não sua vida real? Primeira reflexão possível: como definir a vida real?”⁵

Vale indicar que esta estetização da temporalidade, da vida que se apresenta de forma caleidoscópica e fragmentada à recepção, tem na ilusão uma linha, uma possibilidade. Ricardo Piglia vive as experiências, escreve-as nos cadernos; Emilio Renzi é a voz que dá forma à reelaboração composta nos diários; além disto, no ato de intervenção nos dois momentos de escritura, há lembranças esquecidas, seleções dos acontecimentos, imagens a serem guardadas somente para o autor (ou mesmo pela voz que narra), ou seja, um emaranhado de reminiscências:

leio o que escrevi nestes cadernos, desordem de sentimentos. *Procuro uma poética pessoal que aqui não se vê (ainda)*. Um diário registra os fatos à medida que acontecem. Não os recorda, apenas os registra no presente. Quando leio o que escrevi no passado, encontro blocos de experiências e só a leitura permite reconstruir uma história que se desloca ao longo do tempo. O que acontece é entendido mais tarde. Não se deve narrar o presente como se já fosse passado.⁶

E, mais adiante, ao comentar sobre o tema da memória em Faulkner, encontramos uma consideração semelhante à intervenção de Renzi nos cadernos de Piglia, pois, o autor estadunidense “Introduz um segundo ponto de vista no interior da memória”. Para a voz que narra os diários (Renzi), este segundo ponto de vista é uma intervenção no próprio fato vivido: se vive e depois se recorda, alterando-se a recordação e o acontecido.⁷ Tendo esta leitura em mente, em conjunto com a reflexão de Renzi destacada acima, cito:

reler meus cadernos é uma lição narrativa: tudo se ordena cronologicamente segundo o corte dos dias da semana. Essa

5 PIGLIA, Ricardo. *Anos de formação...* Op. cit., p. 60.

6 *Ibidem*, p. 100.

7 *Ibidem*, p. 158.

continuidade é exterior aos fatos, portanto a forma que estas notas adquirem depende em certo sentido do tempo que levo para escrevê-las. Mas tudo muda quando as leio e começo a descobrir conexões, repetições, a insistência em certos motivos que reaparecem e definem a entonação destas páginas. Em suma, aqui se combinam fatos, os personagens, os lugares e os estados da alma; *a particularidade é que tudo isso está no presente ao mesmo tempo que se narra um dia após o outro*. Nisso um diário se parece com sonhos.⁸

Com isso, se os diários nunca estão restritos à realidade passada, e sim reelaborados como uma experiência presente, - que, no próprio ato de leitura/escritura cria distensões na temporalidade da narrativa -, as distâncias temporais, supostamente garantidas pelo calendário, entre passados, presentes e futuros são deslocadas através deste denso presente estratificado. Logo, o próprio presente (ou “pedaços” de presente) se movimenta por um turbilhão de experiências passadas, presentes e futuras. Retomaremos esta hipótese, antes, pode-se considerar “O imaginário. O sonho se dispersa, a fantasia trabalha como uma estrela; *dirige-se a um centro para dali lançar novos raios*.”⁹

O caráter dispersivo das experiências, que se realiza na forma fragmentária dos diários, é incorporado através das séries e tópicos que (re)marcam uma “cronologia”. Nestas séries, vemos o teor de *possíveis* através de escansões temporais, irradiando e reconfigurando as experiências, criando e buscando linhas de fuga e/ou encerramentos.

Dito isto, Piglia/Renzi nos coloca diante de paisagens nas quais sua(s) voz(es) tonifica(m) aquilo que se apresenta de forma ambígua, jogando sempre com as (im)possibilidades de se narrar e compreender suas experiências e o mundo que o formou/formará. Com isso, há algo na (re)leitura e (re)elaboração dos cadernos que impõe um *desaprendizado* da maquinaria da temporalidade. Essa postura dessubstancializadora das noções de duração e temporalidade é bem exposta quando o autor,

8 PIGLIA, Ricardo. *Anos de formação...* Op. cit. p. 193. Grifos nossos.

9 *Ibidem*, p. 208. Grifos nossos.

melancolicamente, afirma se tratar “de pensar o passado com as categorias que usamos para imaginar o futuro. *O possível anterior*”.¹⁰

Como quem narra afirma, esta perspectiva é fruto de uma sensibilidade literária, um encontro entre arte e vida. Segundo Piglia/Renzi: “A literatura é experiência, e não conhecimento do mundo”, assim como...¹¹

É insensato acreditar que a vida se divide em capítulos, ou em décadas, ou em segmentos definidos, tudo é mais confuso, há cortes, interrupções, passagens, fatos decisivos que eu chamaria de contratempos, porque produzem marchas e contramarchas na temporalidade pessoal.¹²

O movimento de Piglia é, com isso, não uma tentativa de “reavivar” o passado, seja na temporalidade pessoal ou política, e sim pensar os possíveis que envolvem as experiências e as lembranças, os registros, suas formas - ou a ausência delas - e a atuação do imaginário em meio às marchas e contramarchas. É em uma forma fragmentária, envolvido por experiências simultâneas, que esta mobilização de temporalidades considera os *influxos*, ou movimentos que desestabilizam formas hegemônicas de demarcação da historicidade.

O confronto com um conjunto de “tramas microscópicas”,¹³ um cipoal de experiências, compõe a estetização da vida e expõe os limites das próprias possibilidades abertas pela forma do diário para a reescritura dos cadernos.¹⁴ Logo, um “estilo esquizo” que acolha as mudanças de direções,¹⁵ os imprevistos e as repetições, se faz necessário:

estou pensando no pseudônimo e no duplo como uma forma não corporal de suicídio. Perder-se em outra identidade, desdobrar-

10 PIGLIA, Ricardo. *Anos de formação...* Op. cit., p. 255.

11 *Ibidem*, p. 257.

12 *Ibidem*. *Anos felizes: os diários de Emilio Renzia*. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2019, p. 14.

13 *Ibidem*, p. 213.

14 Cf. PINTO, J. P. Notas sobre a historicidade de Os diários de Emilio Renzi. *Remate de Males*, v. 39, n. 2, p. 573-585, 2019.

15 PIGLIA, Ricardo. *Anos felizes...* Op. cit., p. III.

se, deixar que o outro faça o trabalho sujo (por você). Os dois remetem ao enigma. Em certo sentido, consegue-se que o duplo malvado seja você mesmo e que o mal ou a infâmia sejam narrados como algo pessoal. Resolução gramatical do suicídio. (voltar a isso) a questão do duplo verbal (o nome falso), dois nomes, duas enunciações.¹⁶

Uma irrealidade, uma ilusão, “Um delírio da narratividade, centenas de pequenos núcleos fabulares, cenas, situações, uma microscopia do tempo e da memória. Um diário”.¹⁷ O delírio: um “desequilíbrio narrativo que faz parecer que não há tempos mortos”, e que “num só momento convivem todas as histórias e todos os lugares”.¹⁸ Neste sentido, os fragmentos de experiências datadas cronologicamente e as séries, as linhas que atravessam e embaralham a estabilidade garantida pela sequência dos dias, convivem de forma simultânea às interferências no presente da escritura dos diários.

Logo, a estetização das experiências, da historicidade, da vida, não é uma mera tentativa de realce das referências ao “real”, ou mesmo de sua apreensão, pois...

Não se trata de transformar o documento em ficção nem de explicar onde está a verdade naquilo que narra, trata-se de definir a ficção no modo de enunciar os materiais reais. [...] Está em jogo a crença do leitor, que é quem decide se recebe uma narrativa como verdadeira ou falsa, ou melhor, como real ou imaginária.¹⁹

Interessante notar que a questão literária, a atuação do ficcional e do imaginário, é mais ampla, atuando na vida, interferindo tanto nos cadernos quanto nos diários, sendo constituídas e constituintes das experiências apresentadas. Neste sentido, chegamos ao final dos apontamentos dos dois primeiros *Diários*, centrando as leituras em algumas considerações que retomam as nossas três questões orientadoras: (1) a estetização da vida, da historicidade; (2) os confrontos com um poder-ter-sido; e (3) a forma da elaboração dos diários.

¹⁶ PIGLIA, Ricardo. *Anos felizes...* Op. cit., p. 119.

¹⁷ *Ibidem*, p. 172.

¹⁸ *Ibidem*, p. 174.

¹⁹ *Ibidem*, p. 235.

Tais pontos indicam uma busca por dar forma ao conteúdo e para organizar as experiências que constituem a temporalidade, tendo em vista uma historicidade que não se sustenta somente em sua dimensão “alheia” (política; social; econômica) e nem exclusivamente nas esferas mais pessoais. Neste caso, a desordem, o caos, os contratempos e contramarchas se configuram enquanto elementos mais marcantes na constituição do agir e do sofrer no tempo, desestabilizando quaisquer possibilidades fechadas para a tematização das experiências com/no tempo.

Temporalidade e *stimmung* (atmosfera): a implexidade das experiências com/no tempo

No início deste texto, ao trazermos uma simples imagem de uma sala empoeirada que nos coloca diante da contiguidade do que se reconhece e desconhece, apontamos para a tematização das atmosferas (*Stimmungen*) como possibilidade de leitura das tensões afetivas trazidas à tona pelo conhecido e pelo o que se estranha. Como uma fantasmagoria que acompanha quem se aventura por essa perspectiva sempre sagaz e vacilante, a atenção voltada para as atmosferas sempre nos desafia por seu caráter anacrônico,²⁰ ou seja, a possibilidade de sermos afetados e envolvidos por páthos e topoi que são transportados – ou serão desvelados? – para o presente da recepção por presentes-de-passados que podem, ou não, lançar quem lê em dimensões de temporalidades outras, entretanto intensamente presentes nestes envolvimento.

Logo, este duplo movimento, algo que “chega” e algo que “vai” ao encontro, não pode ser ignorado em uma obra como a de Ricardo Piglia, pois, as vozes que nos abrem às experiências narradas também mergulham e acompanham a recepção nesta busca. É ser tocado e tocar, é a partilha de efeitos de presença.

²⁰ Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015; MARCIANO, Matheus Silva. *Anos 1970: “existir, apesar de...”*. Literatura, Melancolia e *Stimmung*: confrontos com a Temporalidade. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

Neste sentido, o nosso foco nos momentos em que Piglia/Renzi realça questões sobre as historicidades e temporalidades presentes nos *Diários*, leva-nos a pensar que as formas com que o relacionamento entre as experiências e as expectativas, suas tensões, e as tonalidades que constituem os relacionamentos com o tempo e o espaço são mais policrônicas do que muitas vezes tendemos a considerar.²¹ Portanto, a atenção voltada para as tonalidades-afetivas e as ambiências nas quais as vozes de Piglia/Renzi nos envolvem, podem ser lidas em uma relação diferente no que se refere a própria noção de distância, ou como afirmamos, a desestabilização de contemporaneidades do não-contemporâneo.

Júlio Pimentel Pinto destaca a especificidade da poética de Piglia, tanto na elaboração de uma forma de compor o cipoal de experiências quanto da historicidade, ao afirmar que...

toda a literatura é um exercício de história, uma combinação entre temporalidades múltiplas, uma circulação entre estratos de tempo. Revisitar a experiência, testá-la na forma e na escritura do relato: os cadernos dependem do calendário, mas os diários dependem da construção de sua historicidade que, por sua vez, é necessariamente exposta. Compõem-se os diários a partir dos cadernos para revelar aos leitores – dada sua dimensão pública – uma possibilidade de passado, para exigir dos leitores que participem da (re)invenção de passados, que tomem posição diante dos muitos passados possíveis. [...] O passado autenticado pela ilusão de verdade trazida pela ordenação posterior dos fragmentos acaba por ser uma moldura na qual o leitor – esse incessante criador de gêneros, lógicas e textos – encaixa o que lê.²²

A leitura de Pimentel Pinto reafirma a importância da consciência literária de Renzi/Piglia na composição dos cadernos e, principalmente, dos diários. O desafio que o autor argentino, propositalmente, impõe à recepção se dá na abertura das fronteiras que, supostamente, garantiriam espacialidades autônomas

²¹ Cf. PELBART, Peter Pál. *Rizoma temporal*. v. 5. São Paulo: Escola da Cidade, 2020.

²² PINTO, J. P. Notas sobre a historicidade de Os diários de Emilio Renzi... *Op. cit.*, p. 576. Grifos meus.

do “real” e do “ficcional”.²³ O que nos parece mais evidente nos diários é a consciência de que a autonomia do literário e do “real” já não dão conta das próprias complexidades, diversidades e tensões na elaboração da realidade e da ficcionalidade, ou seja, da temporalidade.

Com isso, o trabalho de Piglia possibilita a ampliação de possíveis, tanto no passado quanto no presente e no futuro, em que o “lugar”, ou o “não-lugar” – ou o que quer que se possa entender disso –, da literatura entra em suspensão e, livre de garantias e obrigações “formais”, o ato criativo assume seu próprio caráter interventor e criador do/no “real” e do/no “ficcional”. Neste sentido, a (re)elaboração, mobilização e composição de *formas* incorporadas ao ato criativo, a desobrigação em dar conta de todo o turbilhão do presente e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de desconsiderar as experiências com as quais se confronta, e o esforço em buscar formas para apreendê-las (ou não!), mobilizam a atmosfera (*Stimmung*) dos diários.

Nestes caminhos, podemos considerar que a forma dos diários, mais do que uma espécie de “sinal” de um tempo passado, é uma tonalidade sintomática a partir da qual o autor nos entrega turbilhões de experiências *desformes*.²⁴ Logo, esta questão da formalidade, ser envolto, de partilhar a presença que nos afeta, é uma questão de deixar-se-levar pela tessitura que nos confronta, negociando com dinâmicas durações, reelaborando os sentidos de “proximidades” e “lonjuras”.²⁵

Dito isto, quero destacar que a atmosfera (*Stimmung*) que envolve os momentos apresentados por Piglia/Renzi é o que o autor chama de “o possível anterior”, não propriamente uma

23 Cf. LUDMER, Josefina. “Literaturas pós-autônomas”. *Ciberletras - Revista de crítica literária y de cultura*, n. 17, p. 1-6, 2007; PINTO, J. P. Notas sobre a historicidade de Os diários de Emilio Renzi... *Op. cit.*

24 Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Grisalha: poeira e poder do tempo*. Lisboa: KKYM+IHA, 2014; DIDI-HUBERMAN, Georges. *Pensar debruçado*. Lisboa: KKYM, 2015.

25 Cf. BREIDENBACH, Birgit. *Stimmung and modernity: the aesthetic philosophy of mood in Dostoevsky, Beckett and Bernhard*. Thesis (PhD in Philosophy). Department of English and Comparativ Literary Studies, University of Warwick, Coventry, 2017.

reelaboração de passados, mas o realce à possíveis no presente, na duração, da tessitura das experiências que, no caso dos diários, é um contínuo *des-re-tecer*. Sendo assim, a obra de Piglia também aspira ao confronto com atmosferas (*Stimmungen*) que interferiram, desde a composição dos cadernos, em seu estar-no-mundo. Não sem razão, quando o autor realça as ambiguidades implicadas em um sentido para um diário, as suas pretensões diante das experiências registradas se problematizam pois, de modo geral, as interferências das ambiências externas nas pessoais, e vice-versa, se aproximam no próprio distanciamento das relações possíveis.

Lançando-nos nesta busca pelas atmosferas (*Stimmungen*) e tornando ainda mais enriquecedor nossa leitura, esta paradoxal noção de duração, “proximidades distantes”, se torna de extrema importância para o que se segue. A insistência na distância nas leituras que se concentram nas *Stimmungen*, como escreve Hans Ulrich Gumbrecht, não deixa de carregar uma ambiguidade própria à experiência da leitura em nossa perspectiva.²⁶

Há, com isso, uma dinâmica muito singular pois, é uma constante reelaboração, negociação,²⁷ da *qualidade* da distância e da forma da duração que *possivelmente* se inaugura.²⁸ Em *Pensar Debruçado*, Georges Didi-Huberman apresenta algumas considerações sobre envolvimento nestas tensões entre historicidades e temporalidades. Realcemos, então, alguns apontamentos sobre a *visão sobrepujante* e a *visão abrangente*:

a vista sobrepujante eleva-se, liberta-se para ver melhor: fixa a distância necessária a qualquer visão numa postura de recuo constante que lhe confere a sua própria mestria. Deixa assim o objeto olhado em baixo, separado do olho que olha. Ao contrário, a vista abrangente – poderíamos nomeá-la assim – debruça-se para ver melhor: dialetiza e abisma a própria distância. Deixa assim o objeto olhado subir em direção ao olho, quaisquer que sejam os riscos e as consequência aferentes. Para a vista sobrepujante, o mundo aparece na distância do definitivamente inatingível, a sua virtude possível é a explicitação das coisas, que é um saber puro, imaculado.

26 Cf. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

27 Cf. BREIDENBACH, Birgit. *Stimmung and modernity... Op. cit.*

28 MARCIANO, Matheus Silva. *Anos 1970... Op. cit.*, p. 68.

Na visão abrangente, pelo contrário, o mundo aparece segundo uma distância invertida, uma distância em movimento de vai e vem capaz de nos tornar sensíveis a tudo o que a vista de baixo poderia atingir na vista de cima: aqui não há nada de definitivo, o não-saber faz parte deste outro banquete do olhar.²⁹

Esta definição vai de encontro à dificuldade da interpretação própria às afetividades que nos envolvem no confronto com as atmosferas. A ambiguidade deste relacionamento, este vai e vem que nada estabiliza, se intensifica no próprio confrontar-se, no desvelar de “qualquer sintoma – palavra que denota, etimologicamente, o movimento de *cair com* – [sendo que] este acontecimento é simultaneamente fulgurante (cristalino como uma mónada) e complexo, ou melhor, ‘implexo’ (estratificado como uma montagem)”.³⁰

Difícil, tendo em mente os diários, não considerar este lançar-se à implexidade. Encontramos, com isso, um interessante diálogo, pois, como exposto por Hans Ulrich Gumbrecht em *Depois de 1945*, a intensificação das *Stimmungen* não é propriamente uma emergência, mas efeitos de situações de latência. Logo, se tratando de uma imediatez, uma duração – uma temporalidade, uma linha – que é inaugurada a partir e através de afetividades, entendo ser, simultaneamente, uma elevação e uma precipitação, nas quais se torna incerto o “lugar” tanto da obra quanto da recepção, uma partilha entre tocar e ser tocado.³¹

Entretanto, esse envolvimento não é restrito ao ser tocado, pois, como já realçamos, a temporalidade se apresenta de forma implexa, tornando-se de difícil determinação o que se reconhece, as permanências e as perdas, daí o estranhamento. Birgit Breidenbach, ao destacar o relacionamento entre quem lê e texto, apresenta uma importante consideração sobre como, diante deste confronto surpreendente entre historicidades, podemos entender o ato de leitura, considerando-o...

29 Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Pensar debruçad...* Op. cit.

30 *Ibidem*.

31 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung...* Op. cit., p. 40-41.

uma contínua e envolvente negociação entre o locus do eu e o mundo. Neste contexto, o texto (escrito) representa o mundo como uma estrutura linguística baseada em um sistema semiótico historicamente e culturalmente definido e que se relaciona com a posição estabelecida para quem lê.³²

Com isso, é em espacialidades intervalares, onde negociações entre formas de estar-no-mundo se encontram, que as durações e as distâncias são inauguradas. Este movimento, na contiguidade da emergência e da precipitação, neste lugar de simultaneidades e ambiguidades que instaura esta contínua negociação, é estimulado pelos efeitos de presença. “Presença”, segundo Eelco Runia, é estar sendo tocado (“being in touch”) e desejar partilhar (“desire to share”) estes toques com a realidade, tendo a consciência de que isto que se partilha, e o que está envolvido neste ambiente, pode deixar de existir.³³ As palavras de Georges Didi-Huberman dão eco a esta consideração, retomando o paradoxo citado anteriormente:

por que razão é este saber paradoxal? Porque ele abraça os próprios paradoxos do segundo elemento desta experiência, refiro-me ao facto crucial de o narrador se debruçar, embora não o tenha previsto, para *melhor rememorar*. Proust relata com uma acuidade terrível a dialética de tal ato reminescente onde coabitam destruição – ‘o nada’, como ele escreve – e *sobrevivência*.³⁴

Esta contiguidade de paradoxos e ambiguidades tonificam o assombro destes momentos, pois, escapa à interpretação assim que se “percebe”; sendo, sempre, uma aspiração ao desconhecido e que não responde [e isto já é uma resposta!] a interpretações que as entendem como segredos a serem desvendados... as atmosferas (*Stimmungen*) aspiram às próprias experiências por elas possibilitadas, oferecem um emaranhado de linhas a serem, ou não, perseguidas. Como escreve Georges Didi-Huberman, a questão da distância é, ao mesmo tempo, pessoal e impessoal,

32 Original: *As an ever-evolving negotiation between the locus of the self and the world. In this context, the (written) text represents the world, as a linguistic structure of reference that draws on a historically and culturally defined semiotic system, and in relation to which the reader-position is established.* BREIDENBACH, Birgit. *Stimmung and modernity...* Op. cit., p. 41.

33 RUNIA, Eelco. *Presence. History and Theory*, n. 45, p. 26, 2006.

34 Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Pensar debruçada...* Op. cit.

tensionando as noções mais definitivas de temporalidade, pois, a experiência de um passado-tornado-presente se apresenta, com isso, surpreendentemente *desforme*.³⁵

Chegamos aqui, talvez, com certa ausência do texto de Piglia. No entanto, se retomarmos o que consideramos ser a atmosfera envolvente dos trechos que destacamos, que é o “possível anterior”, encontraremos em nossa reflexão os traços que se moveram através desta *Stimmung*. Logo, a *Stimmung* que realçamos dos *Diários* nos abre, exatamente, à esta questão da precipitação e da elevação, do vai e vem, das descontinuidades e dos turbilhões [experiências e expectativas mobilizadas simultaneamente] afetivos com os quais nos confrontamos.

Possibilidades temporais: re-des-tecer a experiência

Espero que, com tudo escrito até então, a centralidade dos afetos em nossas diversas formas de relacionamento com a temporalidade – pois as *Stimmungen* são caminhos a serem acompanhados, envolvimento a serem sentidos, direcionamento da atenção às ambiguidades próprias aos relacionamentos entre presenças e ausências – não culmine em uma clausura “cronotípica”, em alguma forma de regime que aspire ao ordenamento de uma temporalidade hegemônica e impositiva de formas para (re)elaborações e (re)(des)tessituras de experiências e expectativas. Deste modo, a atmosfera envolvente da obra de Piglia que realçamos, o “possível anterior”, afetou-me de tal modo a considerar a própria policronia que constitui e reconstitui as experiências do/no tempo.

Esta atmosfera específica da obra de Ricardo Piglia, que definitivamente não encerra os caminhos possíveis abertos pelos *Diários*, também nos diz sobre uma dinâmica própria à busca e tematização das *Stimmungen*. Os confrontos nos quais a narrativa nos lança, que se intensificam na preocupação com a atuação da “literalidade” [seria esta mais uma linha de fuga a ser tecida?] da vida, realça, com isso, a resistência na própria experiência à uma

35 Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Grisalha... Op. cit.*

“redução” hermenêutica das afetividades que constituem os *coloris* que envolvem a negociação entre narrativa e recepção.

Sendo assim, a estetização da vida nos diários através dos possíveis anteriores, da atuação do imaginário, constituem a própria “facticidade” nas possibilidades do re-des-tecer das experiências. Conseqüentemente, se intensifica a negociação entre presenças e ausências, estranhamentos e reconhecimentos, colocando em tensão, no relacionamento entre recepção e texto, as experiências e expectativas mais ou menos disponíveis que, com isso, inauguram durações, distâncias, ou seja, temporalidades.³⁶

A ambigüidade é paradoxal mas inevitável. As durações que seriam garantidas pelos cadernos, com relação aos recortes feitos por Piglia/Renzi, se tornam instáveis nos diários, e qualquer proximidade, parece realçar contiguamente uma lonjura, e vice-versa; ou, de outra forma, *é como se* as permanências aspirassem à fatalidade do tempo... Não seria essa a dinâmica que encontramos na atmosfera de um possível anterior nos *Diários de Emilio Renzi*?

Logo, *Os Diários* e sua estetização da vida oferecem uma atividade pragmática e teórica com relação à fragmentação das experiências, da formação de horizontes fraturados e do encontro com passados tendo em vista o que fora tecido e, então, retecido tendo como referência um presente estratificado. Há, com isso, um esforço no que se refere à uma tentativa de deslocamento contra uma clausura do presente, ou um presente alargado (*broad-present*), ou de uma otimização do mesmo que retém movimentos disruptivos (atualismo).

Neste sentido, poderíamos considerar que os *Diários* acompanham o que Tânia Pellegrini³⁷ escreve com relação aos realismos contemporâneos enquanto refração da realidade (decomposição de cores e tons que constituem o representado) e, também, com a perspectiva pós-autônoma da literatura apresentada

³⁶ Cf. BREIDENBACH, Birgit. *Stimmung and modernity...* Op. cit.

³⁷ Cf. PELLEGRINI, Tânia. *Realismo e realidade na literatura: um modo de ver o Brasil*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018.

por Josefina Ludmer.³⁸ É aqui que encontramos a elaboração das questões existenciais nos diários: a busca por dar forma às experiências e vivências que acompanhem o conteúdo narrado.

Ricardo Piglia, com isso, trabalha com a pungência de ausências e presenças intensas, através de um movimento esquivo, o olhar duplicado de Renzi, para que as interseções entre efeitos de sentidos e efeitos de presença – os *Sweet Spots* nas palavras de Runia – não se percam *de uma escritura que não tem a pretensão de explicá-las*. É neste movimento que as atmosferas (*Stimmungen*) podem tornar possíveis conexões, ligações temporais mais surpreendentes, mesmo anacrônicas, que atuam nas formas com que nos orientamos, ou não, temporalmente.³⁹ Ou, em outras palavras, o desvelar de “alguma coisa negligenciada ou à qual não havíamos prestado atenção – ou mesmo algo perdido para sempre – [que] teve impacto decisivo na nossa vida, em algum momento da história, e fez parte de cada presente que existiu desde esse momento”.⁴⁰

As noções, já apresentadas, de sobrevivência e sintoma fazem eco as palavras de Gumbrecht. Estas noções, que remetem tanto àquilo que salta de/para outros tempos (sobrevivência) e que em sua afetividade nos atravessa de forma fulgurante e implexa (sintoma), mobiliza uma perspectiva paradoxal temporalidade que...

se dobra, se torce, é uma variedade que seria preciso comparar a uma chama num braseiro, aqui cortada, ali vertical, móvel, inesperada... Como o tempo da meteorologia, concomitantemente previsível e imprevisível, com flutuações, atratores estranhos... O tempo tem pontos de parada, rupturas, poços, chaminés de aceleração fulminante, rasgamentos, lacunas, tudo numa composição aleatória, numa espécie de desordem, ao menos visível. O tempo passa e não passa, filtra, percola (como quando se passa um líquido por uma substância), com contra correntes e turbulências. Nem métrico nem geométrico: topológico.⁴¹

38 Cf. LUDMER, Josefina. Literaturas pós-autônomas... *Op. cit.*

39 Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo...* *Op. cit.*

40 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de 1945: latência como origem do presente*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014, p. 54.

41 PELBART, Peter Pál. *Rizoma temporal...* *Op. cit.*, p. 13.

Aqui, a noção de *grisalha* se aproxima do que entendemos ser as *Stimmungen*. Pois, a grisalha realça, como afirma Didi-Huberman, um “tempo que passou, como uma rajada de vento, e que, ao passar, *pulverizou* (nos dois sentidos do verbo: depositar poeira e destruir) a cor das coisas”.⁴² Ainda sobre as grisalhas, o autor afirma que:

sua matéria *visual* [da grisalha] (a bruma, a sua palidez, a sua diafanidade, a sua humildade) envolve-nos, toca-nos, atravessamos, penetra-nos até aos ossos, já que *respiramos essa matéria de apagamento*. A isto podemos chamar, em alemão, *Stimmung*, essa espécie de ‘acordo’ – no sentido musical, *logo* no sentido ontológico – com a paisagem de que os romântico falaram tantas vezes. Trata-se, evidentemente, de uma forma de sublime.⁴³

Entretanto, como descrito por Gumbrecht, desde o pós-1945, com a temporalização do conceito, as *Stimmungen* passaram a se referir, também, a humores, afetos e ambiências em situações e experiências específicas. O que, de qualquer maneira, não deixa de estar implicado à uma atmosfera do período. Ainda assim, se respira uma materialidade que *pode* se apagar. Logo, é um vento material e, ao mesmo tempo, um vento do tempo que movimenta essas tonalidades que se intensificam como atmosfera.

Sendo assim, o que Piglia/Renzi mobiliza enquanto historicidade são tonalidades que remetem a estes movimentos de sobrevivências e apagamentos em uma temporalidade implexa. Com isso, no confronto com a atmosfera (*Stimmung*) dos *Diários*, me vi diante da possibilidade de uma forma rizomática da temporalidade, algo como as considerações de Peter Pál Pelbart sobre temporalidades, nas quais poderíamos:

reinventar as condições de invenção de outros tempos que não os já consagrados pela história. Trata-se, no limite, de desfazer a solidariedade entre tempo e história, com todas as implicações éticas, políticas e estratégicas de tal ambição. Ao pensar as multiplicidades substantivas e os processos que nela operam, aí desentocando temporalidades das mais inusitadas, no arco que vai do Intempestivo até o Acontecimento, não terá Deleuze dado voz àqueles que, como diz ele num eco benjaminiano, ‘a

42 Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Grisalha...* Op. cit.

43 *Ibidem*.

história não leva em conta?”. Não se trata, evidentemente, só dos oprimidos ou das minorias, embora sempre se trate deles também, mas dos devires minoritários de todos e de cada um: não exatamente o povo, mas ‘o povo que falta’, o povo por vir.⁴⁴

Referências

BREIDENBACH, Birgit. *Stimmung and modernity: the aesthetic philosophy of mood in Dostoevsky, Beckett and Bernhard*. Thesis (PhD in Philosophy). Department of English and Comparativ Literary Studies, University of Warwick, Coventry, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Grisalha: poeira e poder do tempo*. Lisboa: KKYM+IHA, 2014.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Pensar debruçado*. Lisboa: KKYM, 2015.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de 1945: latência como origem do presente*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LUDMER, Josefina. “Literaturas pós-autônomas”. *Ciberletras - Revista de crítica literaria y de cultura*, n. 17, p. 1-6, 2007.

MARCIANO, Matheus Silva. *Anos 1970: “existir, apesar de...”*. Literatura, Melancolia e *Stimmung*: confrontos com a Temporalidade. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

PELBART, Peter Pál. *Rizoma temporal*. v. 5. São Paulo: Escola da Cidade, 2020.

PELLEGRINI, Tânia. *Realismo e realidade na literatura: um modo de ver o Brasil*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018.

PIGLIA, Ricardo. *Anos de formação: os diários de Emilio Renzi*. 1 ed. São Paulo:

44 PELBART, Peter Pál. *Rizoma temporal... Op. cit.*, p. 43-44.

Todavia, 2017.

PIGLIA, Ricardo. *Anos felizes: os diários de Emilio Renzi*. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2019.

PINTO, J. P. Notas sobre a historicidade de Os diários de Emilio Renzi. *Remate de Males*, v. 39, n. 2, p. 573–585, 2019.

RUNIA, Eelco. Presence. *History and Theory*, n. 45, p. 1-29, 2006.

Em busca da saída de emergência reflexões sobre História e Memória em Benjamin e Proust

Iury Almeida e Belchior¹

*Quand le ciel bas et lourd pèse comme un couvercle
Sur l'esprit gémissant en proie aux longs ennuis,
Et que de l'horizon embrassant tout le cercle
Il nous verse un jour noir plus triste que les nuits*

Charles Baudelaire

O estabelecimento da História como disciplina acadêmica, como ciência, perpassa o fenômeno da modernidade e a ascensão do capitalismo de tal forma que ela – enquanto ela mesma produto histórico e, por conseguinte, político - traz em seu núcleo epistêmico as contradições inerentes aos fenômenos mencionados. Entretanto, cabe ressaltar que não há uma cisão entre essas contradições e o pêndulo que já condicionava a História como uma transeunte entre pólos discursivos mais ou menos distintos.

O hibridismo era a condição da atividade de reflexão na antiguidade, em que o filósofo, ao se ocupar da verdade, o fazia tanto com base na tradição religiosa quanto na polis democrática, ou seja, um entre-lugar discursivo que vai da poética à razão. Não

¹ Doutorando em História (UFOP).

obstante essa característica, desde esse passado remoto, o pólo racional, domínio do *logos*, organizaria o discurso histórico sob o estatuto da verdade – o que aconteceu – enquanto a poesia seria o domínio de uma efetiva criação – o que poderia ter acontecido.² Ao abordar essa dicotomia na *Poética* e afirmar que a poesia é mais filosófica que a História, Aristóteles já nos dá uma pista de que uma vertente histórica que se baseie em uma ideia fechada, pronta, acabada de passado – e de método de conhecimento do passado – que seja excessivamente particularista, ainda que se reconheça como universal, denota sérios problemas e, ousou dizer, um flagrante e até uma desonesta politização do debate.³

Walter Benjamin (1892-1940) se atenta para isso de forma muito especial em seu trabalho derradeiro – *Teses sobre o conceito de História* – visando não apenas o ambiente antagônico do debate, mas criticando também aqueles que aparentavam boas intenções, a saber, os sociais democratas e os marxistas ortodoxos.⁴ Isto porque a visão de história que se baseia em um pretensão ideal de ciência e método objetivo, isento, desconsideraria a dinâmica de forças que sedimenta as possibilidades da História e inviabiliza a diferença, condenando determinados passados a estarem mortos

2 Cf. DÉTIENNE, Marcel. *Mestres da verdade na Grécia arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

3 De acordo com Aristóteles, “historiador e poeta diferem entre si não por descreverem os eventos em verso ou em prosa [...], mas porque um se refere aos eventos que de fato ocorreram, enquanto o outro aos que poderiam ter ocorrido. Eis porque a poesia é mais filosófica e nobre que a história: a poesia se refere, de preferência ao universal; a história, ao particular”. ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 97. Evidentemente, o conhecido postulado de Hegel se contrapõe como um marco importante ao considerarmos a noção de história universal. Ainda assim, meu interesse aqui é a apropriação da relação entre universal e verossimilhança para, adiante, tratar das possibilidades da história e a crítica ao historicismo nas teses de Benjamin. Além disso, o julgamento da desonesta politização do debate é uma provocação àqueles que advogam em favor do pressuposto de universalidade da história sob a pretensão de científica e, logo, imparcial, quando os dados brutalmente elementares da realidade confirmam o contrário.

4 De acordo com Michel Lowy, nos textos produzidos entre 1936-1940, “Benjamin desenvolverá a sua visão de história, dissociando-se, de forma cada vez mais radical, das ‘ilusões do progresso’ hegemônicas no âmbito do pensamento de esquerda alemão e europeu”. Lowy aponta ainda para um ensaio sobre Eduard Fuchs publicado em 1937, em que Benjamin ataca o “marxismo social-democrata”. LOWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio; uma leitura das “Teses sobre o conceito de História”*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 29.

para sempre. Como elucida Lowy “o objetivo de Benjamin é aprofundar e radicalizar a oposição entre o marxismo e as filosofias burguesas da história, aguçar seu potencial revolucionário e elevar seu conteúdo crítico”.⁵

A forma com a qual Benjamin segue seu intento não é trivial. Aliás, a despeito da já superada oposição entre forma e conteúdo, os procedimentos linguísticos empregados por Benjamin têm íntima relação com as ideias “contidas” nesse empreendimento. Composto de fragmentos, repleto de metáforas e muitas alusões que não são explicitamente referenciais, as teses são um desafio ao pensamento, dada a universalidade e atualidade do seu conceito de história.⁶ Vale ressaltar que nem por isso elas se constituem como um amontoado de abstrações metafísicas, mas se baseiam em experiências históricas concretas. É exatamente por esse motivo – seu caráter criativo e refinado tratamento estilístico da experiência – que elas são universais. Tal constatação quase nos permitiria aproximar Benjamin da posição híbrida semelhante a do filósofo na antiguidade, mas deixaremos essa aproximação a cabo do leitor; assim sendo, à medida que caminharmos em nossa exposição, esse movimento se tornará ainda mais instigante. Vejamos, portanto, a tese 5:

a verdadeira imagem do passado passa voando. O passado só se deixa capturar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento de sua conhecibilidade. ‘A verdade jamais nos escapará’, essa frase de Gottfried Keller indica, na imagem da história do historicismo, exatamente o local em que o materialismo histórico o esmaga. Pois é a imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sintá visado por ela.⁷

A fugacidade da “imagem do passado” é um elemento que merece nossa atenção. Primeiramente, importa destacar que Benjamin não está se referindo ao passado em si mesmo, mas a uma imagem do passado que tem como característica sua veracidade e o estar em movimento célere. Para o filósofo alemão,

5 LOWY, Michel. *Walter Benjamin...* Op. cit., p. 38.

6 *Ibidem*.

7 Cf. BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I*. São Paulo: Braziliense, 2012, p. 243.

a única possibilidade de registrar o passado reside nesse instante (do agora), em que ele surge “como imagem” – ressaltamos essa forma – diante do nosso olhar. Sua condição de possibilidade já demonstra um vínculo entre presente e passado, ou melhor, uma condição baseada numa possibilidade de o ver, no presente, em um instante muito específico.

De acordo com Reyes Mate, “só a hermenêutica falava do passado em termos parecidos”,⁸ e, portanto, Benjamin estaria “nos dizendo para analisar o passado como se fosse um texto”, posição com a qual concordo parcialmente e esclarecerei adiante. No mais, o filósofo espanhol esclarece que essa atividade interpretativa diante do passado se mostra de forma diversa para os historiadores tradicionais, que acreditam fielmente no instrumental científico da história e na efetividade da razão humana dentro de seus domínios, enquanto para os “novos historiadores” essa característica da imagem fugaz constituiria uma angústia, já que esse passado só poderia ser percebido em um (in)certo (e imprevisível) instante.⁹

Assim, constatamos que a mobilidade e a fugacidade da imagem do passado exigem sua permanente elaboração. O historiador da escola de Benjamin, o materialismo histórico, se contrapõe ao historiador tradicional, historicista, justamente por ter como missão um angustiante engajamento ativo diante da imagem do passado, enquanto para aquele o passado completo e acabado aguarda sua feliz captura. Ou ainda, como explicita Michel Lowy, para Benjamin o historiador adepto do materialismo histórico deve “descobrir a constelação crítica que um fragmento do passado forma precisamente com um momento do presente”.¹⁰

Ademais, importa esclarecer que essa “verdadeira imagem do passado” através de um olhar do presente, não implica

8 MATE, Reyes. *Meia noite na história: comentários às teses “Sobre o conceito de História”*. São Leopoldo: Unisinos, 2011, p. 140.

9 *Ibidem*, p. 141.

10 LOWY, Michel. *Walter Benjamin... Op. cit.*, p. 62.

em um revisionismo instrumental, algo que poderia servir de argumento para regimes totalitários. Tão pouco se restringe às caricaturais demandas *identitaristas* de viés liberal, como aquelas que se ancoram em uma interpretação cerceadora da expressão *lugar de fala* em nossa atualidade e norteiam, por exemplo, com certo protagonismo a prática política de intelectuais e partidos brasileiros. Para demonstrar isso, recorro a um trecho exclusivo de uma das versões da tese 5 que chegaram até nós, a saber, a versão traduzida para o francês pelo próprio Benjamin, em que afirma que:

a verdade imóvel, que só espera o pesquisador, não corresponde de maneira alguma ao conceito de verdade em matéria de história. Ela se apoia muito mais no verso de Dante que diz: Trata-se de uma imagem única, insubstituível, do passado, que se esvaiu com cada presente que não soube se reconhecer visado por ela.¹¹

A angústia de salvar o passado no presente é algo que transformaria também o presente, visão que Benjamin compartilhava com Proust e que não se restringe apenas ao seu messianismo.¹² Antes de demonstrarmos como essa preocupação aparece no monumental romance *Em busca do tempo perdido*, importa tecer mais um breve comentário sobre a relação entre forma e pensamento.

A busca comum de conteúdos filosóficos em obras literárias é usual, mas implica em uma relação hierárquica entre teoria e obra de arte, o que acarreta uma grande perda até para a própria atividade historiográfica, seus pressupostos metodológicos, seus

¹¹ LOWY, Michel. *Walter Benjamin... Op. cit.*, p. 62. Segue o trecho da versão francesa na própria língua: “La vérité immobile qui ne fait qu’attendre le chercheur ne correspond nullement à ce concept de la vérité en matière d’histoire. Il s’appuie bien plutôt sur le vers du Dante qui dit : c’est une image unique, irremplaçable du passé qui s’évanouit avec chaque présent qui n’a pas su se reconnaître visé par elle”. BENJAMIN *apud* MATE, Reyes. *Meia noite na história... Op. cit.*, p. 140.

¹² Jeanne Marie Gagnebin, em prefácio do primeiro volume de *Obras escolhidas* de Walter Benjamin, afirma que a preocupação de salvar o passado e transformar tanto o passado quanto o presente era uma partilha entre o próprio Benjamin e Proust. De acordo com a autora, tal preocupação “transforma o passado porque este assume uma nova forma, que poderia ter desaparecido no esquecimento” e ainda “transforma o presente porque este se revela como a realização possível da promessa anterior – uma promessa que poderia se perder para sempre e que ainda pode ser perdida se não for descoberta inscrita nas linhas atuais”.

limites e suas possibilidades. Como já apontamos, a filosofia, desde seus primórdios, pressupõe um hibridismo discursivo. Entretanto, as oscilações pendulares que poderiam ser vistas como riqueza e que assumiram configurações e refigurações diversas, podem incorrer em um problema que Gagnebin aponta com amplitude e simultaneamente precisão: “só caberia aos escritores e poetas traduzir de maneira mais agradável aquilo que os filósofos já pensaram de maneira complicada”.¹³ Iguamente, em sentido inverso, não caberia aos escritores a atividade de reflexão e pensamento.

Portanto, o inverso, considerar as formas literárias da filosofia (e por quê não também da História?), sobretudo ao tratarmos de um texto de Walter Benjamin, um pensador que dedicou à Literatura e à Estética um lugar de protagonismo em suas encenações teóricas, me parece um procedimento mais que profícuo, mas principalmente necessário. Ora, assim como a interlocução com Gershom Scholem (1897-1982), ou a admiração pela obra *A estrela da redenção* (1921), de Franz Rosenzweig (1886-1929),¹⁴ nos permite frequentar o hibridismo da postura teórica de Benjamin pelas vias da teologia (e não necessariamente da religião),¹⁵ as obras de Goethe, Baudelaire e Proust, por exemplo, nos possibilitam habitar esse hibridismo pelas vias poéticas.¹⁶

De modo diverso, Benjamin também enaltece uma característica híbrida do empreendimento proustiano ao afirmar que Proust realizou a síntese do impossível, unindo “a absorção do místico, a arte do prosador, a verve do autor satírico, o

¹³ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 202.

¹⁴ LOWY, Michel. *Walter Benjamin... Op. cit.*, p. 21-22.

¹⁵ Para compreender as implicações dessa distinção ver: *Teologia e messianismo no pensamento de Walter Benjamin*, em GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar Escrever Esquecer... Op. cit.*, p. 179-196.

¹⁶ Não se trata, entretanto, de postular um mapeamento de fontes literárias da obra de Benjamin, mas de tecer aproximações, ou, para usar uma expressão cara ao próprio Benjamin, *afinidades eletivas*. Dessa forma, penso, poderemos contribuir para a revolução copernicana inerente ao pensamento de Benjamin dentro da tradição ocidental e para a valorização do estético como campo legítimo do pensamento, de elaboração e criação de ideias.

saber do erudito e a concentração do monomaniaco”.¹⁷ O filósofo alemão não apenas escreveu sobre Proust, mas traduziu alguns volumes da *Recherche*. Para compreender mais detalhadamente essa aproximação, passo ao romance.

O episódio da madeleine é sem dúvida uma das grandes passagens da literatura mundial e assim como todos os outros emblemas das grandes obras, pode ser conhecido mesmo por quem não leu sequer uma página do grande romance de Proust. Assim como grande parte do material reunido na *Busca*, a referida cena vem sendo elaborada desde trabalhos anteriores, como o ensaio *Contre Saint-Beuve* (1908). Em *O caminho de Swann* (1913), estilisticamente tratada, ela chega para nós assim:

muitos anos se passaram que, de Combray, tudo quanto não fosse o teatro e o drama do meu deitar não mais existia para mim, quando, por um dia de inverno, ao voltar para casa, vendo minha mãe que eu tinha frio, ofereceu-me chá, coisa que era contra meus hábitos. A princípio recusei, mas, não sei por quê, terminei aceitando. Ela mandou buscar um desses bolinhos pequenos e cheios chamados madalenas e que pareceram moldados na valva estriada de uma concha de são Tiago. Em breve, maquinalmente, acabrunhado com aquele triste dia e a perspectiva de mais um dia tão sombrio quanto o primeiro, levei ao lábios uma colherada de chá onde deixara amolecer um pedaço de madalena. Mas no mesmo instante em que aquele gole, de envolta com as migalhas do bolo, tocou meu paladar, estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim. Invadira-me um prazer delicioso, sem noção de sua causa. Esse prazer logo me tornara indiferente às vicissitudes da vida, inofensivos seus desastres, ilusória sua brevidade, tal como o faz o amor, enchendo-me de uma preciosa essência: ou, antes, essa essência não estava em mim, era eu mesmo. Cessava de me sentir medíocre, contingente, mortal. De onde me teria vindo aquela poderosa alegria? Senti que estava ligada ao gosto do chá e do bolo, mas que o ultrapassava infinitamente e não devia ser da mesma natureza. De onde vinha? Que significava? Onde aprendê-la? Bebo um segundo gole que me trás um pouco menos que o primeiro. É tempo de parar, parece que está diminuindo a virtude da bebida. É claro que a verdade que procuro não está nela, mas em mim. A bebida a despertou, mas não a conhece, e só o que pode fazer é repetir indefinidamente, cada vez com menos força, esse mesmo testemunho que não sei interpretar e que quero tornar a solicitar-lhe daqui a um instante e encontrar intato à minha disposição, para um esclarecimento

17 Cf. BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I... Op. cit.*

decisivo. Deponho a taça e volto para meu espírito, É a ele que compete achar a verdade. Mas como? Grave incerteza, todas as vezes em que o espírito se sente ultrapassado por si mesmo, quando ele, o explorador, é ao mesmo tempo o país obscuro a explorar e onde todo o seu equipamento de nada lhe servirá. Explorar? Não apenas explorar: criar. Está diante de qualquer coisa que ainda não existe e a que só ele pode dar realidade e fazer entrar em sua luz.¹⁸

Nesse excerto, é ao acaso que o herói aceita o chá com bolinhos servidos pela mãe. Assim como na tese 5, o encontro com o passado depende de uma consciência da percepção em um instante muito específico, um momento que não foi voluntário. Não obstante sua epifania se inicia após seu contato com o alimento, a personagem-narrador se pergunta onde estaria aquela sensação, se em seu interior ou no mundo. Conclui, que não se trata de conhecer o sentimento que o invadiu, mas de retornar ao espírito, que é tanto o “explorador” quanto o “o país obscuro a explorar”.

Um elemento relevante para este exercício de aproximação é que o narrador afirma que “todo o seu equipamento de nada lhe servirá”, ou seja, os instrumentos da razão não seriam suficientes, assim como Benjamin afirma que não são os métodos dos historiadores tradicionais, já que a verdadeira imagem do passado é movente e fugaz. Relembrando a problemática exposta por Aristóteles, não é mais filosófico o empreendimento que narra aquilo que aconteceu, mas aquele que o faz com o que poderia ter acontecido. Ou melhor, em termos proustianos, “não apenas explorar: criar”. Portanto, cotejando o excerto de Proust com a tese 5 de Benjamin podemos concluir que a atividade do historiador adepto do materialismo-histórico está muito mais para se colocar “diante de qualquer coisa que ainda não existe e a que só ele pode dar realidade e fazer entrar em sua luz”.

A relação com a visão proustiana fica ainda mais clara na tese 6, pois além de tratar – evidentemente – do conceito de História, Benjamin promove uma estreita aproximação desta com a Memória, que é um dos temas principais do romance proustiano. Vejamos:

¹⁸ PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido: no caminho de Swann*. São Paulo: Globo, 2006, p. 71-72.

articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Para o materialismo histórico, trata-se de fixar uma imagem do passado da maneira como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento de perigo. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Ele é um e o mesmo para ambos: entregar-se as classes dominantes como seu instrumento. Em cada época, é preciso tentar arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como redentor; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido que tão pouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.¹⁹

Nessa tese, a incapacidade de conhecer o passado em si mesmo não inviabiliza a relação com o passado, mas pressupõe outro tipo de postura em relação a ele. A possibilidade existe através de uma apropriação de uma recordação. Ressaltamos que embora o verbo tenha conteúdo semântico ativo, não significa que o passado esteja em condição de passividade em relação à consciência que o almeja. É importante destacar que, assim como na tese 5, aqui nós temos uma condição muito específica de possibilidade, que é a de um instante particular, quando a recordação do passado “relampeja no momento de um perigo”. A urgência através da consciência dessa periculosidade inerente ao instante é explicitada por Reyes Mate como:

a ameaça à existência, seja pela aplicação de uma violência externa, seja pela interiorização do mecanismo opressor por parte da vítima. Essa violência ameaça um conteúdo singular, todo um povo, os conteúdos que se quer transmitir e a tradição que os transmite.²⁰

Essa consciência do instante de perigo pode ser compreendida tanto no interior do momento gravíssimo de sua redação – a ascensão do nazismo – quanto para além dele, com, por exemplo, a naturalização de um estado de exceção que violenta corpos marginalizados com a escusa de manutenção do estado

19 BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I...* Op. cit., p. 243-244.

20 MATE, Reyes. *Meia noite na história...* Op. cit., p. 151.

“democrático” de direito e da preservação da própria tradição. Entretanto, aqui vale um alerta muito importante, a tradição não está ameaçada pelos corpos e discursos que buscam sobreviver, mas por esse “inimigo que não cessa de vencer”.

Esse inimigo, ao ameaçar que a imagem verdadeira do passado, aquela que surge célere e passante, e por isso também em um momento de perigo, e só pode ser colhida como uma flor de recordação, é o esquecimento. Veremos, logo adiante, que não se trata de qualquer esquecimento, mas agora é importante destacar que a história, na tese 6, ganha proximidade com a Memória, quando muitas vezes não se confunde com ela.

O historiador da escola de Benjamin, isto é, o adepto do materialismo histórico, deve realizar essa colheita com a atitude correspondente a um registro fotográfico, um instantâneo, ou seja, “fixar uma imagem do passado”. Mas para não recair no erro dos historicistas, dos historiadores tradicionais, é importante ressaltar que não se trata simplesmente de conservacionismo de imagens, mas de um registro “da maneira como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico”. A apreensão e não-conhecimento de quando essa imagem do passado irá relampejar é uma condição afetiva importante, pois modifica a percepção e, conseqüentemente, a elaboração e o juízo daquilo que foi capturado. O historiador, portanto, deve se apropriar de uma recordação que não é voluntária, que se apresenta em um instante que não pode ser previsto, mas que deve ser cultivado no espírito como uma promessa que implica uma reação afetiva complexa (talvez um sentimento, como o da melancolia, suscitado por um composto de esperança e pessimismo).

De outro modo, mas com uma impressionante relação intertextual, a memória em um instante de perigo aparece nas páginas da *Busca* de Marcel Proust. Em um primeiro momento, a personagem narrador Marcel expõe a sua consciência da impossibilidade de retornar ao passado em si e de alcançar uma recordação voluntariamente:

assim, por muito tempo, quando despertava de noite e me vinha a recordação de Combray, nunca pude ver mais que aquela espécie de lanço luminoso, recortado no meio de trevas indistintas, semelhante ao que o acender de um fogo de artifício ou alguma projeção elétrica alumiam e seccionam em um edifício cujas partes restantes permanecem mergulhadas dentro da noite: na base, bastante larga, o pequeno salão, a sala de jantar, o trilho da alameda escura por onde chegaria o sr. Swann, inconsciente autor de minhas tristezas, o vestíbulo de onde me encaminhava para o primeiro degrau da escada, tão cruel de subir, que constituía por si só o tronco, muito estreito, daquela pirâmide irregular; e, no cimo, meu quarto, com o pequeno corredor da porta envidraçada por onde entrava mamãe; em suma, sempre visto à mesma hora, isolado de tudo que pudesse haver em torno, destacando-se sozinho na escuridão, o cenário estritamente necessário (como esses que se vem indicados no princípio das antigas peças, para as representações na província) ao drama do meu deitar; como se Combray consistisse apenas em dois andares ligados por uma estreita escada, e como se fosse sempre sete horas da noite. Na verdade, poderia responder, a quem me perguntasse, que Combray compreendia outras coisas mais e existia em outras horas. Mas como o que eu então recordasse me faria fornecido unicamente pela memória voluntária, a memória da inteligência, e como as informações que ela nos dá sobre o passado não conservam nada deste, nunca me teria lembrado de pensar, no restante de Combray. Na verdade, tudo isso estava morto para mim.²¹

A memória voluntária aparece vinculada a inteligência (*logos*) e assim como a historiografia tradicional nas teses de Benjamin, ela está destinada ao fracasso, pois só é capaz de acessar uma versão caricatural (inverídica) do passado. O narrador se mostra consciente da consequência na insistência desse caminho, o de uma memória voluntária, assim como Benjamin se mostra consciente do perigo de se restringir à memória e historiografia “oficiais”. Para ambos, a morte da recordação é dada como certa.

Entretanto, tal como Benjamin, Proust também entroniza uma possibilidade de ressurreição e salvação através de um tipo específico de recordação e experiência do tempo. Vejamos:

morto para sempre? Era possível.

Há muito de acaso em tudo isso, e um segundo acaso, o de nossa morte, não nos permite muitas vezes esperar pelos favores do primeiro.

21 PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido...* Op. cit., p. 69-70.

Acho muito razoável a crença céltica de que as almas daqueles a quem perdemos se acham cativas em algum ser inferior, em algum animal, um vegetal, uma coisa inanimada, efetivamente perdidos para nós até o dia, que para muitos nunca chega, em que nos sucede passar por perto da árvore, entrar na posse do objeto que lhe serve de prisão. Então elas palpitam, nos chamam, e, logo que as reconhecemos está quebrado o encanto. Libertadas por nós, venceram a morte e voltam a viver conosco. É assim com nosso passado. Trabalho perdido procurar evocá-lo, todos os esforços de nossa inteligência permanecem inúteis. Está ele oculto, fora de seu domínio e de seu alcance, em algum objeto material (na sensação que nos daria esse objeto material) que nós nem suspeitamos. Esse objeto, só do acaso depende que o encontremos antes de morrer, ou que não o encontremos nunca.²²

Assim como Benjamin, Proust alude a uma dimensão teológica para se referir a possibilidade de vencer a morte através da ressurreição que a memória possibilitaria. Há diferenças, evidentemente, no processo de assimilação do material proustiano por parte de Benjamin, mas que não poderiam ser exploradas exaustivamente nesse trabalho. O que se torna relevante aqui é pensar as afinidades que nos possibilitam, primeiramente, verificar que a memória, ao mesmo tempo em que existe como potencia da realização de uma promessa, tem essa existência ameaçada por um perigo.

Ademais, outro aspecto relevante é que os instrumentos de nossa razão não são suficientes para alcançá-las. São as memórias que “palpitam, nos chamam”, assim como na tese 5 e 6 o passado não está pronto para nós, mas ele se apresenta para nós em um dado instante. E, reiteramos, não se trata de qualquer instante. Como afirma Proust, “há muito de acaso em tudo isso”, ou seja, um instante que reúne todas as circunstâncias necessárias para que essa nossa evocação pelas memórias aconteça. Esse acaso (kairós) está cerceado ao agora que em termos proustianos equivale também a “um segundo acaso”, um tempo existencial, “o de nossa morte” que “não nos permite muitas vezes esperar pelos favores do primeiro”, ou seja, não nos permite esperar pelo

22 PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido...* Op. cit., p. 70-71.

aparecimento da verdadeira imagem do passado. Tudo está sob um perigo eminente.

O esquecimento, a que nos referimos como sendo o inimigo, que nas palavras do próprio Benjamin, “não tem cessado de vencer”, também tem características muito peculiares. Para compreender a dinâmica proposta na tese de Benjamin e a diferença com Proust é preciso lembrar que são textos que têm finalidade distintas. Na *Busca*, o esquecimento não tem ampla dimensão ética, embora o movimento seja espantosamente muito similar ao das teses: instante, acaso, perigo, cultura de determinados afetos, etc. A peculiaridade do esquecimento²³, no caso das teses, comporta essa dimensão ética que pressupõe a memória como forma de se fazer justiça.

Desse modo, a Memória pode funcionar como um contrapeso das contradições inerentes da História que se desenvolveu na modernidade capitalista. Já que, como explana Rangel, “a modernidade e sua ideologia fundamental, a do progresso, realizaram o obscurecimento do próprio caráter de possibilidade, de diferenciação que é o da história”.²⁴ Ao aproximar História e Memória, especialmente nas teses 5 e 6, Walter Benjamin nos oferta um terrível diagnóstico – que vem se confirmando mesmo após Auschwitz - e uma rara possibilidade de sobrevivência, que perpassa um amadurecimento (autocrítica?) do materialismo histórico e valorização da memória como promessa de justiça. Há, portanto, mais que pessimismo no testamento teórico que Benjamin nos

23 Segundo Reyes Mate, o esquecimento como ignorância do passado é o que afeta a História e o esquecimento como injustiça é o que afeta a Memória. Há, portanto, uma distinção entre as duas, ainda que por vezes elas passem a impressão de serem a mesma coisa na leitura das teses. O que importa, para o saldo do que me propus neste trabalho, é perceber que a memória possibilita que a História seja um pouco mais plural, ao colocar no centro do debate, demandas e testemunhos que estavam sendo desconsiderados pela historiografia “oficial”. A discordância que tenho com Reyes Mate reside no fato de ele considerar o esquecimento hermenêutico como a grande injustiça. O problema dessa posição é que ela considera a dimensão interpretativa como um processo salvador, mas ignora os caminhos que antecedem a dimensão interpretativa, como a experiência pré-reflexiva (como nos trabalhos de Merleau-Ponty) e mesmo a dimensão afetiva que tem íntima relação com a memória. MATE, Reyes. *Meia noite na história...* Op. cit., p. 157.

24 RANGEL, Marcelo de Mello. *Da ternura com o passado: história e pensamento histórico na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019, p. 42.

legou, mas uma posição melancólica, em que apesar da descrição do “horizonte histórico moderno como quase ou mesmo insuperável”, persiste uma chance de salvação, já que Benjamin “não se esquivava de continuar se movimentando criticamente no seu interior”, isto é, no interior da modernidade.²⁵

A compreensão do caráter romântico e mesmo teológico podem ajudar a explicar melhor essa assimilação da visão proustiana no interior das teses, algo a que gostaria de me dedicar em momento oportuno. De todo modo, considero que essa exposição, que delinea um pouco do caráter híbrido do filósofo moderno, sugere caminhos de possibilidades para além da gaiola epistêmica que a ideologia do progresso nos legou. Ademais, as passagens da *Busca* de Proust indicadas nesse trabalho são apenas algumas das muitas chaves de leitura presentes no romance que reforçariam as afinidades entre os dois autores, além de sugerirem e iluminarem relações com outros autores e enfatizarem o potencial criativo da literatura na produção de um conhecimento capaz de nos orientar no mundo cada vez mais complexo, nos armar para o debate e alimentar a nossa imaginação teórica.


Referências

- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Editora 34, 2017.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I*. São Paulo: Braziliense, 2012.
- DÉTIENNE, Marcel. *Mestres da verdade na Grécia arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LOWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio, uma leitura das “Teses sobre o conceito de História”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MATE, Reyes. *Meia noite na história: comentários às teses “Sobre o conceito de História”*. São Leopoldo: Unisinos, 2011.
- PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido: no caminho de Swann*. São Paulo: Globo, 2006.

²⁵ RANGEL, Marcelo de Mello. *Da ternura com o passado... Op. cit.*, p. 44.

*Helena A. Paulo de Almeida, Ana Paula S. Santana,
Leticia Maciel & Clayton J. Ferreira (org.).*

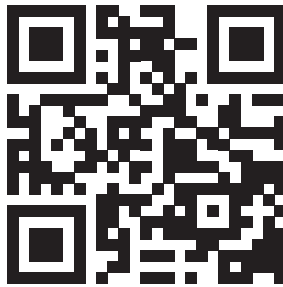
RANGEL, Marcelo de Mello. *Da ternura com o passado: história e pensamento histórico na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

 (27) 3376-0363

 facebook.com/EditoraMilfontes

 @editoramilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes.
Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Cormorant Garamond e Minion Pro.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



M I L F O N T E S

www.editoramilfontes.com.br

ISBN: 978-65-5389-028-2



9 786553 890282